

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
MESTRADO EM CULTURA E TURISMO

SURDEZ E CIDADANIA:

Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico

Wolney Gomes Almeida

Orientador: Prof^o Dr Paulo Cesar Pontes Fraga

ILHÉUS
2008

WOLNEY GOMES ALMEIDA

SURDEZ E CIDADANIA:

Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo

ILHÉUS
2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

A dissertação

SURDEZ E CIDADANIA:

Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico

Elaborada por

WOLNEY GOMES ALMEIDA

e aprovada por todos os membros da Banca examinadora, foi aceita no Curso de Mestrado em Cultura e Turismo como requisito parcial para a obtenção do título de **MESTRE EM CULTURA E TURISMO**

Aprovado em 17 de dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Paulo Cesar Pontes Fraga (Orientador)
Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Profº Dr. André Moysés Gaio.
Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Profª Drª Janete Ruiz de Macêdo
Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, razão da minha fé, que me fez andar em lugares altos, dando-me a humildade suficiente para reconhecer que todas as coisas provém dEle e que um título não significa nada perante a Sua grandeza.

À minha mãe, sempre um referencial de vida, que abdicou de tantos momentos de sua vida em função da minha, para que hoje eu pudesse provar tantas vitórias.

À minha família: Karla, Kelly, Josemar, pelos tantos momentos de abnegação, pois, reconhecendo minhas necessidades, abriram mão de seu tempo para que eu pudesse empregar o meu.

À Keith Vitoria (minha sobrinha-princesa) que, nos momentos que eu não podia brincar, derramou lágrimas e se chateou para conseguir roubar um tempo do tio.

Ao meu orientador Paulo Fraga, pela paciência, competência, e porque, mesmo em meio aos conflitos teóricos, soube respeitar nossos saberes, e me fez compreender que a construção do conhecimento não se baseia no certo ou no errado, mas no respeito.

Aos meus colegas de mestrado e companheiros, que venceram junto comigo essa nova fase de nossas vidas e nos reconstruímos juntos, sabendo que não seremos mais os mesmos.

Aos amigos e irmãos, que me toleraram e foram pacientes com meu slogan: “*Meu nome é DISSERTAÇÃO. Estuda nego, estuda!*” (risos), entendendo-me, apoiando-me, dando-me força e ânimo sempre que necessário. Priscila, a outra Pricilla, Astor, Bete, Wiara, ao meu PG (Pequeno Grupo), Berg, Elcivanni (que surgiu no momento que eu menos esperava, mas que eu bem precisava. Valeu pela força profissional, acadêmica e pela amizade), Geovani (valeu o apoio, amigo!). A todos os outros que serão sempre lembrados e citados em meu coração. Amo todos vocês!

Aos surdos, objeto de pesquisa do mestrado, e que significam muito mais que um objeto de estudo, mas uma fonte de inspiração, por quem dedico minha vida, meu trabalho, sonhos, ministério. De uma coisa tenho certeza: vocês são um presente de Deus!

À minha mãe, meu referencial de vida, com muito amor e gratidão.

**"SEM VOZ, NOSSAS MÃOS VENCEM O SILÊNCIO
E FAZEM A COMUNICAÇÃO."**

(autor desconhecido)

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é analisar a percepção dos sujeitos surdos (inclusão/exclusão) em sua inserção na atividade turística, apresentando como pano de fundo as políticas públicas que vislumbrem a cidadania e o direito ao lazer. Tal investigação emergente na sociedade atual permite-nos observar a necessidade de uma inclusão efetiva, em que a acessibilidade e a igualdade de oportunidades se tornem realidade para todos os indivíduos, independente de sua condição física ou sensorial. O arcabouço teórico-metodológico adotado se define com bases no debate conceitual sobre inclusão e exclusão, cidadania e políticas públicas, atividade turística. Partiu-se da análise descritiva referente à aplicação das técnicas voltadas para grupos focais e grupo controle, no intuito de dar vez e voz aos sujeitos da pesquisa, vislumbrando a realidade de quem a vivencia. Além dos discursos construídos historicamente sobre a surdez, nota-se que a realidade social dos surdos urge por mudanças sociais no âmbito da acessibilidade. Tais discursos reproduzem práticas sociais excludentes e não vislumbram o sujeito em suas especificidades. Trata-se aqui da observação não mais sobre a deficiência, mas sim sobre a Diferença.

Palavras-chave: Surdez, Cidadania, Turismo

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the perception of the deaf citizens (inclusion/exclusion) in its insertion in the tourist activity, presenting as a background of the public politics that glimpse the citizenship and the right to the leisure. Such emergent inquiry in the current society allows us to observe the necessity of an inclusion accomplishes, where the accessibility and the equality of chances if become reality for all the individuals, independent of its physical or sensorial condition. Referential adopted theoretician-methodological defines itself with bases in the conceptual debate on inclusion and public exclusion, citizenship and politics that applies itself in the tourist activity. It started from the referring descriptive analysis to the application of the techniques directed toward focal groups and controlling group, in intention to give time and voice to the citizens of the research, glimpsing the reality of those who really live it. Beyond the speeches constructed historically on the deafness, we notice that the social reality of the deaf people urges for social changes in the scope of the accessibility. Such speeches reproduce practical social exculpatory and they do not glimpse the citizen in its specialties. With this I talk about not more on the deficiency, but yes on the difference.

Word-keys: Deafness, Citizenship, Tourism

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC – Análise de Conteúdo

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

GF – Grupo Focal

IMEAM – Instituto Municipal de Educação Aziz Maron

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MTur – Ministério de Turismo

OMS – Organização Mundial de Saúde

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONGs- Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

SATH – Society for Accessible Travel and Hospitality

SME – Secretaria Municipal de Educação

STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz.

TABELAS

TABELA 01: componentes para o pré-teste.....	88
TABELA 02: Aspectos físicos dos GFs (SURDOS).....	90
TABELA 03: Aspectos físicos dos GFs (OUVINTES).....	92

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstract	ii
Lista de siglas e abreviaturas	iii
Tabelas	iv
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	
1. SURDO: ESSE <i>OUTRO</i> NO CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL	17
1.1 Surdos ou Deficientes Auditivos?.....	24
1.2 – História dos surdos: Uma trajetória de desigualdade social rumo à construção do sujeito surdo.....	31
1.2.1 - O Surdo: da exclusão à diversidade sociocultural.....	35
1.3 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: uma definição em constante (re) configuração	38
1.4 - Os Surdos e a Língua de Sinais	41
CAPÍTULO 2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	
2. DISCUTINDO O CONCEITO DE INCLUSÃO	45
CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-	
3. TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA	56
3.1 - TURISMO: direitos à acessibilidade e ao lazer.....	65
3.2 – Turismo Inclusivo.....	71
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA	
4 - ENTRE CAMINHOS, SUJEITOS E PALAVRAS: O SENTIDO DA TEIA DA PESQUISA	82
4.1 – O estudo de caso	85
4.2 – A realização do Pré-teste	88
4.3 – Definindo os Grupos Focais	90
4.3.1 Aspectos Físicos dos Grupos Focais com Surdos	90
4.3.2. Aspectos Físicos dos Grupos Focais com Ouvintes – definindo o grupo controle	92
4.4 - A análise dos dados	94
4.5 – Dificuldades encontradas no caminho metodológico	96
CAPÍTULO 5 – ANÁLISES DOS DADOS	

5 - ANÁLISE E RESULTADOS DA DINÂMICA DA PESQUISA: DANDO VEZ E VOZ AOS DIFERENTES	99
5.1 – Dialogando com diferentes, em meio às suas diferenças: o olhar dos surdos.	99
5.2 – Dialogando com o <i>outro</i> ouvinte: norteando as diferenças.....	115
5.3 – Compreendendo o diálogo: desvendando o sentido da teia.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXO A – ALFABETO MANUAL	146
ANEXO B – LEI DE LIBRAS	147
ANEXO C – DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.	148
ANEXO D – TERMO DE CIÊNCIA DO CHEFE DE SERVIÇO ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA	160
ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO	161
ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, direcionado aos ouvintes	162
ANEXO G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, direcionado ao pesquisado OUVINTE, com menos de 18 anos	163
ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, destinado ao pesquisado SURDO, com menos de 18 anos	166
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, destinado ao pesquisado SURDO	168
ANEXO J – QUESTIONÁRIO PARA O GRUPO FOCAL.....	170

INTRODUÇÃO

A discussão sobre surdez, cidadania e políticas públicas no âmbito do contexto turístico pode nos parecer tanto inovadora quanto necessária, se pensarmos a realidade social em que vivemos. Problematizar essa regularidade discursiva torna-se um imperativo quando compreendemos que tais conceitos não se definem em si mesmos, mas são (re) construídos frente às necessidades sociais de cada indivíduo, com deficiência ou não, com seus direitos à cidadania, sujeito às políticas públicas vigentes.

O debate atual sobre igualdade e justiça tem, na problemática da inclusão/exclusão, relevância importante, pois, por meio de estratégias de poder, são definidos quais grupos participam dessa relação. Isso envolve uma abordagem, na qual campanhas, políticas públicas, documentos oficiais, entre outros artefatos, possam identificar quais são os grupos não-representados, não-beneficiados pelo bem público para, em seguida, encontrar maneiras de incluí-los. Tem-se assumido, então, por meio das políticas educacionais, um compromisso com a idéia de uma sociedade inclusiva, com a preocupação de se buscar estratégias que permitam uma distribuição de participação mais equitativa aos grupos sociais que têm sido excluídos. Estas questões não fogem ao contexto do Turismo; ao contrário, dão-lhe maior visibilidade, afinal, sua atividade deve compreender a participação e a inclusão de todos.

O lazer é um direito de todos, referido e garantido constitucionalmente. Assim, esta pesquisa se propõe a discutir e a questionar como os serviços do mercado turístico podem afetar a qualidade do turismo para pessoas com deficiência, especialmente para os surdos.

Estima-se que haja no Brasil cerca de 2,5 milhões de pessoas portadoras de surdez. Apenas na cidade de Itabuna – BA, calcula-se uma média de três mil surdos. E como vêm sendo respeitados os direitos e deveres de cidadãos, no caso destas pessoas que não ouvem?

Rezam os nossos ordenamentos jurídicos que todos os indivíduos têm direito à saúde, educação, esportes, cultura e lazer, sem discriminação de raça ou de qualquer tipo de necessidade especial. No entanto, sabemos que parte dos direitos garantidos legalmente não se efetiva nas práticas sociais. Torna-se, portanto, necessário um atendimento de qualidade para o acesso destes visitantes, limitado não apenas ao campo físico, como também no sentido do acesso à informação e divulgação, para que os surdos sintam-se incluídos e participantes da atividade turística.

O lazer tem alcançado diferentes classes sociais na atualidade, tornando-se um fenômeno de massas. A partir de então, passou a ser um direito reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, transformando-se em uma necessidade social. Trata-se,

portanto, do entendimento que o turismo é mais do que um fenômeno de massas, caracteriza-se por ser um fenômeno social e uma prática cultural.

Nos últimos anos, apesar da segmentação de mercado ter se preocupado gradativamente com as minorias – idosos, homossexuais –, não se observa ainda preocupação no âmbito turístico em relação às pessoas com surdez. Como hipótese, acredita-se que os serviços turísticos não têm considerado as necessidades dos surdos em seus aspectos sócio-culturais, sendo diagnosticada uma realidade de exclusão dos surdos diante da prática da atividade turística.

A relação entre igualdade e diferença transborda a questão da cidadania, evocando problemáticas no campo da teoria social, remetendo também ao binômio integração/desintegração social, em que se estabelecem ‘diferenças legítimas’, as quais não comprometem a homogeneidade pressuposta pelas ideologias nacionais (Estado), nem ferem os estereótipos morais da vida social (civil). Neste sentido, como se encontram os surdos dentro deste contexto social referente ao direito à cidadania?

A partir da minha inquietude, primeiramente enquanto profissional implicado com a questão, e depois enquanto pesquisador, tornou-se perceptível o interesse em demonstrar a grande importância de desenvolver este estudo não apenas pelo seu caráter inovador, como também pela importância da temática que enfoca a discussão de questões de cidadania e de inclusão social relacionadas ao turismo.

Assim, com a presente proposta de pesquisa, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão da percepção dos surdos frente à sua inserção na atividade turística. É nosso objetivo analisar a relação entre a percepção dos surdos (inclusão/exclusão) quanto à inserção social na atividade turística e as políticas públicas que contemplem e vislumbrem o direito à cidadania.

Também nos propomos a identificar, a partir de bases teóricas, a epistemologia da surdez e a difusão da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como meio legal para comunicação dos surdos, pesquisando como o poder público e organismos multilaterais (Embratur, OMT, dentre outros) tratam a questão da acessibilidade ao turismo por/para pessoas com deficiência, verificando como os documentos oficiais se referem à questão do turismo para pessoas surdas e se existem programas e políticas específicas para esta clientela.

Acredita-se que as políticas públicas voltadas para o setor turístico e os próprios serviços turísticos não têm considerado as necessidades dos surdos em seus aspectos sócio-culturais, diagnosticando-se, então, uma realidade de exclusão dos surdos diante da prática da atividade turística.

Assim, este estudo foi estruturado em capítulos, agrupados em três temáticas exploratórias e conceituais, e uma temática analítica frente ao objeto de estudo, a saber:

O primeiro capítulo se refere às bases teóricas tendo como referência a epistemologia da surdez, no intuito de apresentar ao leitor quem é esse sujeito Surdo¹, as definições sobre sua condição sensorial, bem como uma análise sobre como foi construído historicamente o olhar sobre a surdez. Assim, a institucionalização da surdez é retratada em sua história, com bases teóricas trazidas pelo diálogo com Foucault. A escolha de alguns teóricos especialistas na questão sociológica da surdez foi fundamental para as definições apresentadas sobre os sujeitos surdos e suas construções sociais, para que daí se possa entender as suas especificidades frente à demanda turística.

O segundo capítulo apresenta bases temáticas ligadas à discussão sobre inclusão e exclusão, diagnosticando que se trata de conceitos questionáveis e recentes, apresentando suas configurações frente às realidades sociais. Apresentamos, portanto, uma importante discussão, a partir de um referencial teórico que dialoga na perspectiva de trazer uma definição que melhor se fundamente quanto ao objetivo da pesquisa. Assim, outra seleção de autores foi fundamental para o percurso discursivo, levando-nos a tomar como referência esclarecedora as definições apresentados por Sasaki (1997) sobre o contexto da inclusão e as definições sobre as pessoas com deficiência.

A seguir, no terceiro capítulo, aproximamos essas discussões sobre o sujeito surdo, com o campo do Turismo, Políticas Públicas e Cidadania. Buscou-se apresentar um estudo que mescla a exposição de definições conceituais sobre o tema tratado, bem como adequar tais conceitos à realidade dos surdos, visto que se trata de uma temática ainda pouco explorada. Assim, nos valem de um referencial teórico que consegue fazer uma abordagem conceitual muito pontual sobre o turismo aproximando-o do direito à cidadania, trazendo assim o conceito dialógico entre turista-cidadão e cidadão-turista. Trazemos, para este capítulo, uma discussão referente às políticas públicas e o papel do Estado frente às necessidades políticas e sociais do cidadão. O capítulo é concluído com a abordagem teórica sobre o olhar do meio turístico para o indivíduo Surdo, numa perspectiva do desenvolvimento e da efetivação do turismo inclusivo, em que os direitos à acessibilidade e ao lazer sejam realidade.

¹ A palavra 'surdo' é utilizada neste trabalho com "S" maiúsculo em situações em que concordamos com Skliar (1998) quando pretendemos dar ênfase ao sujeito, dando-lhe uma condição de nome próprio, e não referindo-nos na adjetivação, frisando o 'ter uma deficiência'. Explicaremos, mais a frente, o pensamento do autor e a escolha pela aplicabilidade da palavra.

O quarto capítulo se propõe a apresentar de modo detalhado a metodologia aplicada na pesquisa, uma vez que as técnicas utilizadas foram um grande diferencial no alcance dos objetivos propostos. Assim, tal aplicabilidade pode ser compreendida como norteadora de novas pesquisas a serem realizadas não apenas sobre a mesma linha temática, mas com alcance também em outras linhas do conhecimento permitindo, quem sabe, novos olhares e contribuições inovadoras.

As análises dos dados, apresentadas no quinto e último capítulo, permitem dar vez e ‘voz’ aos sujeitos (surdos e ouvintes) pesquisados, a partir da metodologia dos grupos focais (grupos de surdos), bem como a do grupo controle (grupos de ouvintes). Também é definida a utilização do estudo de caso e a realização dos testes e pré-testes necessários para a eficácia metodológica. Tais análises são apresentadas passo a passo, diagnosticando, confirmando as hipóteses previstas, e despertando novas perspectivas sobre o tema, sem a pretensão de solucionar os problemas detectados, porém expondo uma realidade social que precisa ser reconfigurada frente às necessidades dos indivíduos em destaque.

Por fim, as considerações finais e recomendações vieram corroborar com a afirmação de Sasaki (1997) quando se refere aos padrões das atividades inclusivas para pessoas com deficiência, no sentido de que a sociedade é quem precisa se modificar para aceitar o *outro*, o diferente, e não este se adaptar às condições normativas.

1 – SURDO: ESSE *OUTRO* NO CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

As questões relativas às representações sociais do surdo devem ser vistas a partir de um olhar reflexivo, uma vez que estão em jogo os comportamentos e pensamentos humanos em relação a este sujeito que, por conta de uma condição física – a surdez –, está submetido às implementações de práticas e de políticas educacionais fundamentadas e sujeitas às condições de tais representações sobre este sujeito, e não a partir dele.

Nas representações sobre a pessoa surda a partir da ordem social, é possível fazer associações entre as construções históricas elaboradas sobre a surdez calcadas nos limites das impossibilidades, da improdutividade e da exclusão.

Entende-se *imaginário social*, a partir de Moraes (2002), como um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. No imaginário social, os surdos, dentro de um determinado contexto histórico, foram vistos como indivíduos inúteis e improdutivos por não conseguirem estabelecer relação comunicacional através do canal auditivo com os ditos normais-ouvintes.

Tais construções sobre os indivíduos que não ouvem podem ser entendidas através de um processo histórico, em que está em jogo a grande influência dos meios de comunicação no processo de construção deste imaginário social, aliada às questões religiosas e à ideologia social calcada nos padrões de normalidade. Assim, a compreensão sobre a surdez se valia, dentro dos contextos sociais, de algo ‘sobrenatural’, uma vez que – sob a ótica da normalidade – os surdos se encontram em condição de desarmonia com os critérios aceitos pelos padrões sociais. A partir deste parâmetro, tem-se a idéia de que o surdo é um ser limitado, um ser fora do padrão, condicionado à exclusão por ser o incapaz, o limitado e o anormal.

Em seu estudo “*Os Anormais*”, Foucault (2001) ressalta como esses discursos atuavam em busca da ordem. Enquanto antes tais indivíduos estavam sujeitos à reclusão ou ao extermínio, agora são destinados à normalização. Desta maneira, os especialistas eram os

que definiam quem devia sobreviver ou morrer. Foucault pontua em toda a sua obra que não são substituições de algo por outro, de um pior por um melhor e, sim, desdobramentos de elementos que se dão nas entre cenias.

Ao tomarmos como referência os relatos de Foucault acerca do tratamento dado aos indivíduos com peste e lepra, pode-se observar como se efetivaram estas substituições nos dispositivos de controle. Se, no caso da lepra, as pessoas eram colocadas distantes da cidade com o intuito de manter a cidade pura, posteriormente com a peste eram demarcados os locais que em que havia pessoas com lepra e os cuidados que se deveria ter, tratando-se, portanto, de um policiamento. (CARDOSO, 2007, p. 8)

Esse policiamento minucioso faz parte do que Foucault chamou de disciplina, em que são necessários a organização do espaço, o controle do tempo, uma vigilância e um registro contínuo para que se consiga estabelecer um certo conhecimento (saber) sobre esses indivíduos.

Trata-se, ao contrário, de uma série de diferenças sutis, e constantemente observadas, entre os indivíduos que estão doentes e os que não estão. Individualização e, por conseguinte, divisão e subdivisão do poder, que chega a atingir o grão fino da individualidade (FOUCAULT, 2001, p. 57).

Assim retomamos o conceito de Foucault do poder como positivo, no sentido de verificar como se desencadeiam outras formas de saber e poder e constatar o que tínhamos no caso da lepra (e aqui contextualizamos a surdez): a exclusão; sobre a peste (e sobre a surdez) temos um sentido positivo (de se positivar), incluindo, observando, criando saberes. Se antes estava ligado ao desconhecimento, a ação em relação à doença (no caso de lepra e peste) passou a ser um acúmulo de saber, o crescimento do saber.

Foucault salienta que, nesse período, a Idade Clássica ou século XVIII,

(...) Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos. (FOUCAULT, 2001, p. 60)

A norma, para Foucault (2001) tem função de positivar, de intervenção, de transformação, porque carrega em si dois princípios: um de qualificação e outro de correção.

Desse modo, sua função não é excluir, rejeitar, mas, ao contrário, ela descreve, qualifica, classifica e determina como se deve operar no processo de correção, de mudança.

Foucault reconhece que a discussão sobre poder se trata de uma relação de forças e que vai muito além do poder de soberania de classes, como se compreendia na visão marxista. Tal discurso, contudo, caracteriza-se por um tom jurídico em que, além de fazer prevalecer a sua vontade, o soberano dispõe de todos os recursos para favorecer seus próprios interesses.

A partir do século XVIII, Foucault reconhece o surgimento do discurso político-histórico, apresentando a guerra como padrão de inteligibilidade das relações de poder. Porém, esta guerra não se compreende no âmbito dos confrontos físicos, mas sim como conflitos e enfrentamentos que se dão nas relações que estabelecemos uns com os outros. As múltiplas relações de sujeição são, portanto, as que operam dentro do corpo social, de modo intrínseco à relação entre dominação e sujeição dos indivíduos (Foucault, 2005).

O autor identifica três tipos diferentes de luta:

Contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 1995, p. 235).

O poder deve ser visto não como uma propriedade, como um bem que alguém possuiu e que pode ser cedido a uma outra pessoa, mas ele deve ser pensado a partir do caráter relacional entre os termos que o integram. Isto implica que as relações de poder devem ser analisadas a partir de seus componentes. Para o autor, toda relação de forças está ancorada em uma determinada constituição histórica. Desta forma, é apenas através da análise dos conteúdos históricos, presentes no momento em que esta se encontra inserida, que podemos descobrir as clivagens dos movimentos e das lutas que permeiam todas as relações de poder.

Neste sentido, vemos que, com o passar do tempo, o conhecimento e o olhar sobre os surdos são compreendidos e redefinidos a partir do interesse de profissionais médicos, paramédicos, pedagogos, pais e familiares dos surdos, com o intuito de justificar a problemática social do surdo a partir das condições patológicas. A construção social dos

sujeitos surdos passa a ser vista a partir da medicalização da surdez e da pedagogia clínico-terapêutica. Interpretava-se agora a surdez como um estado pelo qual o sujeito traz consigo as desvantagens pelo que lhe falta (em relação aos padrões do mundo ouvinte).

Ao longo da história da surdez, foram surgindo mudanças significativas sobre o modo como a sociedade encara a questão da surdez. Sacks (1990), Sánchez (1989), Skliar (1997), Lane (1993), Quadros (1998) dentre outros, passam a vislumbrar o papel desempenhado pelo surdo em função dos saberes que predominavam na época.

De modo analítico e introdutório², Doziart (2002) argumenta que há uma compreensão histórica, de que prevalecia, na Antigüidade, a realidade excludente em que os surdos estavam inseridos, passando estes a serem vistos, a partir da Idade Média, como sujeitos merecedores de caridade. Em seguida, com o surgimento da filosofia humanística sobre a surdez, passou-se a explicar a surdez a partir dos modelos patológicos e assim, sujeitar os surdos à medicalização e aos tratamentos clínico-terapêuticos. Daí surgem, então, os primeiros estudos e pesquisas das instituições educacionais especializadas em um tratamento sistematizado para os surdos, mas isso, a partir de uma visão oralista e assistencialista, ainda no intuito de normalizar o defeito do sujeito surdo.

Nasce depois a idéia de integração social, contrapondo-se à política assistencialista, no intuito de derrubar a prática da exclusão e da segregação social a que os surdos estavam submetidos por toda sua história. Assim, o surdo era visto com possibilidades de adquirir espaço na sociedade. Contudo, todo o esforço desta integração era de responsabilidade do surdo, e, caso ele não se adaptasse ao ambiente que o recebera, a incapacidade era de sua responsabilidade, uma vez que o surdo é quem possuía o déficit sensorial e não conseguia ser como o ouvinte.

Ao pensarmos na surdez, notamos que os dispositivos constituídos no caso da peste e da lepra não ficam nada distantes e não são desconhecidos, pois se antes os surdos eram excluídos, destinados a asilos ou hospitais psiquiátricos, a partir do século XVIII são destinados à normalização (escolas especiais) e atualmente às escolas regulares, escolas “normais”, como retratam bem as políticas de inclusão – o que não deixa de ser um “*recurso para um bom adestramento*”. (FOUCAULT, 2000, p. 143)

Os autores contemporâneos contrapõem tais políticas filosóficas e toda a condição das representações feitas sobre o surdo e a surdez a partir da ordem social, a uma visão sobre a *diferença*, a *alteridade*, em que o surdo, em sua condição de diferente, tem o direito de

² Veremos mais adiante uma descrição referente ao contexto histórico sobre a Surdez.

exercer seu papel de cidadão, independente de sua condição física, incluído em um ambiente que lhe ofereça as condições de inserção social.

O termo diferença por sua importância em nossas reflexões precisa ser bem delimitado. Segundo Skliar (1998, p. 6),

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante.

Neste sentido, um trabalho que pretenda pensar a surdez precisa alicerçar-se a partir de uma discussão política, abordando: a- o espaço onde se localizam socialmente os grupos de surdos; b- os espaços políticos ocupados pelos cidadãos surdos; c- a forma como se relacionam com o mundo dos ouvintes; d- as representações que os surdos têm de si mesmos, dos ouvintes e estes daqueles.

Tais questões são fundamentais e precisam fazer parte das reflexões de quem lida com a pessoa surda. Assim, estão em jogo as reconfigurações que são feitas sobre os elementos sociais em que os surdos estão inseridos, e devem surgir novos processos de representação sobre o sujeito, desta vez não mais calcada na deficiência, mas na diferença.

Não estaremos privilegiando aqui o que defendem alguns autores sobre a concepção de uma cultura e identidade própria e específica dos surdos. Nem tampouco a negação desta visão teórica. O que pretendemos expor é que a surdez é construída a partir do discurso que se engendra sobre a condição de não ouvir, uma vez que o surdo traz consigo classificações sociais e culturais, como o de ser rico ou pobre, negro ou branco, heterossexual, professor, pai, etc. Contudo, salientamos e identificamos, aqui, que as práticas discursivas estão impregnadas de relações simbólicas e que a construção deste sujeito surdo perpassa a formação de diferentes papéis sociais, os quais não são homogêneos, e que tal construção permeia sua ideologia de forma multifacetada, levando em consideração seus valores, seus costumes, suas linguagens.

Maturana (1998) considera que a linguagem como fenômeno não ocorre na cabeça (mente/cérebro), nem consiste num conjunto de regras, mas ocorre num espaço de relações e pertence ao âmbito das coordenações de ação. O valor da linguagem está na possibilidade de desenvolvimento social, intelectual e emocional do ser humano. Por meio da comunicação social as pessoas se fazem entender, compartilham experiências e planejam a condução de

suas vidas, vivem a experiência cultural, são providas de explicações sobre determinadas ações e vivências, e sobre as razões do comportamento dos outros.

Segundo Vygostsky (1989, p. 89), a surdez seria “... um estado natural e não patológico para a criança surda, e o defeito só é sentido de um modo mediatizado, secundário, como resultado de sua experiência social refletida”. Isto se compreende diretamente na questão da identificação do surdo enquanto indivíduo pertencente a um grupo social, que traz consigo uma *diferença* e não simplesmente uma *deficiência*.

O entendimento da surdez enquanto defeito, falta, patologia, tem impossibilitado muitos avanços na educação e na inclusão do surdo na sociedade, pois, sendo vista como falta de algo, considera o surdo como *menor, menos habilitado, deficiente*, adjetivos pelos quais os surdos não aceitam – e nem devem – ser rotulados.

Ao se voltar para a especificidade do surdo, Ferreira Brito *apud* Bernardino (2000) afirma a existência de três filosofias educacionais voltadas para ele: o Oralismo, que defende o aprendizado apenas da língua oral; o bilingüismo, que defende o aprendizado da língua de sinais como primeira língua, ou língua nativa; e a comunicação total, que, reconhecendo o surdo na sua diferença e especificidade, lança mão de várias alternativas para a comunicação ser efetivada.

Conforme a autora acima, a primeira proposta fundamenta-se na “recuperação” da pessoa surda, sendo esta denominada “deficiente auditivo”.

No caso do bilingüismo,

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. (BERNARDINO, 2000, p. 29)

Para Sá (1999), a abordagem educacional oralista não enfatiza o que o surdo tem, mas o que lhe falta. A abordagem define-se por uma modalidade não natural ao surdo, sem considerar o fato de que esta não possibilitará interações lingüísticas nos níveis mais profundos da comunicação. Sendo assim, o desenvolvimento da auto-estima da pessoa surda, as possibilidades de auto-realização, o equilíbrio emocional, bem como o estabelecimento de interações comunicativas com outras pessoas que não são de seu convívio, ficam consideravelmente prejudicadas.

Consideraremos, neste estudo, o conceito de ‘comunidade surda’ numa concepção que procura unir a surdez e a língua em comum a fim de definir uma realidade social que deve ser entendida também como unidade social. Neste sentido, o conceito está muito mais ligado à conjuntura social a que os surdos estão inseridos que simplesmente ao indivíduo em meio ao grupo de surdos.

A denominação ‘comunidade surda’ para Perlin (2003) na temporalidade presente envolve os mais diferentes elementos, uma vez que quando entra no tema epistemológico perfaz a presença de surdos e ouvintes. Notadamente, na ‘comunidade surda’ as relações são comuns, as leis vigentes imperam entre surdos e ouvintes, o respaldo da representação das singularidades rearticula-se sempre em torno de uma luta contra a repressão desta diferença e a defende, expondo-a para a produção de efeitos de identificação.

A comunidade surda trata de um aspecto mais híbrido na constituição epistêmica como um grupo heterogêneo de pessoas que a constitui. Tanto pode ser constituída por surdos quanto por ouvintes filhos de surdos, por intérpretes e pelos que simpatizam com as causas políticas e sociais dos surdos. Assim, falar em comunidade surda não restringe o termo à segregação social, mas ao contrário, reconhece as fronteiras relacionais em que os surdos estão inseridos.

Sá (2002) enfatiza que a história dos surdos é um produto de sua resistência aos significados sociais que se configuraram e reconfiguraram com o passar do tempo. Citando Skliar (1998), a autora afirma que os surdos, para resistir ao poder do ouvintismo³, serviram-se de expedientes com o surgimento de associações de surdos enquanto territórios livres do controle ouvinte sobre a deficiência. A preferência aos matrimônios endogâmicos, a comunicação em língua de sinais nos banheiros das instituições, o humor surdo, dentre outros, são exemplos de outras interpretações da condição excludente a que estavam inseridos.

Quando vislumbrada a abordagem socioantropológica bilíngüe, o que nos leva a entender a ampliação do foco em que as culturas dentro de uma sociedade se co-relacionam, Sá considera a pessoa surda bilíngüe como aquela que pode utilizar-se de uma ou de outra língua em situações diferentes, e, além disso, tem suas atitudes e crenças influenciadas por outras culturas (Sá, 1999). Neste sentido, a autora centraliza a discussão sobre cultura a partir do entendimento de que os elementos culturais constituem-se na mediação simbólica que torna possível a vida em comum. A cultura, desta forma, se expressa através da linguagem,

³ Expressão utilizada por Carlo Skliar que se define como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SÁ, 2003, p.73).

dos juízos de valor, da arte, das motivações, etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade. Desta forma, não se compreende a noção de “cultura” como restrita a etnia, ou a nacionalidade, mas como um conceito que destaca formas de constituição de subjetividades que auxiliam na determinação e organização de grupos.

As especificidades e as representações culturais⁴ das comunidades surdas não seriam, em princípio, impedimento para os surdos estarem em uma escola de ouvintes (como não impedem que crianças filhas de imigrantes, por exemplo, que tenham em suas famílias outra língua e outras representações culturais estejam em escolas comuns). Isto, ao contrário, acabaria sendo um importante aspecto que possibilitaria ao grupo um sentimento de força e coesão a partir de suas especificidades, as quais os caracterizam enquanto grupo diferenciado e que precisa ser respeitado.

Contudo, a expectativa da sociedade em torno da pessoa surda suscita explicações de acordo com os seus padrões normais de existência. Assim a surdez passa a ser encarada como algo ‘sobrenatural’, ou como Foucault prefere definir – os anormais – uma vez que é considerada em constante desarmonia com os demais critérios aceitos sob a ótica da normalidade.

1.1 Surdos ou Deficientes Auditivos?

“A discussão sobre o normal e o patológico antecede a discussão de surdez como diferença ou deficiência. Definir o que é normal ou anormal não diz respeito apenas a questões biológicas, mas principalmente, a questões sociais. (SANTANA, 2007, p. 23)

Ao longo da construção da normalização sobre a surdez, muitos saberes foram constituídos e se apresentaram como forma legitimada (em cada época, respectivamente), para conduzir as práticas sociais sobre os sujeitos surdos. Recentemente, portanto, surge o questionamento diante das construções discursivas que permeiam as terminologias referentes

⁴ Compreende-se aqui representação cultural enquanto elemento teórico que busca explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a [individualidade](#). Assim, os elementos culturais que fazem parte dos grupos de surdos se constituem na construção de uma realidade comum a um conjunto social, privilegiando-se a utilização de uma língua comum, a língua de sinais.

aos surdos: “Qual é o termo correto - portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência ou portador de necessidades especiais?”.

De forma esclarecedora, é comum aceitarmos que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que, a cada época, são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade no relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Nesse processo de desenvolvimento, as terminologias vão sofrendo modificações. Sasaki (2005) traz uma abordagem histórica referente aos processos pelos quais as referências foram se reconfigurando. Em princípio, até os anos 60 do século passado, havia a imagem sobre os defeituosos, os inválidos, os excepcionais, os incapazes. Na década de 80, surgiu a terminologia ‘pessoas deficientes’. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo ‘deficientes’ passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo ‘pessoas’. A partir de 1981, as instituições de ensino e os departamentos de saúde passam a aderir a esta terminologia em detrimento da palavra ‘indivíduos’ para se referir às pessoas com deficiência.

Compreender a noção de sujeito, sujeição e subjetivação em Foucault nos leva a buscar a gênese destas imposições a que estamos expostos desde o momento em que nascemos: as condutas, as regras morais, para pensar diferente do que pensamos. Da mesma forma que Foucault (2001) diz das ciências, que não foi o louco que criou a psiquiatria e sim a psiquiatria que criou o louco, podemos dizer que não foram os surdos que criaram os saberes médicos (com seus desdobramentos fonoaudiologia, psicologia, pedagogia) sobre a surdez, mas foram estes lugares do discurso que criaram as práticas de correção e reabilitação a que eles foram submetidos.

Estas áreas do saber não criaram, portanto, o sujeito surdo, mas criaram efetivamente o deficiente auditivo. Esta particular forma de poder que, revestida de bondade e sob o manto de uma preocupação com a saúde e o bem-estar, foi aperfeiçoando formas de assujeitamento, melhor dizendo de ‘submissão da subjetividade’ do indivíduo surdo, numa combinação de técnicas de individualização e procedimentos totalizantes, enredando o outro através de práticas de disciplina, controle, cerceamentos (FISCHER, 1999).

Torna-se necessário delimitar, tomando por base o pensamento de Foucault, o que se entende por *normalização*. O autor traz questionamentos que confrontam a própria idéia de normalização, uma vez que a formação da normalidade descansa no consentimento dos indivíduos e que ela não aspira a normalizar sua maneira de se autoconstituir nem tampouco

a submetê-los a uma ‘normalidade’. Somente sob esta condição poderiam ser aceitáveis as decisões de estabelecer a *normatividade* (validade fundamentada e obrigatoriedade), sem, ao mesmo tempo, prescrever *normalidade* (formas de vida dominadas por normas).

Daí é possível compreender que a norma, quando atrelada à normalidade e à normalização, é excludente em relação ao enfoque que Foucault dá para a questão ética, tendo em vista o acento singular ou estético aí existente. Tratar-se-ia de uma relação excludente, tanto na medida em que a normalização implica medidas comparativas voltadas para a individualização máxima de cada um, voltadas para a formatação homogeneizante do ser conforme padrões, modelos ou preceitos, quanto na medida em que implica o acento nos códigos morais que prescrevem deveres universais e obrigatórios voltados para a subjetivação dos indivíduos.

Já a normatização referir-se-ia a certo ordenamento que possibilitasse a vida coletiva, útil e imprescindível, desde que posto em um contexto que garantisse a crítica de qualquer normatividade, desde que pudesse ser revisto e reinventado. O autor se refere, em sentido estrito, ao plano normativo como aquele em que se definem – para nosso comportamento – as normas, as autorizações regulares e as proibições. Entendemos que tal plano refere-se às regras sociais ordenadoras que adquirem legitimidade e validade, na medida em que sejam consideradas úteis ou necessárias para a viabilização das relações entre os sujeitos, algo distinto de normas que visem constituí-los a partir de padrões homogeneizantes, destinadas a sujeitá-los a identidades rigidamente pré-determinadas. E, neste aspecto, interligamos tais argumentos à idéia de poder normativo tanto exposto por Foucault.

Foucault tenta, portanto, desconstruir sua imagem de ‘o teórico do poder’ e afirma que o poder não é em si o mal (FOUCAULT, 1999d, p. 412), assim como as verdades também não o são. As relações de poder – enquanto jogos estratégicos abertos, nos quais seus efeitos não estão de antemão definidos de uma vez por todas — não têm necessariamente efeitos ‘ruins’. Referindo-se, especificamente, às relações pedagógicas, Foucault declara:

Não vejo onde se encontra o mal na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, e sabendo mais que o outro, lhe diz o que fazer, lhe ensina, lhe transmite um saber e lhe comunica técnicas. O problema consiste mais em saber como se evitarão em tais práticas — nas quais o poder não pode deixar de jogar e no que não é mal em si mesmo — os efeitos de dominação que farão com que um cara seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor (FOUCAULT, 1999, p. 413).

Foucault pretende demonstrar que seu interesse principal não girou em torno da noção de dominação, mas em torno do alcance extraordinário que as relações de poder adquirem no cotidiano, como um feixe de relações estratégicas abertas, móveis e complexas. No entanto, é certo que, às vezes, tais relações se encontram congeladas por meio de *estados de dominação*, em contextos nos quais não há espaço para que as relações de poder se movimentem em meio a acontecimentos imprevisíveis e abertos nos efeitos que possam gerar (FOUCAULT, 2001).

Assim, os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, os modos de subjetivação, aparecem e se desenvolvem historicamente como *práticas de si*, embora vigorem dentro de práticas discursivas (saberes) e práticas de poder que testemunham pela descontinuidade de suas formas históricas (FOUCAULT, 1984, p. 23). A subjetividade, o sujeito, para Foucault, envolve um processo de *subjetivação*, visto que, segundo suas próprias palavras, não existe *constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação* (*idem*, p. 28), ou seja, toda experiência que concretiza uma subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer a experiência do si (*subjetivação*). Toda subjetividade expressa algo de impessoal porque supõe processos de *subjetivação* onde se dá a *repartição de singularidades*.

Na contextualização histórica, portanto, sobre os saberes construídos sobre a surdez e como se referir aos surdos, é no final da década de 80 e início dos anos 90, que surge a expressão ‘pessoas portadoras de deficiência’, termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo ‘pessoas deficientes’. O ‘portar uma deficiência’ passou a ser um valor agregado à pessoa e a deficiência passou a ser vista como um detalhe do sujeito.

Em meados dos anos 90, surge a expressão ‘pessoas com necessidades especiais’, primeiramente para substituir ‘deficiência’ por ‘necessidades especiais’. Daí a expressão ‘portadores de necessidades especiais’. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome ‘pessoas com deficiência’.

Em junho de 1994, a Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência. Pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.

A tendência é substituir, seja na fala ou na escrita, o uso da palavra ‘portadora’ (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo ‘portar’ como o

substantivo ou o adjetivo ‘portadora’ não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Não se pode, portanto, escolher portar uma deficiência ou não portar, pois tal deficiência se estabelece enquanto uma condição daquele sujeito. Assim, alguém porta sua carteira de identificação, mas não porta sua condição de ser surdo.

Em consonância com a realidade dos surdos, a terminologia que melhor se adequa a estes sujeitos é a expressão ‘Surdo’, termo pelo qual os surdos reconhecem a si mesmos e se autodefinem com melhor aceitação, desmistificando terminologias como: surdo-mudo, surdinho, mudinho, que não condizem com sua realidade de identificação.

Contudo, por que reconstituir essa arqueologia sobre as nomenclaturas que definem os sujeitos com deficiência? Nosso interesse é o de demonstrar que o discurso revela as crenças embutidas no imaginário coletivo, na ordem social vigente de modo geral. Referir-se aos surdos enquanto pessoas portadoras de necessidades especiais, ou pessoas deficientes, ou qualquer que seja a variedade terminológica, refletirá a visão e a construção dos saberes sobre esses indivíduos. E tais adequações e/ou transformações, significam, portanto, que tais conceitos estão se transformando para que esse sujeito ‘diferente’ seja visto de uma outra forma. Assim, tais transformações discursivas refletem um passo positivo em direção ao respeito ao ser humano, bem como ao rompimento das barreiras vivenciadas pelos mesmos, principalmente as barreiras atitudinais, que definiremos mais adiante. Conseqüentemente, não se emprega, a partir dessas transformações, conceitos tão carregados de pré-conceitos.

O conceito de surdez também sofre mudanças e se ramifica de acordo com os contextos históricos. A tradição médico-terapêutica definiu a surdez a partir do déficit auditivo e de classificações clínicas (leve, profunda, congênita, pré-lingual, etc.), mas não identificou as experiências da surdez nos contextos psicossociais e culturais em que o surdo sempre esteve inserido.

A terminologia *deficiente auditivo* tem sido utilizada por profissionais ligados à área da Educação e à área médica. Isso reflete a visão médico-terapêutica, em que o surdo é o portador de uma patologia que precisa ser tratada; uma deficiência localizada que precisa ser banida. Porém, as classificações sobre a surdez podem ser visualizadas sob uma ótica cultural, uma vez que ela atinge diretamente a estrutura neurolinguística e cognitiva para o desenvolvimento da linguagem – que é um elemento cultural.

Dorzat (2003) faz uma tomada geral a respeito dos níveis de surdez e sua correspondente interferência no contexto social e desenvolvimento do surdo. Dentre elas está a *deficiência leve* (com perda de 20 a 40 decibéis), classificando as pessoas consideradas desatentas e distraídas. Elas não percebem todos os sons das palavras e costumam pedir para

que as informações sejam repetidas. Contudo, elas conseguem adquirir linguagem oral naturalmente, e por conta disso, chegam ao nível escolar e o concluem de forma normal. Sua deficiência chega a passar despercebida. O atendimento médico para estes casos é o tratamento clínico ou cirúrgico e, se necessário, tratamento fonoaudiológico.

A *deficiência média* ou *moderada* (com perda de 40 a 70 dB) faz com que as pessoas tenham dificuldades na compreensão da fala, principalmente quando as frases são complexas, com expressões abstratas, e com artigos, pronomes, conjunções. Nesse caso, é necessário um apoio visual para o entendimento da mensagem. O atendimento pode ser clínico, cirúrgico, fonoaudiológico e pedagógico especializado, e uso de próteses.

Já com a *deficiência severa* (com perda de 70 a 90 dB), as pessoas só percebem voz muito forte e alguns ruídos do ambiente. Diante disso, a compreensão verbal depende do apoio visual e da observação do contexto em que se desenvolve a comunicação. A linguagem só é adquirida no seu próprio ambiente. Assim, recomenda-se prótese individual e atendimento pedagógico especializado.

A *deficiência profunda* (acima de 90 dB) faz com que a pessoa não adquira informações auditivas, impedindo-as até de identificar a voz humana. Não desenvolvem linguagem oral no ambiente familiar e não adquirem fala para comunicar-se por conta da falta de referência e modelo. A previsão da escolaridade é prolongada e recomenda-se uso de próteses. O surdo, muitas vezes é levado à aprendizagem da leitura labial e da fala, para desenvolver relações comunicativas na sociedade.

Com base nas definições de surdez, compreende-se que, a partir de uma maneira essencialmente analítica sobre a condição física, pode-se observar as questões da diferença sociocultural dos sujeitos surdos. Diferenças físicas que condicionam as diferenças sociais. Essa diferença será ainda melhor definida quando em referência ao período em que a surdez ocorre. Se o déficit auditivo acontece antes ou depois da aquisição da linguagem, certamente tal fator influenciará a construção cultural e social do indivíduo. Se o nível de surdez de uma pessoa permite que ela incorpore as características comuns impostas pela sociedade, o seu desenvolvimento cultural corresponderá ao nível da sociedade ouvinte. Mas, se a surdez acontece antes que o indivíduo corresponda aos mesmos comportamentos culturais dos ouvintes, ou ainda que o nível de sua surdez não permita o acesso a tais comportamentos comuns aos ouvintes – uma vez que ele não ouve – o que se terá, de fato, é uma representação cultural diferenciada para a comunidade surda. Assim, a limitação auditiva torna-se inegável para a identificação das diferenças individuais. Ou seja, torna-se importante

observar que os aspectos médico, individual e familiar ampliam-se numa perspectiva sócio-cultural.

Esta perspectiva médico-terapêutica, em que o discurso é sobre o corpo, não é o fator único para a obtenção de uma ordem social, mas o que Sá atribui a este fator é a falta de representação da diferença.

É obvio que a perspectiva médico-terapêutica tem um certo poder de legitimação. E este poder se efetiva em práticas disciplinares que acabam moldando as relações entre professores e alunos, entre surdos, entre familiares, enfim, moldam as relações sociais (2002, p. 326)

Para Dorziat (2003), a expressão ‘surdo’ torna-se mais adequada para identificação dos processos culturais da surdez e o termo deve ser aceito como o mais apropriado. Ela representa uma tentativa de minimizar o processo de estigmatização dessas pessoas, favorecendo a identificação do surdo como *diferença*.

Capovilla (2001, p. 1520) adota o termo ‘surdo’ como aquele que designa a pessoa portadora de deficiência auditiva, enquanto o termo ‘Surdo’ designa um grupo de indivíduos pertencentes à comunidade surda, que se identifica com seus valores e se distingue pelo uso da Língua de Sinais.

Adotaremos, neste trabalho, esta mesma grafia para referir-se ao sujeito Surdo, por compreendermos que tal diferença na escrita, identifica não a pessoa que escuta com dificuldade, mas sim os ‘Surdos’ enquanto pessoas que apresentam impossibilidade de acesso natural à língua oral, formando uma minoria diferente, com especificidades e características lingüísticas, cognitivas, culturais e comunitárias, ou seja, não privilegamos a deficiência que acomete o surdo, mas, sim, a condição de diferença social a que o Surdo está submetido. De todo modo, ao falar em ‘Surdo’ estamos privilegiando a sua condição de sujeito em primeiro plano, e ao falamos em ‘surdos’ reconhecemos a sua condição sensorial.

As discussões sobre o funcionamento cognitivo na surdez, para Santana (2007), não podem se referir apenas aos aspectos biológicos. Para a autora, “a organização cognitiva particular está também relacionada à percepção do mundo e à construção da significação” (SANTANA, 2007, p. 15).

Ainda quanto ao termo ‘Surdo’, com o qual as pessoas que não ouvem referem-se a si mesmos e a seus pares, Sá faz uma definição precisa quando coloca que:

Podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária, e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem. (SÁ, 1999, p. 19)

Sacks (1998) acrescenta que, para essas pessoas que nunca ouviram, que não têm lembranças, imagens ou associações auditivas possíveis, nunca poderá ocorrer a ilusão de som. E o resultado cultural que esta surdez provoca é a construção de uma língua própria – a língua de sinais.

As pessoas profundamente surdas não mostram em absoluto nenhuma inclinação inata para falar. Elas demonstram uma inclinação imediata e acentuada para a língua de sinais que, sendo uma língua visual, é para essas pessoas totalmente acessível. (SACKS, 1998, p. 43)

Diante disto, Bernardino (2000) salienta a aquisição de linguagem como uma das principais maneiras de construção e identificação de uma cultura, de uma visão de mundo e de ideologias. É através da linguagem que a exposição dos pensamentos, emoções, crenças, medos, desejos e conhecimentos vão formar uma identidade.

1.2 - História dos surdos: Uma trajetória de desigualdade social rumo à construção do sujeito surdo

Nas últimas décadas, fortes mudanças que a sociedade vem experimentando têm revelado novas perspectivas de inter-relações, possibilitando o surgimento de traços interculturais, de novas significações, novos contextos, ressignificando-se, portanto, a própria vida social. Surge, então, a presença do particular, do especificamente diferente, do exótico, e dos novos espaços de produção. Nesta ocasião, nota-se o que alguns estudiosos identificam como *hibridismos*⁵, na mesma ocasião em que Skliar (2003) observa alguns desaparecimentos, perdas, mudanças, surgimentos.

⁵ Conceito apresentado por Canclini (4ª Ed., 2006) para contextualizar as trocas culturais, analisando a hibridização cultural dos países latino-americanos, ou seja, a coexistência das tradições culturais locais com os projetos de modernização, procurando compreender o intenso diálogo entre as culturas.

Nessa discursividade, a diferença é transformada em diversidade. Diversos, entretanto, não são variantes, porque se pensamos em variantes, partimos do pressuposto de variantes do mesmo. E, no caso do surdo, ele não é um variante do ouvinte, mas é diferente. Ou seja, essas variantes estão sempre embasadas na normalidade. Diversidade não é outra coisa que a(s) variante(s) de uma normalidade.

Postulamos a discussão epistemológica, porque nada significa mudar a nomenclatura se as epistemes que a sustentam são as mesmas dos discursos da deficiência. Ao manter a episteme, a diversidade pode ser tão homogênea como as nomenclaturas que lhe antecedem. E sabemos o quanto esta tomada de atitude nos custa, pois precisamos desses diferentes para mostrar o quanto somos ‘normais’.

Para decifrar a *épistémè*, Foucault (1998a) analisa as rupturas ocorridas nos séculos XVI a XIX, destaca a emergência das práticas científicas, mostra como as configurações de saber nascem e condicionam os dispositivos, que são as estratégias de relações de força que sustentam esse saber (Souza, 1998). Para Foucault, a episteme (a *épistémè*) é:

(...) um dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável. (FOUCAULT, 1998a, p.247)

Ao afirmar que ser humano é determinado pelo que sabemos dele e somente assim será conhecido, Fischer (1999) salienta que, na perspectiva foucaultiana, poder-saber-poder estão sempre inter-relacionados, já que dominar o saber significa “obter um completo conhecimento e domínio sobre os sujeitos, seus corpos e suas almas”. (p. 40). E, notoriamente, esses saberes acabam por afetar as práticas sociais e o olhar sobre sujeitos.

Foucault acentua a tripla propriedade deste gênero de discurso: a primeira propriedade diz do poder de vida e de morte destes discursos. Em segundo lugar, está sua funcionalidade enquanto discursos de verdade pelo seu estatuto científico, formulados por pessoas qualificadas no interior das instituições científicas, e em terceiro pelo seu poder de nos fazer rir, pela sua capacidade de se tornarem ridículos e obsoletos aos nossos olhos, mas não sem antes ridicularizarem determinados indivíduos.

(...) Como entender essa alteridade estrangeira em uma população politicamente definida como sendo a de um único povo brasileiro? (...) Como entender esses outros surdos não oralizados que insistem em marcar conosco uma estrangeirice, uma diferença radical em termos sociais, culturais e identitários? (SOUZA e GALLO, 2002, p. 41)

É neste contexto que se enquadram as técnicas usadas para normalização e ouvintização dos surdos. Aqui, operam tanto a tecnologia do poder disciplinar que, segundo Souza e Gallo (2002), tem como objeto a sujeição do corpo do indivíduo, quanto a tecnologia do biopoder⁶, exercida sobre um corpo coletivo. Tais tecnologias vão desde os implantes cocleares até as pesquisas genéticas a fim de descobrir o gene que origina a surdez.

Então com o intuito de controlar a população, esse controle não resume somente à sua consciência, mas se estende a seus corpos. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1998^a, p. 80)

Esse corpo que não se configura apenas no aspecto físico, mas nas experiências de vida, que é produto de práticas, espaço de lutas, marcadas por discursos localizados e marcadas historicamente. Agora, esse corpo não é somente vigiado a partir da alma, pela confissão, mas é visto pelo modo de se comportar, agir, pensar. Corpo marcado pela história, local de ‘inscrição dos acontecimentos’. Local de estratégias de controle, de práticas disciplinadoras eficazes que fabricam corpos sujeitados. Corpo que “entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2000, p. 119). E essas práticas são sutis, se dispersam e são, por vezes, imperceptíveis.

A surdez, por se localizar no discurso do deficiente e da falta de algo, gera a necessidade da ida ao médico – responsável para explicar as anormalidades da sociedade – , já que a surdez encontra-se no discurso clínico.

Só que a norma é tão absorvente que, além de criar os desvios, cria seus representantes e responsáveis pela condução/tratamentos dos mesmos. Ao ser naturalizada, a

⁶ “... uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo.” (FOUCAULT, 1998, p. 131)

norma se estabeleceu e estabelece atos de poder que se escondem dentro dela mesma e por isso são mais eficientes e têm tanto efeito. É uma naturalização que implica numa invisibilidade da norma fazendo com que nunca seja questionada.

Ao ‘cuidar’ da população, os especialistas fazem com que esses corpos se constituam num tipo de desvio e fiquem anos a fio submetidos a práticas normalizadoras: um assujeitamento que, algumas vezes, vai da infância à vida adulta.

Como afirma Laborit (1994) e tantos outros surdos, não se tem saudade do que nunca se conheceu. O som torna-se importante para quem precisa, para quem usufrui dele no seu cotidiano, mas para quem utiliza uma outra dinâmica ou tem outras formas de perceber o mundo ele é dispensável. Mas, como a norma parte de nós e nós sabemos o que é melhor para esses anormais (outros), então temos piedade e mantemos nosso poder pastoral diante daqueles desprovidos de algo tão bom que é o ouvir.

A dinâmica da sociedade e da escola consiste em inventar operadores a serviço de marcar a distinção entre normalidade e anormalidade, fixando sempre assim “quem somos *nós* e quem são os *outros*” (VEIGA-NETO, 2001, p. 25). Estamos em constante criação de dispositivos para demarcar quem são os anormais e os anormais. E, em decorrência disso, criamos as instituições que os abrigam.

Essas práticas de dar ordem ao mundo, esse disciplinamento não se encerra no saber, mas se estende ao corpo, à sua codificação clínica, à medicalização. A ciência moderna e a emergência das técnicas de normalização constituíram-se num complexo dispositivo para produzir discursos de verdade. Não se trata nem de um saber médico, nem judiciário, mas de um poder de normalização que se estabeleceu nas diferentes instituições e se disseminou por toda a sociedade.

Em *As palavras e as Coisas* e na *Arqueologia do Saber*, Foucault nos ajuda a compreender não só como se instituiu o saber na modernidade, mas principalmente como esses saberes, ao instituírem-se, criaram o que se chama hoje sujeito moderno. Depoimentos como os apresentados nos dados demonstram de que forma os discursos sobre a deficiência penetram as condutas individuais e provocam tanto os efeitos de recusa, bloqueio, desqualificação, como também as múltiplas formas de incitação, de intensificação, de resistência.

Entretanto, ao transformar a diferença em diversidade (diversidade sempre considerada a partir do normal), não se evidencia o fato de que os surdos não são variáveis do ouvinte, e sim mais um dos tantos sujeitos que povoam esse tecido social.

(...) o discurso em favor da igualdade pode vir a ser tão colonialista quanto o discurso em favor da diferença, quando falta uma análise crítica do valor e da profundidade de diversidade. (GNERRE, 1998, p. 107)

Reafirmamos, por isso, nosso propósito em discutir as escolhas feitas historicamente na forma de discurso sobre a surdez e o surdo, reportando-nos também, metodologicamente, agora ao lugar de quem sempre foi narrado, nesse momento narrando-se, tornando-se autor de sua própria história e não mais co-autor ou colaborador. Isto talvez nos evidencie o quanto são incertos os discursos que compõem a história desses sujeitos, as escolhas feitas para significar essa diferença, as representações de verdade na história da educação dos surdos e que foram fruto de relações construídas social e discursivamente.

1.2.1 - O Surdo: da exclusão à diversidade sociocultural

Ao longo do processo de reconhecimento do homem como um ser social, a humanidade, em todas as culturas, necessitou afirmar que não vive só, e que a troca de relações está intrínseca à sua essência como ator social. Sendo assim, a construção do homem como indivíduo necessita de um ambiente social desde quando nasce.

Contudo, os processos sociais percebem um membro da sociedade como aquele dotado de razão e entendimento para que possa agir com seus direitos e deveres que cabem a um verdadeiro cidadão. Dito assim, em tão poucas e simples palavras, parece muito fácil e claro de se tornar uma realidade social. Mas nem sempre o é.

Embora grande parte dos membros de toda comunidade lide naturalmente com a experiência da serialização, atravessando-a sem grandes dificuldades e sem exclusões extremas, a realidade e os problemas aparecem quando a visão não está sobre o que acontece com a maioria, mas com uma minoria reconhecida entre os seres humanos. Existem minorias que, ao longo da história, têm sofrido discriminação por terem alguma característica que os deixa fora da estatística do grupo majoritário e os coloca numa posição de ‘outros’.

Uma parte da população inserida nesse contexto é a comunidade Surda, representada por sua diferença. Referente a esta, é importante lembrar e ressaltar seus aspectos históricos, para que se possa entender o atual olhar sobre as ‘deficiências’ e não sobre as ‘eficiências’.

Skliar (1999) relata que, na China, os surdos eram lançados ao mar; e, na Gália, eram sacrificados a Teutatis⁷. Em Atenas, eram abandonados nas florestas. E, na Idade Média, eram freqüentes os apedrejamentos ou a morte nas fogueiras da Inquisição e, quando não, eram jogados em abismos, para que fossem excluídos do ambiente social por serem ‘defeituosos’, ‘imperfeitos’. Entre os Hebreus, predominava a visão bíblica que a deficiência era sinal de impureza e representação do pecado (do próprio indivíduo ou dos pais). Já os romanos matavam os fetos e os recém-nascidos ‘monstruosos’; se nascessem ‘defeituosos e monstruosos’, afogavam-nos, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguir coisas inúteis das saudáveis. Durante toda a Idade Média, o conceito mencionado continuou inalterado, sendo comum famílias com membros deficientes esconderem-nos, a fim de não tanto os deficientes, como a própria família ‘normal’, não sofrer com a discriminação da sociedade vigente.

Embora o mundo atual já não pratique esses massacres em massa, muitas vezes continua construindo abismos sociais, deixando àqueles à margem e excluídos das práticas que competem aos cidadãos. Segundo Eizirik (2003, p. 3), “não é fácil ser diferente no interior das instituições que desejam o amoldamento a uma massa relativamente uniforme, idêntica e identificada, unificada, monocórdica, quase anônima”. Contudo a responsabilidade dessas instituições – Família e Escola – é primordial e fundamental para que o ‘outro’ seja parte integrante do todo social.

A hegemonia de discursos ligando a surdez à questão médica fez predominar uma abordagem clínico-terapêutica dentro dos projetos educacionais, desde o final do século passado, persistindo até os dias de hoje. A escola, assim, enquanto palco pedagógico apresenta-se também enquanto proposta clínica de atendimento aos sujeitos surdos.

Autores como Sanchez (1990) e Skliar (1997 a, 1997b.), procurando contextualizar historicamente a educação de surdos, fazem referência a esta perspectiva clínica-terapêutica que predominou nas escolas por muito tempo, em detrimento de um projeto pedagógico. Segundo Skliar,

As idéias dominantes nos últimos cem anos são um claro testemunho de um sentido comum, segundo o qual os surdos correspondem, encaixam-se e adaptam-se com naturalidade a um modelo clínico-terapêutico, versão

⁷ Teutatis era um deus Celta, protetor desta tribo na antiga Gália.

amplificada e exagerada da pedagogia corretiva de princípios do século XX e vigentes até o momento. (1997, p. 248)

Quando Foucault descreve essa imposição sobre o sujeito, fala das lutas que travamos continuamente por formas de sujeição que não nos submetam em nossa singularidade. E isso quer dizer que o sujeito não só é sujeição, porque ele é sujeito nas formas de relação consigo, é efeito das experiências de si, historicamente constituídas.

Os surdos estiveram, historicamente, localizados no discurso sobre a deficiência e conseqüentemente sobre quem seriam os deficientes. Autores como Skliar (1998), Souza (1998), baseados em Foucault, fazem uma discussão epistemológica sobre a surdez, investigando o que está oculto no discurso da deficiência, nas entrelinhas dessa cientificidade e neutralidade; a complexidade do outro, esses tantos outros abrigados numa discursividade em que não é considerada a existência das identidades, das alteridades.

O que talvez nos perturbe, como salientam Souza e Gallo (1997), é que existe sim a possibilidade das pessoas se constituírem de várias maneiras. E aceitar o ‘estrangeiro em minha casa’ seria aceitar a existência de pessoas que aprendem de maneira diferente, se comunicam de forma diferente e adquirem conhecimentos de modo diferente. E isso não tem ‘cura’ e não é algo que com o tempo passa.

Todas as técnicas de disciplinamento foram desenvolvidas para que esse sujeito chegasse o mais próximo possível do normal e se comportasse como tal. E é nessa preocupação com o bem-estar da população, que a exclusão - não tão agressiva porque agora os sujeitos não são extintos – é revestida de um poder bondoso, pastoral, no intuito de cuidar sabendo o que é melhor para o outro.

Não se trata de expulsar, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão. (FOUCAULT, 2000, p. 57)

Assim, compreendemos que a historicidade dos surdos está calcada nesses modelos de anormalidade, que assim como excluía os sujeitos defeituosos, também passou da submissão à normalização, seja na instância terapêutica (asilos e hospitais psiquiátricos), como também nas instituições sociais (escolas especiais, e atualmente as escolas regulares para os ‘normais’), reforçando o que Foucault denomina adestramento.

1.3 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: uma definição em constante (re) configuração

Entender os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos referentes à inclusão de pessoas com deficiência, trata-se, nos dias atuais, de reconhecer a alteridade, a diferença, dentro de um contexto onde a cidadania é o elemento essencial para a efetivação dos direitos e deveres, em uma sociedade. Neste aspecto, posicionamo-nos frente à inclusão social numa relação de efetivação da cidadania, enquanto participação na condição de cidadão na sociedade, com os mesmos direitos e deveres dos demais membros. Para isto, recorreremos a Telles, quando define que:

“A cidadania é uma possibilidade de articulação entre igualdade e diferença, no espaço público, além da inserção que representa para o sujeito nesse espaço. A construção da cidadania moderna surge com a necessidade de um espaço destinado à voz de integrantes da teia social para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma nação, pois é decorrente da pluralidade de discursos que se forma a cidadania.” (TELLES, 1994, p. 92)

O diálogo entre conceitos de cidadania e democracia se faz relevante à medida que os direitos dos cidadãos só existem quando são de fato aplicadas condições democráticas, pois a cidadania é vista como um meio de reivindicação de grupamentos da sociedade e como uma estratégia para sua entrada no espaço público.

Segundo Lavallo, na sociedade capitalista, a cidadania é compreendida pelos direitos civis (referentes à liberdade individual), políticos (a participação no exercício do poder político através da representação ou da participação) e sociais (compreendendo o bem-estar do indivíduo, o direito à segurança, ao trabalho, ao lazer, à educação, à saúde, entre outros), considerando-se ainda a ordem simbólica (crenças, valores, significações socialmente estabelecidas e aceitas, mediando o indivíduo e o Estado) (LAVALLE, 2003).

Considerando que o modelo de cidadania varia de uma sociedade para outra, este vai refletir as condições econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades em um determinado contexto. Daí o surgimento do embate de forças visando a sedimentação das ideologias dos diferentes grupos sociais que lutam para a preservação dos seus discursos e práticas, tornando-se hegemônicos. Isso se deve também ao fato de que cada vertente de

representação social legítima e tenta implementar um determinado projeto societário compatível aos ideais nos quais acredita, na busca por seus direitos.

Movimentos sociais surgem e se acentuam após a II Guerra Mundial, quando pessoas com deficiências passam a ser reconhecidas também como sujeitos de direitos, principalmente com o programa de Ação Mundial para Deficientes, proposto pela ONU (1982), que declara: “o meio determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade de uma pessoa quando esta é relegada à invalidez, quando lhe são negadas as oportunidades, inclusive aos aspectos fundamentais como a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária, incluindo nessa realidade o acesso à comunicação”. Surge, assim, o reconhecimento de que pessoas ‘deficientes’ sejam consideradas cidadãs possuidoras de direitos e obrigações, partícipes e construtoras da sociedade.

No Brasil, as lutas dos diversos movimentos sociais organizados em prol dos direitos das pessoas com deficiência se fortaleceram na década de 80 e, embora já tenham obtido avanços significativos, ainda existem vários obstáculos que mantêm a exclusão desses cidadãos no sentido de uma vida independente, auto-sustentada e plena. A própria legislação brasileira, até a década de 1980, mantinha um caráter assistencialista e paternalista, pelo qual os deficientes deviam adaptar-se ao meio onde viviam e não o contrário. Atualmente, a política nacional visa a integração social, entendendo a inclusão no sentido amplo, envolvendo as esferas culturais, socioeconômicas e políticas.

Neste contexto, em consonância com o disposto na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social surge e rege pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A respeito das pessoas com deficiência, observa-se que, historicamente, quem desenvolve a ação definidora são os grupos que detêm o poder. Por esta razão, ainda existe uma visão preconceituosa por parte da sociedade, como resultado desta manipulação, que desconsidera a visão das pessoas com deficiência.

Assim, as noções de saúde, doença, normalidade e anormalidade, eficiência e deficiência, são construções histórico-sociais, e a palavra *deficiência* definida pelo dicionário através da *falta ou carência de (...)*, tem uma conotação de incapacidade e, por conseguinte, a expressão ‘portador de deficiência’ incorpora o mesmo sentido. As pessoas com deficiência acabam sendo vítimas de estereótipos e discriminações por desviarem-se do padrão de normalidade.

Referir-se a uma pessoa com deficiência – termo defendido atualmente pela CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão vinculado à Presidência da República), significa reconhecê-la em primeiro lugar como pessoa, o que não o fazem termos preconceituosos como deficientes, portadores de deficiência, dentre outros.

Para destacar a possibilidade de inclusão dessas pessoas, Oliveira (1999) adotou a escrita da palavra “deficiência” com uma alteração gráfica e simbólica – dEficiência – de forma a destacar a ambigüidade do termo. Em seu trabalho, a autora procurou confirmar a hipótese de o ‘deficiente’ poder ser eficiente, concorrendo em iguais condições com pessoas ‘normais’, desde que consideradas e respeitadas suas diferenças.

Para Santos (2003), o universalismo que se quer na atualidade é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Percebe-se a inexistência de um consenso sobre os termos utilizados para a identificação de pessoas com deficiência, como o deficiente visual e também o deficiente auditivo. Nem todos os indivíduos incluídos nessa categoria se identificam com os termos ‘portador de deficiência visual, deficiente visual, ou deficiente auditivo’. Por exemplo, no caso dos que não ouvem, a expressão ‘Surdo’ é como melhor eles se identificam e identificam seus pares (SÁ, 2002, p. 35).

Quando se trata da cidadania para as pessoas com deficiência, entende-se como complemento na idéia de inclusão social as questões culturais, a inclusão formal-legal, a

inclusão socioeconômica (educação e formação profissional), a abertura no mercado de trabalho e a inclusão política e civil.

A falta ou redução de um dos sentidos não é e não pode ser o principal obstáculo para a inclusão de tais indivíduos como cidadãos, plenos de direitos e deveres. Quando lhes forem oferecidas as condições de aprendizado e os meios de desenvolver e aplicar suas habilidades, haverá, conseqüentemente, as condições plenas de participação na vida social, econômica, cultural e política da sociedade.

Entretanto, no contexto brasileiro, marcado pela forte desigualdade social, os avanços obtidos pelos deficientes nos últimos anos permanecem cercados pela máxima da inclusão para quem tem mais condições (físicas, sociais e econômicas) e da exclusão para quem tem menos, ou não tem essas condições.

1.4 Os Surdos e a Língua de Sinais

Neste ponto do trabalho, interessa-nos, sobretudo, refletir sobre a relação entre língua e sociedade no que se refere a minorias lingüísticas – grupos competentes em línguas que não são as hegemônicas nos espaços sociais que ocupam. Nesse sentido, vamos nos basear em Skliar (2002, p. 9-10) para definir *minoría*.

O autor situa historicamente o termo ‘minoría’ e tira deste percurso diferentes acepções. Como ele indica, não ocorre, entretanto, na História, uma substituição dos sentidos que carrega o termo; parece ocorrer, sim, uma espécie de acúmulo desses sentidos.

‘Minoría’ aparece como: “experiência de subordinação que é vista, desde um outro lugar, como experiência de imposição” (SKLIAR, 2002, p. 9).

Como explicita Skliar, essa definição vem de uma herança histórica da Europa em que a ‘grupos minoritários’ era imposta uma subordinação. “(...) o que está em jogo nesta herança da palavra ‘minoría’ é o sofrimento do outro, a sua experiência do sofrimento.” (2002, p. 9).

Também sublinha o autor outro ponto:

Não é o quantitativo o que demarca o território do minoritário e majoritário, é sim, um certo tipo de mecanismo de poder, aquele que outorga tal condição: um mecanismo de poder que a nossa tradição tentou traduzir em termos de uma relação entre dominantes e subordinados (2002, p. 9).

Segundo Sá (2000, p. 85), umas das evidências básicas para integração dos grupos de surdos é o uso da Língua de Sinais. E, mesmo aos surdos que não tiveram acesso a esta língua de forma efetiva, é através da comunicação visual-motora que estes sujeitos se identificam. A autora argumenta que o valor de uma língua está na sua possibilidade de construção social, pela instrumentalização para a comunicação, e pelo valor de troca, de reflexão, de crítica, de posicionamento.

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento de identificação dos surdos entre si. (SÁ, 2002, p. 106)

Alguns acreditam que as línguas de sinais foram inventadas por professores de surdos como recurso educacional ou comunicativo, desconhecendo que, pelo contrário, as línguas de sinais são fruto de um processo construído, histórico e socialmente, pelas comunidades surdas e transmitidas através das gerações (FERNANDES, 2003)

Segundo escreve Capovilla (2001), Wilhelm Wundt, em 1911, foi o primeiro a defender a concepção da Língua de Sinais como idioma autônomo. Ainda hoje, mesmo já tendo sido mundialmente reconhecida como tal, ainda existem dificuldades no atendimento aos surdos na interpretação e utilização prática de sua língua.

Ao contrário do que se pensa em geral, a língua de sinais não é uma cópia ou uma sinalização da língua oral, mas apresenta uma estrutura própria, complexa e completa (que difere da Língua Portuguesa, no caso do Brasil). Quando certo conceito é incorporado por uma comunidade surda, e para este conceito um sinal específico não é conhecido, ela o cria; e o que torna, para algumas pessoas, a Língua de Sinais Brasileira restrita, é apenas o fato de que a maioria dos surdos não tem acesso ao universo conceitual da realidade dominante (ouvinte) como deveria, por meio da educação.

É fato que a questão quantitativa inerente ao uso da língua de sinais faz com que os surdos sejam vistos, muitas vezes, como minoria lingüística. E o fator qualitativo também influi no que diz respeito às desvantagens sociais a que os surdos estão submetidos, por não falarem a língua majoritária – a língua oral. E diante desta díade, quantidade/qualidade, o que vale ressaltar é o pensamento e o reconhecimento da língua de sinais, não como pior ou melhor que as outras línguas, mas simplesmente como usual e natural para os surdos. Nesta

ótica, Sá defende a diferença da língua de sinais, caracterizada pelo seu desenvolvimento entre os surdos como uma língua natural, complexa, abstrata, numa modalidade de recepção e de produção distinta da que utilizam os ouvintes: a modalidade viso-gestual. E, segundo ela, “os estudos científicos realizados na área da lingüística já determinaram que a língua de sinais cumpre todas as funções de uma língua natural” (2000, p. 107).

Ao se fazer referência a essa *língua natural*, Sá a define como:

Uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que é transmitida de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente – com o passar do tempo. Ora, qualquer língua pode ser considerada como tal, independente da modalidade que utiliza (2000, p.108).

Conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões lingüísticas e cognitivas, mas também sociais.

“Se ser anormal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem, etc.), a partir do momento em que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda. Ou seja, a língua de sinais legitima o surdo como “sujeito de linguagem” e é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença.” (SANTANA, 2007, p. 33)

Se esta língua, natural dos Surdos, já é reconhecida pelos estudos científicos no campo da lingüística, outro fator que a faz ainda mais legitimada e, por isso, apta para ser reconhecida por todos os componentes sociais, inclusive pelos meios de comunicação, é o seu reconhecimento legal (ver anexo – Lei de Libras).

O decreto desta lei reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais para transmissão de idéias e fatos, oriunda das Comunidades Surdas do Brasil. A estas deve ser garantido, pelo poder público, o apoio e difusão da Libras como meio de comunicação. Com base nisto, se pretende visualizar o tratamento dado pelo meio de comunicação televisivo, meio difusor de idéias, fatos e realidades, para esta parcela da população que possui e precisa de uma língua própria para poder efetivar a comunicação.

Diante destes reconhecimentos, é importante salientar e entender que o acesso e o uso da língua de sinais garantem aos surdos, de modo satisfatório, o funcionamento simbólico-cognitivo. Eles são importantes por colaborarem no processo de construção de identidade

destas pessoas, em todos os aspectos: lingüístico, cognitivo e social – principalmente, porque os surdos têm, no sentido da *visão*, o canal de comunicação e aprendizagem.

Uma distinção importante que Saussure faz é a que separa língua e fala. Para ele, a língua é um sistema abstrato, um fato social geral, virtual; a fala, ao contrário, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo crucial e variável (ORLANDI, 1992, p. 24).

Assim, a importância da linguagem e da língua, deve estar no reconhecimento e na legitimidade de quem a possui e dela é usuário. Portanto, compreende-se que, a partir do reconhecimento e da valorização da Língua de Sinais, será oportunizada aos surdos a efetivação do acesso à comunicação, seja na escola, nas associações, ou nas repartições públicas e privadas, bem como nos órgãos de prestação de serviços.

As normas sociais que organizam a vida social autorizam a ‘segregação’, e a maneira como a surdez é vista e descrita está, ideologicamente, relacionada com essas normas, o que acaba por dimensionar/redimensionar os padrões sociais sobre o surdo e a surdez. Para tanto, Santana (2007, p. 32) acrescenta que não se trata apenas de uma mudança no ponto de vista, em fazer com que a surdez passe de doença para a diferença. É necessário estabelecer novas normas que impliquem mudanças sociais decorrentes da alteração dos padrões, ao longo dessa história. É o que propõe a autora: que a surdez passe de condição de patologia à condição de fenômeno social, ou político-social.

Ter um olhar sobre as diferenças significa para Sá (2000), a obtenção das condições para que todas as pessoas participem da criação e recriação de significados e valores. É a partir desse olhar que poderão ser oportunizadas aos Surdos a criação e recriação de seus valores, do auto-reconhecimento, enquanto co-participantes de suas representações e, sobretudo, serem considerados em suas condições lingüístico-cognitiva e social.

2 - DISCUTINDO O CONCEITO DE INCLUSÃO

O conceito de inclusão social nasce com seu par antitético, o de exclusão social. Ambos tratam de múltiplos fenômenos relacionados com a questão da pobreza, fortemente relacionada à isenção de direitos em todas as dimensões (sociais, políticas, econômicas e culturais). Do mesmo modo, tais definições não possuem historicidade, assim como os conceitos de qualidade de vida ou desenvolvimento sustentável. O conceito de exclusão social pretende ser mais abrangente que o conceito de pobreza, ainda que o inclua. Mas, para que servem?

Tanto exclusão social como inclusão social não são conceitos analíticos. Estes são conceitos políticos, que foram introduzidos por motivos políticos. O conceito original do qual derivam estes outros é o da pobreza, que aparentemente foi considerado muito carregado por políticos que desejavam invisibilizar este fenômeno de produção da pobreza. Como os conceitos de exclusão social e inclusão social são abrangentes e envolvem vários tipos de fenômenos, sua utilização acaba por deslocar do centro do debate a questão da pobreza (BAVA, 2003, p. 12).

A utilização do conceito de inclusão social – pelo seu caráter mais abrangente – permite, por exemplo, a apresentação de resultados positivos da ação dos governos e das agências multilaterais, quando identifica a redução nas taxas de mortalidade infantil ou o aumento da esperança de vida das pessoas como indicadores do progresso. O conceito de inclusão social, no entanto, suprime certos argumentos que aludem à crise social, como: o aumento da desigualdade, a necessidade de uma parcela da sociedade deixar de se apropriar do produto social como o faz hoje, a não-identificação da pobreza como uma construção histórica e um produto de políticas públicas – enfim, este conceito opera como o conceito de desenvolvimento: é um ponto de chegada, um mito, um *telos* que se anuncia na contramão dos processos sociais concretos.

Bava faz uma crítica a este conceito quando diz que o ‘mito da inclusão social’ (BAVA, 2003, p. 13) sustenta sua legitimidade enquanto discurso ideológico pela implementação das políticas compensatórias. Tal mito alimenta-se dos *cases* de sucesso que são amplamente debatidos nos circuitos de formação de opinião. Não importa quão pequeno seja o grupo de pessoas beneficiadas. Para isso, concorrem as premiações de experiências

inovadoras em políticas públicas, a promoção dos trabalhos sociais das ONGs. Estas experiências são articuladas por um discurso que as utiliza para comprovar a viabilidade de suas propostas.

Alba Zaluar (1997) critica a forma vulgarizada com a qual o termo tem sido utilizado tanto no meio acadêmico como nos usos das ações sociais, aproximando o conceito às questões teóricas desenvolvidas, na América Latina, a respeito do mercado informal e da marginalidade, vinculando, sobretudo, o econômico ao social. O que a autora apresenta é que a exclusão vincula o econômico não apenas ao social, mas principalmente à política, como também faz referência à cidadania e à inserção na sociedade nacional, às fronteiras entre os grupos e a lógica classificatória, referências estas que, comumente, não se aplicam nos usos, muitas vezes abusivos, que são feitos do/sobre o conceito.

De fato, a autora reconhece que o conceito de exclusão vem de uma tradição nos estudos de sistemas simbólicos que dominaram o pensamento social, especialmente aquele mais influenciado pela Antropologia Estrutural, na qual pouco se privilegia a política dos significados no discurso, mas sim as propriedades da cadeia de significantes. É neste sentido que,

A cadeia de significantes monta-se, logicamente, pela inclusão/exclusão de categorias que recortam o real e permitem a sua comunicação. É a lógica classificatória ou a lógica binária (o sim/não) que é utilizada, desse modo, para marcar diferenças, possibilitadas pelos sinais que as carregam. (...) Do ponto de vista da teoria dos sistemas simbólicos, podemos afirmar que qualquer sistema classificatório ou qualquer comunidade, como identidade que se diferencia de outras, cria exclusão: grupos religiosos, étnicos, raciais, tribais, localidades, nações, etc. (ZALUAR, 1997, p. 1)

Contudo, Zaluar explica que tais grupos criam a exclusão por processos diferentes e por critérios distintos, com flexibilidade e fronteiras fluidas, além dos laços ou relações entre os membros que os compõem. E esta seria a primeira dificuldade de se focalizar apenas sobre uma visão binária, sim/não da inclusão/exclusão. Qualquer sistema, se focalizado pela bipolarização, irá gerar exclusão.

Outro problema teórico trazido por Zaluar (1997, p. 3), é que não necessariamente a existência de grupos ou comunidades mais ou menos fechados, venha categoricamente criar uma situação de injustiça. Tal análise requer o entendimento das relações não simplesmente no que se refere aos grupos sociais pequenos (em questões quantitativas), mas pensar as

sociedades nacionais em sua relação com Estados nacionais. Tal conflito teórico nos coloca na superficialidade sobre quando então a exclusão e a injustiça social se sobrepõem.

Por conta dos problemas teóricos apresentados, Zaluar (1997) recorre a Castel (1995) para se referir à exclusão como ‘desfiliação’, termo no qual os sujeitos não são vistos apenas na condição analítica binária (sim/não), mas como sujeitos ativos, pensando na individualidade social e, conseqüentemente, na falta da integração social resultante da inoperância das políticas públicas. Assim, para Castel (1995), a exclusão do jovem drogado não é a mesma do desempregado, o que exige políticas públicas diferentes para reintegrá-los.

O principal objetivo deste discurso é ocultar a natureza do processo societário que gera a pobreza e aprofunda a desigualdade social e sujeitar os grupos subalternos a buscar a solução dos seus problemas pela via individual. Sobre tal realidade, Fiori (1997) levanta uma discussão a respeito da própria política neoliberal que para ele é contraditória e, por muitas vezes, norteadora da geração das desigualdades.

Estudando a trajetória da política neoliberal, tanto nos países centrais como nos periféricos, dos anos 80 até os dias atuais, sem dúvida, há que se constatar um ‘relativo sucesso’ (FIORI, 1998) desta política. A tensão central da política neoliberal está nisto: para ter êxito no combate à inflação e aumentar os lucros, é preciso rebaixar os salários, diminuir os déficits públicos, dismantelar sindicatos, além de outras ações, cujas conseqüências são mais desemprego e exclusão (OLIVEIRA, 1995). A lógica neoliberal, no que concerne aos problemas sociais, é perversa e coerente, ou seja: perversa porque produz cada vez mais a exclusão e aumenta o desemprego, e coerente em face do seu próprio pensamento, isto desde 1945, o qual, sem dúvida, sofisticou-se muito dos anos 60 para a conjuntura atual (FIORI, 1997).

Tanto a discussão da exclusão social quanto da inclusão social centra-se na dimensão dos indivíduos. O desejável é que se busque a inclusão, uma vez que a situação contrária denota a situação marginal e/ou de vulnerabilidade a que estes estão submetidos. Dissociadas das políticas macro-econômicas, estas estratégias como melhor educação, apoio via micro-crédito e incubadora de micro-empresas, focalizam o indivíduo e propõem soluções individuais como caminho para superação da pobreza. A dimensão do coletivo da sociedade, das políticas públicas, dos distintos interesses dos grupos e classes sociais, o espaço público, a política, tudo isso é suprimido deste discurso (BAVA, 2003).

Em face do processo de exclusão que acomete certas minorias, como é o caso das pessoas com deficiência, suscita-se a apropriação dos aspectos sócio-políticos com vistas à

legitimidade da inclusão, sob o propósito da erradicação da referida exclusão. Ao visualizarmos os aspectos que apontam para o (in) direito dos indivíduos apenas pela lógica econômica, estaremos admitindo uma visão simplista e reducionista sobre o contexto, haja vista que estaria sendo desconsiderada a complexidade existente na sociedade e os conflitos de suas frações de classe. Não se podem definir os aspectos ligados à inclusão a partir das questões econômicas, pois inclusão vai muito além das condições financeiras de um indivíduo.

Por assim dizer, aludimos a Sasaki (1997) em virtude da sua visão integradora, já que amplia o conceito inclusão, estendendo-o à dimensão social, caracterizando-o como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos (SASSAKI, 1997, p. 3).

Assim, o autor diz que a inclusão social é visualizada como sendo o processo mais aperfeiçoado da convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. A sociedade se prepara e se modifica para receber a diferença, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, lazer, esporte e cultura).

A idéia de exclusão poderia remeter a uma teoria da desvantagem, que está fundamentada sobre a condição de inaptidão ou falta de capacidade para o exercício de algo (que seria viver em sociedade e exercitar a cidadania, por exemplo). Lima (2005), valendo-se dos argumentos de outros autores, identifica tais excluídos como os velhos, os indígenas, os cegos, os paralíticos, os escrofulosos, os idiotas e toda sorte de indivíduos que demandariam ajuda de algum tipo para a sua sobrevivência, pelo fato de não suprirem, por si próprios, suas necessidades básicas. Faz-se também alusão a René Lenoir, que se refere às pessoas idosas, aos deficientes e aos inadaptados sociais, grupo heterogêneo em que se encontram jovens em dificuldade, pais solteiros, incapazes de acorrer às necessidades familiares, isolados, suicidários, drogados, alcoólicos (LENOIR, *apud* XIBERRAS, 1993, p. 15).

Autores como Santos (2002), Rodrigues (2003) e Ferreira (2005) trabalham na perspectiva de que a abordagem sobre a exclusão social é ‘multidimensional’, acrescentando a idéia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à

cidadania, questões que se referem às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas.

Os debates traçados sobre o tema da exclusão conduzem ao clássico problema da coesão social e estabilidade da ordem social. É uma leitura dessas análises sobre o processo de exclusão que afeta a dinâmica das sociedades contemporâneas nos permite examinar, neste debate, o lugar do sujeito social. Trata-se, segundo Lima (2005), de abordagens sobre os processos de mudança social cujo resultado é a exclusão de grande parte dos indivíduos que passam a ser deslocados de suas posições sociais e ocupam as “franjas dessocializadas da estrutura social” (LIMA, 2005, p. 28).

Pode-se dizer que o debate sobre o conceito de exclusão social constitui diferenciadas abordagens entre os cientistas sociais, na luta pela definição legítima do mundo real, expressão de diferentes posições sociais, pontos de vista, projetos políticos e visões de mundo. Demonstra, ainda, as lutas simbólicas em torno da construção de conceitos, como processos que nascem de práticas sociais, movimentos políticos, lutas de resistência, projetos de intervenção.

Segundo Lima (2005), o debate que se estabeleceu em torno da categoria exclusão, como instrumento capaz de explicar as divisões sociais que caracterizam atualmente a sociedade capitalista, compreende basicamente duas vertentes na produção sociológica nacional. Para alguns, as divisões clássicas que constituíram historicamente o sistema capitalista, como a oposição entre capital e trabalho, burgueses e proletários, opressores e oprimidos ou exploradores e explorados, teria se tornado incapaz de representar a realidade em que vive grande segmento de indivíduos, em condições de vida miseráveis, no mundo urbano.

Desde modo, para o autor, este contingente sem inserção social e econômica encontra-se “sem lugar no mundo” (p. 40) como já nos referimos sobre o lugar do sujeito na realidade social, na medida em que possui as habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho, bem como participar da vida social. Sendo assim, Lima (2005) compreende, a partir desta concepção, que a exclusão social seria o conceito mais adequado para representar as novas formas de pobreza que surgem como efeito destas transformações econômicas, sociais e políticas que caracterizam o capitalismo, nos dias atuais.

Lima ressalta que, para outra vertente, a exclusão seria um pseudoconceito, uma categoria do senso comum, imprecisa por sua abrangência e utilização indiscriminada, servindo para indicar tanto o comportamento desviante quanto a condição social e econômica, a condição física, os papéis sexuais e sociais e a condição política. “Em suma,

aqueles que, de alguma forma, encontram-se em desvantagem por sua posição na sociedade.” (LIMA, 2005, p. 126).

Seu caráter ideológico teria por função ocultar a realidade de que a sociedade capitalista seria essencialmente excludente e teria também a função de não revelar a natureza das formas de exploração e de extração de mais valia a que são submetidos, direta ou indiretamente, tais excluídos. Esta idéia de exclusão seria, portanto, uma metáfora, que – além de encerrar uma contradição lógica, considerando-se uma linha imaginária de separação entre ‘os que estão fora’ e ‘os que estão dentro’ de uma mesma sociedade – é também uma ilusão que não permitiria perceber as reais relações entre os dois grupos (MAMMARELLA, 1999, p. 8).

Apenas para situar algumas filiações teóricas que discutem o tema da exclusão, sem a intenção de aprofundá-las ou explorá-las, recorreremos aos recortes que Lima utiliza sobre tais vertentes, para entender a realidade conceitual sobre o tema. Assim, consideraremos o enfoque funcionalista e o enfoque marxista. O primeiro, largamente difundido pela sociologia francesa, baseia-se no princípio de que a ordem social integra os indivíduos pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho, produzindo solidariedade entre as partes. Dessa associação entre os indivíduos, resultaria uma realidade de consciência coletiva em que, pela maneira de ser, agir e pensar e pela coerção, se formaria a base da sociedade. Durkheim, no entanto, observa que os conflitos resultantes da ordem social do seu tempo representam formas patológicas de divisão do trabalho que poderiam levar ao estado de “anomia”, uma ausência de regras e valores que ameaçam a ordem social.

Este estado de crise social onde as leis não estão funcionando, Durkheim denomina **patologia social**. Por outro lado, os problemas sociais podem ter sua origem também na **ausência de regras**, o que por sua vez se caracterizaria como **anomia**. Frente à patologia social (regras sociais falhas), cabe à Sociologia captar suas causas, procurando evitar a anomia (crise total), através da criação de uma *nova moral social que supere a velha moral deficiente* (JOBIM, 2007, p. 10)

A corrente marxista parte da tese formulada por Marx sobre a lei geral da acumulação do capital, baseada na idéia de que o crescimento da riqueza produz, no pólo oposto, o crescimento do pauperismo (pobreza). Na luta pela concorrência, o capital constante cresce em relação ao capital variável, produzindo uma população excedente, supérflua, a qual, porém, torna-se funcional à acumulação capitalista, na medida em que constitui um exército industrial de reserva (LIMA, 2005).

Essas duas vertentes (Marx e Durkheim) traduzem as principais tradições teóricas de análises divergentes sobre o fenômeno contemporâneo da exclusão social e encontram-se na raiz do conflito que opõe os cientistas sociais na construção do conceito de exclusão social. Em termos gerais, a noção de exclusão social refere-se sempre a um processo social de não reconhecimento dos direitos do outro, ou de rejeição, ou de intolerância (NASCIMENTO, 1994).

Entretanto, para Boneti (2003), a visão dicotômica de sociedade entre o pensamento funcionalista americano e o marxismo acaba por prejudicar os estudos entre a ação do Estado e a exclusão social. A exclusão era sempre vista pelos pesquisadores do funcionalismo como efeito espacial vinculado a um processo de mudança, sem qualquer relação com as questões do Estado e das políticas estruturais da sociedade. Segundo o autor, os funcionalistas, contaminados com as idéias “naturalistas” de Locke e Rousseau em que o Estado era visto como a entidade coletiva governada pela Lei, não acreditavam que as políticas públicas pudessem beneficiar de forma desigual um segmento da sociedade em detrimento de outro, provocando assim o processo de exclusão social.

Por outro lado, a visão de que o Estado seria a antítese da sociedade civil, interpretada pelo marxismo, ou pelo entendimento de que o Estado era instrumento de dominação de classe, também resultou na falta de atenção às questões da exclusão social, como também às questões de lutas de classe. A análise conjuntural de sociedade, feita pelo marxismo, não admite considerar que um contingente de pessoas permanecesse à margem, uma vez que tudo é útil para o sistema, mesmo em se tratando da população “marginalizada” (LIMA, 2005).

Certamente, essas limitações sobre o estudo da exclusão social em decorrência da dicotomia ideológico/teórico têm repercussões nos dias atuais, principalmente sobre os estudos da exclusão de modo genérico, em que não se atenta para a relação entre a própria exclusão social e o Estado. Assim, compreende-se ou julga-se que seja este o motivo por que o estudo da exclusão social seja entendido, hoje, de modo superficial ou até mesmo generalista, carecendo de um entendimento sobre a relação entre as ações sociais e o Estado.

Hoje, a exclusão social possui inúmeras definições e inúmeros conceitos, embora como já dito, genéricos. Boneti (2003) se refere a alguns autores e conceitos referentes à exclusão social, assim como Robert Castel (1991), que considera a exclusão social como rupturas de situações de vínculos sociais transitórios. Tal conceito pode também ser reservado para definir situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais (SCOREL, 1995 *apud* BONETI, 2003). Assim, o

termo exclusão seria, além de separar, segregar, também discriminar grupos sociais por determinadas características inatas ou desenvolvidas. Excluir seria expulsar do mundo dominante, colocar para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais. Não apenas marginalizar, mas também desconsiderar a existência.

É interessante a idéia da autora quando coloca que excluir significa “criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer” (SCOREL, 1995, *apud* BONETTI, 2003, p. 28). A exclusão, assim tratada, se estabelece no contexto social, pela fragilidade das relações humanas; no contexto cultural, pela estigmatização simbólica e o descaso pelas representações sociais; no contexto humano, pela desvalorização do ser humano em sua função social; e, no contexto político, pelo desrespeito aos direitos fundamentais da humanidade.

Em uma concepção mais ampla, o conceito de exclusão teria como referência qualquer tipo de discriminação racial, sexual ou religiosa para constituição de grupos de excluídos, cujas diferenças não são aceitas nem toleradas. Em outra análise, o termo designa grupos sociais que não têm integração no mundo do trabalho, o que conduz a uma não inserção social. Numa terceira acepção, a referência do conceito é a recusa ao espaço da obtenção de direitos.

O núcleo duro desta discussão, portanto, é a questão das políticas públicas que geram a pobreza. É frente a elas que se deve desenvolver o maior esforço analítico. Trata-se de buscar associar as políticas macro-econômicas aos seus efeitos sociais perversos. Os estudos do Banco Mundial, no entanto, têm partido de uma noção de pobreza que se reduz à privação de renda e capacidade de consumo dos indivíduos e das famílias, ainda que indicadores como expectativa de vida, mortalidade infantil, acesso à educação sejam também levados em conta.

As estratégias para combater a pobreza, concebidas pelo Banco Mundial, não tocam nas variáveis macro-econômicas. Elas se fundam nos seguintes elementos: promoção do crescimento econômico; diagnósticos específicos por país que permitam uma melhor focalização das ações de combate à pobreza; uma melhor coordenação das ações do Banco com os governos; o monitoramento dos programas para assegurar a articulação e a abrangência das estratégias de combate à pobreza; a avaliação *in loco* do impacto dos programas implementados; o reforço da capacidade institucional dos governos comprometidos com o combate à pobreza; a promoção da participação popular. As análises da evolução da pobreza e do impacto das ações financiadas pelo Banco, principalmente nos

países do Sul, desafiam não só a concepção teórica como a capacidade de intervenção do Banco Mundial, no combate à pobreza e à exclusão social.

Os temas pobreza e desigualdade social podem, evidentemente, serem postos em outros termos. Recentes estudos da Organização Internacional do Trabalho identificam que a pobreza e a desigualdade social são produtos de políticas públicas. A partir desta conclusão, Vilmar Faria coloca, por exemplo, a seguinte questão:

se existem mecanismos que estão permanentemente produzindo a exclusão em um certo arranjo societário, quais são as implicações em termos de políticas? Seria modificar estes mecanismos básicos societários que constantemente produzem e reproduzem a exclusão? Ou estes mecanismos devem permanecer para sempre e o que se tem que desenvolver são políticas para compensar continuamente seus efeitos indesejáveis? (CARNEIRO & COSTA, 2003, p.11)

Ao que parece, com essa pergunta, estão colocadas as questões centrais. O sentido a ser atribuído ao conceito de inclusão social será dado pelo próprio modelo de organização social que se quer construir. Tem a ver com a disputa em torno do projeto de futuro de cada sociedade determinada.

Reconhecendo a hegemonia do modelo de organização societária promotor da pobreza e da desigualdade social, Boaventura nos lembra que:

Só há políticas sociais, porque a política dominante é anti-social. Se a política que nós temos fosse, ela própria, uma política social, no seu conjunto, nós não precisaríamos de políticas sociais, no sentido restrito em que delas falamos... Este modelo de políticas sociais do Banco Mundial e do FMI... se transforma numa condicionalidade: os diferentes países do mundo quer estejam hoje no continente americano, asiático, africano ou no Leste Europeu, têm que seguir este modelo se quiserem ter acesso a crédito internacional: o Estado deve apenas ter políticas compensatórias, políticas que visam eliminar as formas extremas de pobreza e exclusão social originadas pelo mau funcionamento do mercado”. (BOAVENTURA, 2005 *apud* BAVA, 2003, p. 65)

Neste cenário mundial, o grande esforço ideológico que se utiliza dos conceitos de inclusão/exclusão social é o esforço para naturalizar a pobreza, torná-la como que parte da natureza, algo inexorável, determinada, uma fatalidade como são as intempéries e os cataclismos. Contra elas, o homem pode somente se empenhar para minimizar seu impacto.

Nesta matriz discursiva, o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais. Não é por acaso, portanto, que tal como figurada no horizonte da sociedade brasileira, a pobreza apareça despojada da dimensão ética e o debate sobre ela seja dissociado da questão da igualdade e da justiça. Pois essa é uma figuração que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. É uma figuração que corresponde ao modo como as relações sociais se estruturam sem outra medida além do poder dos interesses privados, de tal modo que o problema do justo e do injusto não se coloca e nem tem como se colocar, pois a vontade privada – e a defesa de privilégios – é tomada como a medida de todas as coisas.

De sobremodo, Carneiro & Costa (2003) admitem que, tanto os estudos mais conservadores sobre pobreza, que se limitam ao uso de indicadores como baixa renda, até estudos que ampliam esse conceito, adotando um enfoque mais abrangente do que o anterior, não conseguem, de fato, compreender o fenômeno da exclusão. Ainda que o foco nas privações múltiplas amplie o arco de indicadores utilizados para mensurar a pobreza, o objetivo permanece na identificação de indivíduos sem recursos para participação e inserção na sociedade.

Medidas de exclusão social, por sua vez, envolvem a identificação não apenas daqueles indivíduos que carecem de recursos, mas daqueles cuja não participação emerge de fatores diversos, tais como discriminação, doenças crônicas, localização geográfica, identificações culturais. Embora o foco na ausência de recursos materiais permaneça central, não se esgotam aí as possibilidades de mensuração do problema. Todos os três enfoques (pobreza, privações múltiplas, exclusão), com ênfases diferentes, apresentam, segundo os autores, um campo comum de preocupações, relativo a formas de não participação na sociedade.

Novamente aqui, em uma perspectiva de defesa e ampliação dos direitos de cidadania, a questão da pobreza e da desigualdade social demanda novas abordagens. Se a pobreza é entendida como a privação de direitos, o que se requer é a politização do social e a socialização da política. Se o resultado da produção da pobreza é a existência de indivíduos privados de seus direitos, a superação da pobreza requer mudanças profundas nas políticas públicas – requer, portanto, a ação de atores coletivos que, presentes no espaço público, possam incidir sobre os mecanismos de regulação do Estado e orientar sua ação em defesa do interesse público, da justiça social e da busca da equidade.

Assim, esta estratégia de abarcar as diferenças, localizando-as junto ou, ao menos, próximas da norma, faz-me provocar o leitor: estar dentro significa estar sempre incluído? Aproximar e tolerar ‘exclui a exclusão’? O fato de ser ou estar excluído é ‘culpa’ dos diferentes ou das narrativas que os posicionam como diferentes?

Nesse sentido, posicionamo-nos diante desta discussão, concordando com Skliar conquanto remeta à idéia de Foucault sobre o tema, mencionando que “a inclusão não é o contrário da exclusão, e sim um mecanismo de poder disciplinar que a substitui, que ocupa sua espacialidade, sendo ambas as figuras igualmente mecanismos de controle.” (SKLIAR, 2003, p. 96). Isto porque a exclusão é uma estratégia que opera o distanciamento do indivíduo e a inclusão, por sua vez, trata-se de um exercício de poder a partir do cuidado. Uma marginaliza; a outra torna visível. Ambas narram, representam e, portanto, governam a alteridade, enunciando seu espaço na dinâmica social, o que supõe poder. Sendo assim, embora aparentemente diferentes, inclusão/exclusão compartilham a mesma função, ou seja, são medidas para capturar, conhecer e administrar aqueles posicionados à margem da norma.

No contexto específico examinado, a rede de significados tramada entre o discurso dos especialistas, o discurso político e o discurso da globalização constituem saberes que elegem a diversidade como a grande bandeira da inclusão e esta, por sua vez, como o melhor caminho para a igualdade. Estes dizeres alertam para um possível risco que a exclusão implicaria. Com isso, produzem verdades que falam da necessidade de aproximar grupos, como os surdos, para o espaço da norma, que é legitimado como o mais adequado.

Convém lembrar que, ao debater estas questões, não pretendemos tecer uma crítica, mas analisar como estas narrativas se produzem, bem como as representações passíveis de serem construídas a partir destas realidades sociais. Foucault (2006, p. 7) salienta que não se trata de “fazer uma partilha entre o que um discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver, historicamente, como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos, que não são em si nem verdadeiros nem falsos.”

Dito de outra forma, estas questões estão fora da ordem discursiva verificada na ordem analítica. Nas noções de inclusão e diversidade, os sujeitos são nivelados sob a égide de uma pretensa igualdade, o que reduz a discussão sobre a diferença política surda e a implicação desta diferença na realidade social dos surdos.

3 - TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

Quando se pensa a complexidade do mundo contemporâneo, onde bilhões de pessoas dividem espaços nas cidades, disputam recursos naturais que, a cada dia, tornam-se mais escassos, e o desequilíbrio sócio-ecológico é cada vez mais evidente, vê-se a urgência por novas posturas coletivas e individuais de atenção ao patrimônio comum, tanto no que tange ao ambiente natural como ao cultural (IANI, 1994; HARVEY, 1995; HOBBSAWM, 1995; ANTUNES, 1996). Como pensar o Turismo neste contexto de busca pela preservação, mas, ao mesmo tempo, de busca pela participação de todos, com qualidade de vida, através do lazer?

Em face do contexto apresentado, observamos que a complexidade iminente abarca conceitos e processos sociais, bem como afeta todas as dimensões, as quais envolvem tanto o meio humano, quanto o meio natural. Desse modo, propomos neste tópico travar uma discussão consistente, evidenciando as políticas públicas direcionadas ao turismo sustentável – em se tratando da qualidade e acessibilidade a todas as frações de classes –, alicerçando-as na perspectiva da construção cidadã. Tomamos, como base, os pressupostos da ética, vislumbrada por nós como pilar central para a aceção de direitos entre os iguais, e o reconhecimento de tais direitos para aqueles que são vistos como diferentes, embora pertençam à mesma espécie: a espécie humana.

Trazendo para esta realidade o conceito de turismo apresentado por Moesch,

...é um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos. “É um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer” (MOESCH, 2007, p. 11).

Desta forma, o turismo também envolveria o que a autora identifica por estranhamento, uma vez que o turista, em seus deslocamentos, se defronta com o novo, com o inesperado, vivenciando processos de mobilização subjetiva. Esta subjetividade seria a causa das ressignificações, dos novos olhares do turista sobre aquele sistema, ambiente e práticas vivenciadas tanto naquele momento como também de experiências vividas no passado.

Desta forma, para Moesch (2007), o turismo constitui um fenômeno sociocultural de grande valor simbólico para aqueles que partilham tais experiências. Trata-se, neste caso, do simbólico, porque as práticas realizadas, os produtos e serviços envolvidos podem apresentar um significado muito menos pelos seus valores monetários, ou pelo valor de troca, que pelo seu valor de uso e pelo valor afetivo. (MOESCH, 2007, p. 12)

Aliado a este novo entendimento de um turismo de qualidade e à compreensão de inclusão e cidadania, apontamos a grande necessidade de valorização do que chamaremos aqui de ‘turista cidadão’ (MOESCH, 2007, p. 13), em seu valor pessoal, individual, porém partícipe de um coletivo, independente de suas condições e/ou limitações financeiras, intelectuais ou físicas.

Entender o local como espaço privilegiado da diversificação e da tradição, e os sujeitos deste local conectados nesta teia global, onde não haja mais o conflito entre global e local, pressupõe políticas públicas que encaminhem novas práticas que incluam os direitos à cidadania, ao prazer, ao lazer.

Ora, se a contemporaneidade legitima a diversidade e se os sujeitos, hoje, buscam novas demandas socioculturais, compreende-se daí que tais sujeitos, dentro de suas especificidades, buscam por demandas que atendam às suas diversidades, às suas necessidades socioculturais. Sejam quais forem as motivações que levem o turista ao deslocamento (motivos profissionais, educacionais, sociais, culturais, de saúde, ou outros), este gera necessidade de estrutura dos produtos e serviços para atender a tais demandas de hospitalidade, acomodação e/ou acesso à informação e à comunicação.

Outro fenômeno contemporâneo que atinge a questão do turismo com qualidade para o cidadão é o crescimento das cidades e a amplitude de suas demandas e procuras. Tal crescimento apresenta uma característica contrária à padronização, uma vez que as metrópoles, por exemplo, adquirem características de muitos lugares, com diferenciações de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças (MOESCH, 2007), o que reflete o pleno exercício da diversidade, e onde a convivência cada vez mais próxima com o *outro*, diferente em *si* e de *si*, seria construtiva para a diversidade.

A esfera pública, neste contexto das cidades globalizadas, tende a apresentar-se enquanto espaço de pactuação da cidadania, uma vez que o olhar sobre as cidades não se dá apenas no seu espaço físico, mas além dele, o olhar sobre um espaço onde circulam pessoas, idéias e saberes, culturas e imaginários.

A idéia de cidadania como resultado da ação na esfera pública tem origem na Grécia Clássica, em que os espaços públicos eram locais de decisões políticas, onde todos estavam

em nível igualitário de tomadas de decisão, onde havia plena democracia (GASTAL e MOESCH, 2007).

A cidadania cujo exercício se busca, nos dias de hoje, passou a ser compreendida a partir das revoluções liberais do século XVIII, como a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789), que vieram a inspirar a independência do Brasil (1822). Essas revoluções tinham como ideais a liberdade e fraternidade e, principalmente, a luta pelo direito universal à igualdade.

O distanciamento entre teoria e prática é histórico, e demanda a mudança de olhares e saberes sobre e na sociedade, para que de fato seja real o conceito de cidadania. Se, na teoria, as leis regiam que todos são iguais, muitas são as evidências do distanciamento da prática. Nem a independência do Brasil tornou os escravos livres, ou as mulheres livres para votar. É justamente com os novos olhares e as transformações sociais que as mudanças logram êxito, que negros, mulheres, indígenas, homossexuais, ‘deficientes’ passam a ser vistos nesse processo de direito à igualdade e à cidadania.

Na tentativa de buscar um turismo cidadão para todos (turismo cidadão para cidadãos turistas), surgem as preocupações de, mesmo com a evidência da segmentação do mercado turístico, buscar-se acessibilidade para todos, e direito aos espaços públicos dos quais o turismo se apropria, tornando-os privados.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU (Organização das Nações Unidas) redigiu a Carta dos Direitos Humanos, que destaca justamente a questão da igualdade como um direito de todos, que “todos nascem iguais em dignidade e devem agir entre si num espírito de fraternidade”, garantindo direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal e tantos outros ligados à excelência humana.

O artigo 24 da Carta dos Direitos Humanos registra que “todas as pessoas têm direito a descanso e lazer, inclusive a jornadas de trabalho razoavelmente limitadas e férias periódicas remuneradas”. Isso coloca a condição do sujeito no direito de usufruir de momentos de lazer, assim como os direitos humanos fundamentais, os quais devem e ‘precisam’ ser garantidos nas políticas públicas dos países-membros da ONU, condição na qual o Brasil se inclui.

Entender a cidadania está além das questões do simples direito ao voto. Para Gastal (2007),

O pleno exercício da cidadania supõe direitos civis, direitos políticos (participação no poder por meio do direito de associação, de livre

expressão e de práticas políticas), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais (p. 31).

Perceber a cidadania em seu ideal de busca pelo respeito à igualdade, passa a ser evidente a partir do momento em que minorias étnicas, culturais e de gênero levantaram-se em movimentos sociais com o discurso de respeito às diferenças, exigindo políticas públicas que considerassem a legitimidade não mais da igualdade mas, sim, da diferença, ao direito à diversidade. Sob este aspecto, o da diversidade, Isis compreende que,

a cidadania passa a ser vista como um conjunto de práticas culturais, simbólicas e econômicas, vinculadas a uma gama de direitos e deveres (civis, políticos e culturais), que definem a adesão de pessoas a uma determinada política (ISIS, *apud* GASTAL, 1997, p. 35).

As práticas turísticas na contemporaneidade, com características de segmentação e com novos perfis de viajantes devem ter, portanto, uma tendência de priorizar a diferença. Desta forma, se observa o turismo como forma de mediação para construção da cidadania e do turista cidadão.

As políticas públicas consolidam, frente às realidades deste novo turismo, as ações públicas em prol da cidadania. Teixeira Coelho *apud* Gastal refere-se às políticas culturais e conceitua de forma bem pertinente a questão das políticas públicas enquanto:

Intervenções realizadas pelo Poder Público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender à população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo-lhes acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para os grupos hegemônicos, mas também – e em especial – para os excluídos por razões econômicas, sociais e culturais, etárias ou de gênero, dentro do respeito à diferença. (...) elas devem materializar-se em normas jurídicas e em intervenções diretas, amplas ou pontuais, que as encaminhem e viabilizem (GASTAL, 2007, p. 39-40).

O conceito de políticas públicas, assim como os de inclusão/exclusão, se constrói historicamente, e outros autores definem tais políticas como:

o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GUARESCHI *et al.*, 2004, p. 180).

Ou ainda definem como o "Estado em ação" (GOBERT, MULLER, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

A visão conceitual sobre esta temática vai se configurar enquanto um conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, se observa a característica de democratização do usufruto dos bens, para acessibilidade, e não só por estas ações, mas também pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens através da gestão (GASTAL, 2007).

As políticas públicas, para a autora,

devem se transformar em instrumento de planificação que se apropria dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, bem como de domínio sobre o aparato do Estado, tradicionalmente afastado e refratário à participação e ao controle popular, devendo incluir mais que obras, serviços e marketing promocional, mas também processos pedagógicos para elevar o nível de consciência e participação cidadã da população. As ações das políticas devem estar projetadas com o objetivo de propor intervenções multissetoriais integradas que busquem atender ao cidadão da maneira mais completa possível (GASTAL, 2007, p. 42).

Aliada a esta realidade, observa-se que os segmentos sociais configuram uma nova dinâmica social de poder, que avança no conceito das políticas públicas enquanto ação do Estado na realidade social. Uma nova dimensão de organização social acaba por redefinir também como políticas públicas as ações que nascem do contexto social e passam pela ação estatal como decisão de intervenção pública em qualquer que seja a realidade, seja no âmbito econômico ou sociocultural.

Dentro desta realidade social e política, a definição sobre as ONGs surge na ONU e ganha novos direcionamentos e significados. Mas, de maneira geral, isso que a imprensa passou a chamar de *organizações não-governamentais* seria parte de um fenômeno iniciado nos anos 60, de diversificação de associações de cidadãos, na sociedade brasileira. Este fenômeno foi chamado de *infra-estrutura poliárquica* (típica de sociedades onde opera a diversidade ou pluralidade dos centros de poder). “No nosso caso, esta poliarquia estaria se constelando por intermédio da diversificação e ampliação da ação coletiva, movimentos de

associações de utilidade pública (porque sem fins lucrativos) e organizações não-governamentais” (NEDER, 1998, p. 2).

Fraga (2002) acrescenta que as ONGs configuram-se, historicamente, como um campo de práticas sociais comuns a entidades que interagiram no sentido de apoiar atores sociais emergentes na luta por seus direitos. Assim, tais instituições devem ser compreendidas pelas suas ações e atividades engendradas na esfera pública.

Por desenvolverem atividades de cunho social sem conotações lucrativas, o autor salienta que as ONGs não geravam recursos financeiros próprios, sendo necessários para a continuidade e execução dos trabalhos, financiamentos externos que viabilizassem os recursos materiais para a efetivação de suas atividades. Como o acesso aos fundos públicos no país não estava disponível para estas instituições devido ao caráter de suas ações num regime marcadamente ditatorial, as ONGs buscavam, nas agências de cooperação internacional, a base de sustentação material para o desenvolvimento de suas atividades.

Ao tratar sobre a questão identitária destas organizações, Fraga argumenta que,

O ideário presente no exercício de repasse financeiro dessas agências para as ONGs do Brasil e do Terceiro Mundo, em geral, baseava-se no princípio da conversão à cidadania dos setores populares e no de que as atividades desenvolvidas por estas entidades poderiam contribuir para uma mudança na qualidade de vida e do padrão de desenvolvimento. (FRAGA, 2002, p.2).

Contudo, esta nova configuração que permite aos movimentos sociais assumirem atividades conjuntas com o próprio Estado, demonstra que tarefas que, no passado, eram de responsabilidade do Estado são assumidas por ONGs e movimentos sociais. As ONGs se subdividiram, inicialmente, entre dois campos: as de desenvolvimento social, cidadania, defesa dos direitos humanos, e as ambientalistas ocupadas com questões relacionadas com a degradação/preservação ambiental e ecológica, no meio urbano e rural. Doravante, compete ao Estado o papel de homogeneização dos sujeitos sociais e não a essas organizações o papel de suprir as necessidades políticas, ambientais e sociais (NEDER, 1998, p. 4).

Em se tratando do aspecto econômico, no qual se insere a atividade turística, as diretrizes das políticas de Turismo, muitas vezes, se tornam dependentes das decisões nas esferas do capital internacional, afetando as localidades das quais a atividade se beneficiaria e, de igual modo, afetando a população e sua cultura. Esta realidade, no setor macroeconômico, reflete a importância de o Poder Público, através das políticas, ser o

articulador que contribua para o projeto democrático de cidadania almejado pelas sociedades (MOESCH, 2007).

A construção de Políticas Públicas, que democratizem o Turismo enquanto bem público, é o objetivo deste estudo, com intuito de aliar a questão das políticas com a clareza sobre a concepção de desenvolvimento de um turismo comprometido com a cidadania, possibilitando o lazer e a hospitalidade, ambos com acessibilidade para todos, de maneira que ultrapasse os interesses econômicos, valorizando a diferença deste turista cidadão.

Moesch e Gastal (2007) afirmam que, para a consolidação da democratização do turismo, tornam-se necessárias Políticas Públicas que: (i) tenham normatizações jurídicas; (ii) realizem intervenções diretas na forma de linhas de financiamento, implantação de infraestrutura, gerenciamento de informações, treinamento e qualificação de recursos humanos, com a lógica da proteção a grupos e comunidades frágeis quer por razões econômicas, quer por razões culturais, e ainda acrescentaríamos a estas condições, as razões físicas; (iii) consolidem diretrizes políticas que não incentivem apenas o Turismo nos seus deslocamentos econômicos, mas também nas suas implicações socioculturais centradas na pessoa, ou seja, no cidadão, no turista.

O desenvolvimento do turismo deve ser planejado pelo Estado nas suas três esferas de governo, seguindo uma política pública previamente elaborada e aprovada. A política pública de turismo estabelece metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada (CRUZ, 2002).

Para Beni (2001), uma política de turismo deve ser estruturada, levando-se em consideração que deve nortear-se por três grandes condicionamentos: o cultural, o social e o econômico, aos quais pode ser agregado o ambiente e acrescenta que um planejamento político aplicado ao turismo consiste, no seu sentido mais lato, em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingir metas e determina os recursos necessários à sua consecução. Outros autores, ainda, definem o planejamento como sistema de idéias organizado racionalmente, para determinar planos de ação.

O papel do Estado na organização do turismo é de vital importância, pois é ele quem estabelece os parâmetros do desenvolvimento da atividade nas suas prioridades e nos impactos sociais que afetam o bem-estar da população. Segundo Fellini (1973, p. 73), a atividade turística necessita de três componentes básicos:

- a) Infra-estrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).
- b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).
- c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, campings, restaurantes, bares, pousadas).

O bom planejamento dessas estruturas permite delinear melhor o desenvolvimento do turismo, como também definir os elementos de interdependência e prioridades necessárias.

Goeldner, Ritchie e McIntosh entendem como política pública:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (2002, p. 33).

Em termos genéricos, por políticas públicas se entende a ação do Estado orientada pelo interesse geral da sociedade. E, no turismo, o papel das políticas públicas deve ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade. Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a infra-estrutura básica urbana e prover de uma superestrutura jurídico-administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar os investimentos que o Estado realiza – que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar serviços (BARRETO, 2003, p. 33).

É compreensível que as políticas públicas de turismo demandem desdobramentos que não estejam apenas ligados às questões econômicas, uma vez que existe uma série de inter-relações socioculturais ligadas ao fazer turístico. Assim, faz-se necessário a sensibilização das comunidades e autoridades locais sobre a importância da necessidade humana de lazer, que ultrapassa as questões econômicas, tornando-se um direito garantido, como já apontado na citada Carta dos Direitos Humanos.

É sobre tal aspecto que as políticas públicas devem atender com respeito às demandas sociais, principalmente na realidade brasileira onde os conceitos de cidadania e o conhecimento sobre os direitos individuais e coletivos são ainda tão fragilizados. Pensar o

turismo como um direito cultural, é pensar na legitimação de políticas públicas, guiadas pela premissa do bem-estar social.

Uma política pública de turismo deve articular questões estratégicas tecidas junto ao *trade* turístico e à sociedade, na direção de um fortalecimento não excludente do local, que abra espaço de participação nos novos moldes de gestão que aprofundem participação democrática também no campo do Turismo, avançando para além de um caráter privado, tão precioso ao mercado capitalista (GASTAL & MOESCH, 2007, p. 44).

As autoras visualizam que uma gestão que compartilhe o público e o privado deve ser uma estratégia de políticas públicas, tendo a concepção de turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo, posta como atividade multissetorial, tendo uma visão multidisciplinar, multicultural e multissocial. Desta forma, haverá um trabalho que envolva os setores público, privado e também as iniciativas da sociedade civil. Falar sobre um turismo sustentável e humano, requer o distanciamento daquele imaginado turismo de massa, requer aproximação dos aspectos de valorização da diferença e das singularidades.

Ao se falar de cidadania associada ao turismo, pretende-se observar a existência da importância do sujeito, ou seja, do turista em suas especificidades. O turismo manteria uma função construtiva de dar valor ao indivíduo, não mais o tratando como ‘mais um’ dentro de uma ‘massa’, como se vê nos meios de comunicação. Havendo uma descentralização dos processos de decisão e de escolhas, tal turista cidadão encontraria liberdade para o exercício das atividades turísticas, com a qualidade promulgada pelas políticas públicas propostas.

Compreende-se que os espaços turísticos tendem a alimentar-se da fragmentação da sociedade e da diversidade, o que os torna conflitantes com os processos globalizantes de homogeneização, seja no âmbito tecnológico como no econômico das grandes cidades. E os novos turistas, dentro deste contexto de fragmentação, de também movimento/deslocamento, tendem a compreender e a se apropriar destas transformações dos espaços (seja com relação ao local como também aos valores, à subjetividade), exercendo o papel deste novo cidadão – turista.

Pensar a cidadania enquanto norteadora dos conceitos de políticas públicas, leva-nos a refletir sobre a definição de uma cidadania turística, porquanto se possibilita repensar o turismo através das políticas públicas e seus exercícios de planejamento e gestão. Assim, torna-se possível compreender um fazer turístico menos economicista, globalizante e capitalista, e mais humanizante e totalizante.

A cidadania no contexto turístico possibilita ao sujeito, inclusive, a percepção de si mesmo enquanto turista, uma vez que o olhar sobre as diferenças pressupõe o olhar sobre si mesmo – a visão do turista apenas como o outro, sempre na terceira pessoa. O cidadão turista não é simplesmente ‘aquele’ que exige, que paga, que cobra, mas também o ‘eu’ que está em constante contato com este outro a que se refere. Desta forma, a cidadania turística permite repensar a própria viagem, a estadia, o consumo, possibilitando novos olhares sobre os deveres e sobre os direitos no turismo.

Compreender tal cidadania turística inclui pensar políticas públicas que não apenas preparem os destinos e regulamentem as normas para a qualidade, mas que, acima de tudo, possam garantir a todos, mesmo aos grupos excluídos, o exercício e o usufruto do Lazer, incluindo o Turismo.

3.1 - TURISMO: direitos à acessibilidade e ao lazer

O turismo, assim como qualquer outro setor de uma sociedade que defende a equiparação de oportunidades para todos, precisa ser adequado às necessidades especiais de um expressivo número de pessoas com algum tipo de deficiência ou alguma especificidade, a fim de que todos tenham assistidos os seus direitos ao lazer e à qualidade de vida, inseridos na atividade turística.

Sasaki (2002) apresenta algumas barreiras que de alguma forma ou de maneira geral, impossibilitam o acesso ao turismo por parte das pessoas com necessidades especiais, acesso aos logradouros turísticos (bens e serviços) de lazer e recreação. Enumeraremos as seis barreiras apresentadas pelo autor:

- (1) Barreiras arquitetônicas nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos, etc;
- (2) Barreiras atitudinais na sociedade como um todo e, especialmente, em relação a profissionais com poder de decisão política, mas ainda preconceituosos a respeito das pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades turísticas para elas;

- (3) Barreiras comunicacionais nas sinalizações de locais (ignorando as pessoas cegas) e na não-contratação de intérpretes de língua de sinais entre os guias de turismo e os recepcionistas nos locais de maior atração turística;
- (4) Barreiras metodológicas na forma tradicional, através da qual os agentes de viagens e os promotores de atrações turísticas locais estabelecem propostas e acordos com os turistas, tanto os efetivos como os em potencial;
- (5) Barreiras instrumentais nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais visitados por turistas e que tradicionalmente ignoram as limitações físicas, sensoriais e mentais de algumas das pessoas com deficiência.
- (6) Barreiras programáticas existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas, barreiras estas invisíveis, não-explícitas, mas que, na prática, impedem ou dificultam, para certas pessoas, a utilização dos serviços e bens turísticos.

O que se busca defender, a partir dessa realidade, é uma implementação de medidas de acessibilidade que atuem na contramão destas barreiras. Para tanto, trataremos de conceituar o termo *acessibilidade*, de acordo com os princípios da inclusão.

Alguns dicionários apresentam o conceito de acessibilidade como: “(do latim: *accessibilitate*) 1. Facilidade de acesso, de obtenção. 2. Facilidade no trato” (MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – MICHAELIS 2000, p. 37); “1. Qualidade ou caráter de acessível. 2. Facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção.” (NOVO DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA – AURÉLIO, p. 22).

Acessibilidade é definida pela ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, pela norma NBR 9050/94 – “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos”, como sendo a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano.

Acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiências participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população. Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante, nas últimas décadas.

Tal conceito está ligado à qualidade de projetos, baseando-se num conjunto de especificações, de normas, de legislação e, principalmente, em conscientização e

sensibilização dos profissionais, para que estabeleçam exigências mínimas a serem observadas para acessibilidade, tanto dos espaços edificados como de atendimento aos serviços, quer seja de domínio privado ou público. E é justamente no contexto dos serviços de reabilitação, saúde, educação, transporte, mercado de trabalho e ambientes físicos internos e externos, que o termo ‘acessibilidade’ veio se desenvolvendo nos últimos anos. Com o advento do paradigma da inclusão e do conceito de diversidade, têm-se, portanto, a valorização do ser humano em todos os setores sociais comuns, tornando a acessibilidade não mais limitada às questões arquetetônicas.

Ao tratar da acessibilidade, objetivando o combate às barreiras já apresentadas, Sasaki (2003) atribui especificidades para o acesso que devem existir a todas as pessoas, sejam deficientes ou não, com respeito ao direito que todos têm de circular, de ir e vir. Sendo assim, atualmente obrigatórias por lei, por consequência do paradigma da inclusão, acessibilidade caracteriza-se como:

- (1) *Acessibilidade arquitetônica*: sem barreiras ambientais físicas, nas escolas, nas empresas, nas residências, nos edifícios públicos, nos centros de convenções, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos locais de lazer e turismo e nos meios de transporte individual ou coletivo.
- (2) *Acessibilidade comunicacional*: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, e outros meios), na comunicação escrita (jornal, revista, livros, cartas, apostilas, etc., incluindo textos em *braille*, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook* e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- (3) *Acessibilidade metodológica*: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de logística aplicada), de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística, dentre outras, baseada em participação ativa), de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc) e de outras áreas de atuação.
- (4) *Acessibilidade instrumental*: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos), de atividades da vida diária

(tecnologia assistiva para comunicar, fazer higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho, etc), de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc) e de outras áreas de atuação (grifo meu).

- (5) *Acessibilidade programática*: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias, etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um modo geral.
- (6) *Acessibilidade atitudinal*: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral sobre a convivência na diversidade humana.

Quando pensadas as políticas públicas enquanto ações e normas do poder público que regem a legitimidade da cidadania e da acessibilidade, recorreremos à busca de algumas leis que possibilitem a contribuição para esta realidade da inclusão – realidade esta calcada no reconhecimento da diferença e em uma revolução conceitual que conceba uma sociedade em que todos sejam partícipes, com direito de igualdade, levando em consideração as suas características próprias, sua alteridade.

Em princípio, tomaremos como pano de fundo para esta discussão, as diretrizes traçadas referentes ao *Direito ao Lazer*. Embora o lazer seja previsto na Constituição Federal, no artigo 6º como um direito social, assim como a educação, a saúde, a moradia e a segurança, ele não tem sido foco nos espaços de discussões. Porém, o direito ao lazer é tão fundamental para o pleno exercício da cidadania como os demais apresentados acima (SASSAKI, 2003).

Para as pessoas com deficiências essa realidade não é diferente, pois grande parte dessa população tem tal direito subtraído, seja pela própria família, num ato consciente de superproteção, seja pelos órgãos públicos, que não zelam suficientemente pela observância das normas de acessibilidade nos bens e serviços prestados. Tal acessibilidade, como já dito, passa pela questão arquitetônica e, como destacaremos aqui, também pela questão comunicacional e de atitude, direitos que, uma vez subtraídos, podem diminuir ou anular o acesso à informação – muito reclamado, porém, um tanto utópico no que tange à deficiência sensorial (surdez e cegueira).

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, artigo 1º, insere o lazer como um dos elementos indispensáveis para a garantia do direito a cidades sustentáveis para as presentes e futuras gerações. A Lei 8.080/90, no artigo 3º, pressupõe que o lazer é também um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde. O artigo 4º do Estatuto da Criança e do

Adolescente diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Já a Lei 7.853, de 24/10/89, dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) que é, atualmente, o órgão da Secretaria Especial de Direitos Humanos responsável por tratar dos direitos das pessoas com deficiência à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, à previdência social e ao amparo à infância e à maternidade.

Diante desta legislação vigente, em caso de desrespeito aos direitos estabelecidos no caso dos assuntos turísticos, cabe ao Ministério Público cuidar, fiscalizar e fazer cumprir as determinações legais, de interesse local, adaptando praças e parques, eliminando obstáculos arquitetônicos, expedindo alvarás de funcionamento só após verificar se o estabelecimento cumpre as normas de acessibilidade (art.30, CF/88).

O MTur produziu este ano um documento, a partir do Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, publicado pela Embratur, em 2001, de acordo com a legislação brasileira e Normas Técnicas – ABNT. Tal documento reconhece que o turismo com enfoque social vem se desenvolvendo acentuadamente no mundo, de modo especial, no que se refere ao acesso à experiência turística para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Apresentamos tais documentos em anexo, pois se referem ao atendimento prioritário para pessoas com deficiência.

É importante salientar que, mesmo diante das leis apresentadas, embora pudessem existir outras ainda mais específicas, o simples fato de ser garantido o direito fundamental de ir e vir *a todos*, já é um embasamento suficiente para que sejam adotadas as medidas necessárias, no sentido de permitir que pessoas com deficiência exerçam seu direito pleno de ir e vir (art. 5º, CF).

A Constituição é nitidamente promissora de princípios que visam a inclusão social. Além de garantir o direito à igualdade, à não-discriminação, elege também como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º): a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; reduzir as desigualdades sociais; promover o bem de todos, sem preconceitos (SASSAKI, 2003).

Para possibilitar o acesso ao lazer, por exemplo, algumas medidas nos servem como fontes ou parâmetros para embasar os requisitos de acessibilidade. Para tanto, além dos

requisitos referentes à eliminação das barreiras arquitetônicas (edifícios, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, etc.), destacaremos alguns dos requisitos referentes à prioridade de atendimento: a valorização da língua de sinais (Lei 10.048/2000; a lei de Libras – Língua Brasileira de Sinais – 10.436/02) e a legenda oculta – *closed caption* (Lei 10.098/00), que trata da eliminação de barreiras de comunicação na programação televisiva.

O atendimento prioritário às pessoas com deficiência compreende tratamento diferenciado/imediato, dentre os quais destacamos os já referidos:

- I – assentos adequados, espaços e instalações acessíveis;
- II - Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva/surdos prestado por intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes.

A LIBRAS, como já apresentada, e conforme definida pela própria Lei (art. 1º), é a forma de comunicação e expressão dos surdos, que apresenta um sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

Compreende-se que os surdos não apresentam restrições físicas quanto à sua locomoção, mas as barreiras em sua comunicação, geradas pela falta de audição, constituem o sério entrave para possam usufruir de seus direitos. Logo, a grande e primeira forma de atenuar tal limitação, que compromete também o turismo, seria proporcionar nos ambientes como cinemas, restaurante, hotéis, hospitais, postos policiais, bancos, centros de compras, parques, dentre outros locais de acesso ao público, a presença de profissionais treinados a atender, de forma minimamente eficaz, pessoas surdas através da Libras.

A Lei 10.436/02, em seu art. 3º, é categórica no sentido de que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos, o que inclui pessoas que tenham, pelo menos, conhecimentos básicos de Libras.

A Lei nº 323/2001, do município de São Paulo, além de determinar o ensino da Libras a todos os alunos das redes municipais de ensino, ainda amplia o uso da Língua de Sinais para a completa acessibilidade dos surdos, utilizando-se sempre da sinalização visual, em conjunto com os avisos sonoros, por exemplo: campanhas que indicam a saída de veículos de garagens devem ser acompanhadas de sinal luminoso, ou outro; o mesmo em elevadores; em locais fechados, quanto ao aviso de incêndio ou outro perigo; em motéis e hotéis, a campanha luminosa para anunciar a chegada de alguém.

Na Bahia, buscou-se nos órgãos públicos como a Bahiatursa, informações referentes a planos de ação e políticas públicas que fizessem alguma referência às questões da inclusão de pessoas com deficiências; contudo, não se encontraram informações a este respeito.

Outro aspecto incluso nos serviços turísticos, que podem apresentar especificidades para as comunidades surdas, são os serviços de telecomunicações, podendo dispor de um serviço especial STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado), disponível para uso do público em geral:

- a) Instalar, em âmbito nacional e em locais públicos, telefones de uso público adaptados para uso por pessoas surdas;
- b) Garantir a disponibilidade de instalação dos STFC para acessos residenciais; e
- c) Garantir a existência de centrais de intermediação de comunicação telefônica, a serem utilizadas pelos surdos, em todo o território nacional.

Há informações que dão conta da existência do sistema telefônico adaptado para o uso dos surdos, já instalado em todos os aeroportos do território nacional – isso demonstra o cumprimento deste requisito de lei por parte de um serviço turístico.

Apresentadas algumas das definições legais que, se aplicadas, auxiliam nos processos inclusivos da e na sociedade, compreendemos que as barreiras comunicacionais tornam-se agravantes quando associados às barreiras atitudinais, resultando no fato de as pessoas que possuem uma diferença, serem vistas como anormais, deficientes, incapazes, não sendo vistas como titulares dos mesmos direitos que a maioria. Estas barreiras apresentam-se no fato de os programas de acessibilidade para pessoas com deficiência serem destinados apenas a locais que alguns consideram mais viáveis economicamente/politicamente. Não se observa que ‘estes’ cidadãos também desejam, sonham com uma viagem, pela prática de esporte e lazer. Barreiras de atitudes, que determinam que alguns programas de rádio, TV, sites, estejam adaptados aos deficientes sensoriais – cegos, esquecendo que todos têm direito de acesso à informação.

3.2 - TURISMO INCLUSIVO

Devido ao crescimento do turismo em larga escala, pode-se observar que os pesquisadores que atuam na área do turismo começaram a se preocupar seriamente com os impactos produzidos sobre as pessoas e ambientes, onde se desenvolve a atividade turística, seja pelos impactos socioculturais, seja pelos desequilíbrios ambientais.

A definição de turismo é alvo de conceituação sob diferentes enfoques: demanda, oferta, espaço geográfico, operadores de mercado. Beni (2001) apresenta uma visão holística da atividade, buscando abarcar a essência total do assunto. Para o autor, o turismo “é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora” (p. 36).

Em função da complexidade do tema que é, ao mesmo tempo, uma atividade econômica, cultural e social, adota-se aqui a perspectiva de Moesch, de acordo com a qual o turismo:

É a combinação complexa de inter-relacionamentos entre a produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social, com base cultural, com base histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade. (MOESCH, 2000, p. 9)

Ilustrando a complexidade apresentada por Moesch, torna-se pertinente a explicação trazida por Lemos (2002) a respeito do valor turístico, ou seja, aquilo que é gerado pelo sistema turístico e que tem valor distinto do de outros setores. Nas palavras do autor, o valor turístico:

[...] deve ser e representar um conjunto de relações sociais dos seres humanos com sua história, sua cultura, e seu ambiente natural e arquitetônico capaz de gerar um sistema organizado que consiga agregar um conjunto de bens e serviços de informação, deslocamento, estada, alimentação, entretenimento, eventos, fatores socioculturais, climáticos e geográficos e os elementos das infra-estruturas geral e específica que tenham força de atração capaz de mobilizar o deslocamento (ida e retorno) e a permanência de pessoas de outras localidades. (LEMOS, 2002, p. 85)

As questões referentes ao turismo, geralmente, são atravessadas por preocupações meramente mercadológicas, evidenciando-se o fenômeno econômico por excelência em detrimento dos aspectos sociais, revitalizando, assim, a idéia de que o sujeito do turismo restringe-se ao homo economicus. Basta lembrar que "freqüentemente as necessidades do setor forçam o sistema educativo a direcionar a formação acadêmica para o desenvolvimento

de ‘certas habilidades’ a fim de aumentar a produtividade e atender às exigências do mercado globalizado." (ANSARAH, 2002, p. 19).

Por esta razão, concordamos com Moesch ao tratar o turismo como sendo um “fenômeno de caráter humano”, uma vez que são as pessoas que se deslocam e não as mercadorias, envolvendo deste modo a satisfação das necessidades do homem. O turismo passa a ser analisado de acordo com as motivações que impulsionam o indivíduo a viajar e assim, conhecer lugares e experiências culturais diferentes (MOESCH, 2000, p. 13). Contudo, reconhecemos que o turismo nasceu e se desenvolveu com o Capitalismo, resultando marcas significativas e definidoras desse universo, muitas vezes caracterizado como indústria.

De acordo com Marutschka Moesch:

A partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. Desde 1995, o fluxo turístico cresce a uma taxa anual média de 4,3%, enquanto a expansão máxima da riqueza mundial tem sido de 3%, aproximadamente. Em 1997, o setor empregava 250 milhões de pessoas, uma entre cada dez pessoas da população mundial economicamente ativa, conforme a Organização Mundial do Turismo – OMT (1998) (MOESCH, 2002, p. 09).

No entanto, a própria autora refuta, em seu livro *A produção do saber turístico*, a idéia de que o sujeito turístico seja apenas *economicus* e político: ele é também subjetivo, afetivo e lúdico. Desta forma, convém reconhecer que os estudos sobre o turismo merecem um olhar para o que Moesch denomina ‘sujeitos consumidores’, destacando a idéia de que o sujeito antecede a de consumidor (MOESCH, 2002, p. 10).

Falar em sustentabilidade no turismo requer a necessidade de que essa atividade respeite e beneficie tanto o turista, que deve ter suas expectativas satisfeitas, quanto às comunidades e o meio ambiente das localidades receptoras. Cumprir os critérios da sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica, está na perspectiva de tornar o turismo um meio de desenvolvimento sustentável articulado com as três ecologias de Guattari (2001) – ecologia ambiental, ecologia social e ecologia mental – uma vez que as práticas ecológicas têm por objetivo reapreciar o trabalho humano, em função de valores

diferentes daqueles do rendimento e do lucro, tornando os territórios existenciais ‘habitáveis’ por um projeto humano.

Segundo Guattari, as três ecologias deveriam ser concebidas como sendo um processo contínuo de ressingularização, em que os indivíduos se tornariam, a um só tempo, mais solidários e cada vez mais diferentes. Este mesmo processo de ressingularização deveria acontecer nas esferas educacional, pública de modo geral, urbanística e turística.

Compreendemos, contudo, que – entre o que se pretende com o turismo e o que se obtém de fato nesta atividade, há uma diferença que permeia justamente os níveis econômico, sócio-cultural e ambiental. Sob esta ótica, depreende-se que sujeito, economia e preservação ambiental devem estar alinhados pois, somente assim, pode-se conceber turismo com responsabilidade social.

É notório que o Brasil pode se tornar um grande receptor turístico, pelas suas potencialidades, por sua diversidade natural e cultural; porém, os altos índices de desigualdade social referentes aos níveis de pobreza e miséria impedem tal crescimento. É de extrema importância que haja mudança neste quadro social, principalmente através do apoio dos órgãos governamentais, empresas privadas, das comunidades locais, e acrescentaríamos aqui o apoio dos órgãos do setor turístico, com a conscientização sobre a importância do compromisso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, agindo com responsabilidade social para construir uma sociedade onde todos possam exercer com plenitude sua cidadania.

Vemos que a consciência coletiva prevê, cada dia mais, que o desenvolvimento econômico se aproximar do desenvolvimento social. Kotler (1996) conceitua responsabilidade social como:

Atribuições que a sociedade estipula para as instituições, tendo por objetivos definir algumas obrigações relacionadas à preservação do meio ambiente, dos direitos das minorias e dos direitos das populações estabelecidas (nativas ou não). Muitos empresários do setor turístico, infelizmente, ainda entendem que sua responsabilidade social é exclusivamente para com o turista, restrita unicamente ao cumprimento da obrigação legal de oferecer-lhe o que é prometido nas divulgações para venda de pacotes e ofertas turísticas. (KOTLER, 1996, p. 35)

A conscientização do empresário do setor turístico, aliada à sua atuação crítica contribui para o sucesso da atividade turística, com base no cumprimento das responsabilidades sociais e com o meio ambiente.

Na tentativa de alinhar os conceitos apresentados sobre turismo, sustentabilidade e responsabilidade social, apresentamos também o conceito de lazer, como um dos elementos inclusos para o desenvolvimento da atividade turística.

Para Dumazedier, o lazer pode ser definido como:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (2001, p. 34).

Para Andrade, lazer é:

Um conjunto de fatos e circunstâncias que, por sua natureza, apresentam-se como isentos das pressões e das tensões que, com certa frequência, podem afetar as atividades humanas individuais e grupais compulsivas opcionais. Integra o complexo equipamento das peças que se usam no grande e naturalmente enfeitado tabuleiro onde se formam e se movimentam os mais diversificados conjuntos que intercalam variados movimentos e as pausas de diferentes durações do jogo da vida humana (2001, p. 21).

No entanto, o direito ao lazer, muitas vezes, é impedido, limitado, reduzido, pelas barreiras encontradas, o que contribui para a segregação de minorias e de classes sociais.

Marcellino (2000) chama a atenção para a apropriação desigual do lazer por parte de diferentes segmentos da população, ressaltando a existência de condições que restringem quantitativa e qualitativamente o acesso à produção cultural. Segundo o autor (2002), as barreiras podem ser divididas em interclasses sociais e intraclasses sociais. Interclasses sociais são marcadas pelo fator econômico que é determinante em aspectos que variam desde a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais até as diferentes oportunidades de acesso à educação. Pessoas com padrão de vida mais elevado possuem mais opções de lazer.

E a outra situação de barreira, a intraclasses social, diz respeito às diferenças como idade, grau de instrução, a violência nas grandes cidades e a dificuldade de acesso aos equipamentos de lazer, que acabam privando grande parte da população do mesmo direito ao lazer.

Marcellino (2000) discorre a respeito dessas barreiras sócio-culturais, que dificultam e limitam o lazer da maior parte da população. Assim, é possível observar que, além de estar sujeita às barreiras inter e intraclasses, a pessoa com deficiência ainda se depara com barreiras arquitetônicas, comunicacionais e de atitudes, que dificultam o acesso ao lazer.

Para o autor, alguns dos elementos sócio-culturais que delimitam as barreiras são:

a) Fator econômico: são barreiras interclasses sociais, que determinam desde o tempo disponível às oportunidades de acesso à escola e contribui, também para uma participação desigual do lazer. Quem tem melhores condições financeiras tem mais acesso às atividades de lazer. Algumas atividades como as práticas esportivas e as artísticas exigem investimento como o aprendizado das técnicas e as compras de materiais, como exemplifica Marcellino (2000). Para freqüentar, também outras atividades de lazer oferecidas pelas organizações privadas é necessário pagar ingressos, como no caso dos parques temáticos e de diversões, os cinemas, os teatros, as casas de shows, dentre outros.

b) Gênero: (barreira intraclasses social): Neste aspecto, as mulheres são desfavorecidas em relação aos homens, devido à sua rotina de trabalho doméstico, à dupla jornada de trabalho e, principalmente, devido às obrigações familiares. Marcellino (2000) acredita que, por padrões estabelecidos pela sociedade, as diferenças entre homens e mulheres acontecem desde a infância, quando os meninos são incentivados às aventuras fora de casa, enquanto as meninas às brincadeiras em casa. Por essa razão, as mulheres tendem a dedicar-se às tarefas domésticas e faltam-lhes horas para a prática de lazer, porque até mesmo nos finais de semana ou férias tem que realizar as mesmas atividades domésticas.

c) Faixa etária: é outra barreira intraclasses social, em que a criança e o idoso são esquecidos. A criança, por não ter entrado no mercado de trabalho e o idoso, por já ter saído do mesmo mercado. Marcellino (2002) acrescenta que a criança cada vez mais vem sendo preparada para o futuro, sendo obrigada a fazer cursos e atividades de que, muitas vezes, não gosta. Esse é o caso de crianças de classe média cujos pais, para afastá-las do perigo das ruas, limitam seus espaços de lazer e, nesses casos, faltam à criança lugares para brincar. Os problemas se agravam quando essas crianças são de classes baixas. Estas crianças, complementa o autor, desde cedo têm que trabalhar para ajudar a família, pois precisam complementar o orçamento em casa, o que dificulta ainda mais a vivência do lazer para essas crianças. Em relação aos idosos, o autor aponta que, no Brasil e em outros países, os idosos são os que menos freqüentam espaços de lazer, por diversos motivos. A aposentadoria traz aos idosos falta de condições financeiras, falta de disposição, problemas na locomoção e preconceitos que a sociedade impõe para os idosos, limitando sua participação no lazer.

d) Estereótipos: segundo esse autor, são uma série de preconceitos que ocorrem na sociedade e restringem a prática do lazer aos mais jovens, aos mais habilitados e aos que se enquadram dentro dos padrões sociais estabelecidos de “normalidades”.

e) Espaço Urbano: existe uma centralização de equipamentos específicos de lazer nesta localização. Segundo o autor, cada vez mais a população vem sendo expulsa para a periferia, afastando-se dos espaços de lazer. Devido ao crescimento desordenado, o aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento estrutural do lazer, argumenta o autor.

f) Violência, acidentes e as drogas fazem cada vez mais as pessoas vivenciarem o lazer em suas casas e apartamentos. O grande número de casos de violência, nas grandes cidades, intimida e afasta os indivíduos do convívio social. Isto contribui para que as famílias fiquem assistindo televisão e as crianças brinquem em espaços reduzidos, prejudicando o seu desenvolvimento, tornando o problema *violência*, em mais uma das barreiras para o lazer.

O lazer, elemento integrante da vida da pessoa, atua na carga/descarga e renovação de energias; na revitalização e desbloqueio dos pensamentos monótonos, negativos e rotineiros. O indivíduo com deficiência, ao participar das atividades de lazer, estabelece uma relação afetiva com as pessoas e com o mundo, contribuindo para a melhoria da saúde, do nível de socialização e de interesse pela vida (ALMEIDA, 2005).

A busca pela superação dessas barreiras se direciona na perspectiva de tornar a prática do lazer mais acessível a todos, contribuindo assim para a realidade da sustentabilidade e da responsabilidade social aplicada ao turismo.

Dentro deste contexto, referido à responsabilidade social do turismo, atentamos aqui para os nichos específicos de mercado, já que faz parte de uma das características e perspectivas do turismo contemporâneo, no cenário mundial. A luta pela inclusão de novas camadas da sociedade deve estar num discurso, além dos direitos no papel, presente no reconhecimento prático desses direitos, para a obtenção das oportunidades no que diz respeito à vida social.

A prática do lazer inclusivo se fundamenta em conceitos, leis e declarações que refletem o nível mais atual de entendimento a respeito de como disponibilizar programas e serviços para pessoas com deficiência, em qualquer área da vida de uma sociedade. Os entraves no cotidiano de alguns segmentos, em destaque as comunidades surdas, ainda são realidade em meio ao contexto turístico, assim como as barreiras já discutidas anteriormente.

Assim, falar de turismo inclusivo leva a algumas reflexões atreladas à compreensão de uma série de mudanças que vêm caracterizando as sociedades contemporâneas.

O Art. 2º do Código Mundial de Ética do Turismo diz:

As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homem e mulheres devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares de grupos especificamente crianças, idosos, deficientes, minorias étnicas e os povos autóctones (BOITEUX, 2003, p. 113)

Segundo Ignara,

O turismo é uma atividade econômica de prestação de serviços, que tem nos recursos humanos o seu principal elemento. O bom atendimento ao turista é o principal fator de avaliação do produto e existem localidades com enorme potencial turístico, que não conseguem decolar seu desenvolvimento pela ausência de investimentos em capacitação de recursos humanos. O turismo depende de uma infinidade de serviços especializados, os quais, por sua vez, dependem de uma infinidade de profissionais com as mais variadas especializações (2003, p. 72).

Mas, quando se trata da segmentação do mercado para deficientes, a questão envolve muitas discussões, porque, para que o deficiente possa desfrutar das mesmas oportunidades, é primordial que haja condições, tanto de profissionais para atender quanto de mudanças na arquitetura. No entanto, em muitos casos é negada essa possibilidade de acesso aos produtos ou atrativos turísticos. Existem muitos tipos e graus de deficiências, desde a mobilidade, que variam desde o caso de pessoas mais velhas com dificuldades para subir escadas a pessoas confinadas em cadeiras de rodas; outras com dificuldades de visão e/ou auditivas (RUSCHMANN, 2002).

Quanto à questão que envolve a prestação de serviços com qualidade na área do turismo, diz Ruschmann que:

Trabalhar no turismo significa servir as pessoas, ajudando-as a satisfazer seus desejos de viajar e viver experiências no seu tempo livre. O sentido principal da profissão é o da prestação de serviços que envolvem o cuidado com respeito, dignidade, cortesia e consideração. A satisfação do turista é ponto essencial para o sucesso de qualquer empreendimento ou atuação. As chances profissionais serão maiores para as pessoas conscientes dessa premissa e capazes de colocar os interesses dos clientes acima de tudo (2002, p. 9).

Em muitos casos, quando a prestação de serviços no turismo é realizada sem qualidade, a questão se volta para a falta de profissionais qualificados, sem aperfeiçoamento ou até mesmo sem especialização na área em que atua. Assim, na atividade turística onde a

prestação de serviço é o diferencial, é fundamental que os recursos humanos tenham técnicas e qualidade para atender as necessidades constantes da sociedade (RUSCHMANN, 2002).

Para Barreto (2003), nos últimos dez anos, o turismo vem apresentando uma outra realidade, destacando o lazer como uma opção do turismo para o aumento da qualidade de vida da população, neste caso tanto para deficientes de qualquer natureza quanto para os não deficientes. Com foco na inclusão social, diz Sasaki (2003, p. 33) que a: “qualidade de vida é um princípio que passou a ser discutido associado ao movimento de inclusão social das pessoas reconhecidamente excluídas dos direitos de participação na sociedade”.

A questão do turismo inclusivo no Brasil é de muita relevância, uma vez que ele pode ser utilizado como uma ferramenta para diminuir as desigualdades sociais, através de atividades que proporcionem educação, lazer, cultura e os meios para que as pessoas portadoras de necessidades especiais possam dela participar. Estas atividades turísticas possibilitam o respeito às diferenças e necessidades de cada indivíduo, independentemente de suas limitações, aliando harmonia e respeito às comunidades e locais visitados.

No entanto, apesar da evolução acerca da necessidade de se projetar espaços que atendam a todas as pessoas, o tema ficou por muito tempo esquecido. O Governo Federal, ciente da lacuna existente entre o discurso e a realidade, percebeu que em seu “Plano Nacional de Turismo” não havia nenhuma referência a estas pessoas. No parecer nº. 13/2003, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE, faz esta consideração, reconhecendo que a maior parte das cidades turísticas, no país, apresenta muitas barreiras de acessibilidade, como: meios de transporte inadequados, ausência de quartos adaptados para pessoas com deficiência física ou sensorial nos hotéis até o grande número de restaurantes que não estão adaptados para receber as pessoas portadoras de deficiência (COHEN e DUARTE, 2006).

O turismo inclusivo, apresentado nesta pesquisa, deve se pautar na oportunidade para tais pessoas estarem participando de atividades comuns no campo turístico, e não em grupos segmentados. Assim, a sociedade deve adotar a não exclusão de ninguém sob nenhuma condição, modificando radicalmente seus sistemas e preceitos classicamente excludentes, lutando para encontrar soluções e aprendendo a viver e conviver com todas as diferenças.

É dentro desta realidade de crescimento do turismo que se deve pensar a inclusão, revendo posições estratégicas que ainda não contemplam um turismo para todos, visualizando também essas comunidades excluídas como um mercado a ser conquistado.

Alguns dados apresentados pela SATH – *Society for Accessible Travel and Hospitality* (2000), no que se refere ao turismo para portadores de deficiências no mundo mostram o

quanto este segmento pode ser compreendido. A pesquisa mostra que, nos Estados Unidos, existem 39 milhões de portadores de deficiências; 4,2 milhões no Canadá; 40 a 50 milhões na União Européia e no Brasil são 24 milhões. Estima-se que, nos EUA, aproximadamente 25% dos americanos desse segmento viajam pelo menos uma vez ao ano dentro de seu país, 9% em viagens internacionais e 5% freqüentam navios transatlânticos.

Contudo, embora já haja uma tímida preocupação em atender esse segmento nos bens e serviços turísticos – como se observa em algumas companhias aéreas brasileiras que proporcionam atendimento personalizado com equipes treinadas e orientadas para estes clientes, utilizando cadeiras de rodas especiais, cartilhas de emergência em braile e até veículo especial para o transporte até a aeronave – no Brasil, pouco se observa o atendimento treinado, especializado e voltado para atender, especificamente, os surdos.

A Organização Mundial de Saúde – OMS (2001) estima que, em qualquer população humana, 10% das pessoas têm algum tipo de deficiência. Os portadores de deficiência auditiva representariam 1,5% desse total. Com base nesse cálculo, o Brasil tem 2,4 milhões de deficientes auditivos, desde surdos profundos até portadores de uma surdez leve. O CEDOC declara que dos 2,4 milhões de portadores de deficiência auditiva, 500.000 surdos são profundos.

Os surdos, bem como qualquer outro deficiente ou qualquer outro ser humano, são cidadãos que possuem necessidades e anseios, como a comunicação, estudo, trabalho e lazer. É neste ponto que se torna fundamental ocorrerem transformações nos ambientes físicos e na concepção da sociedade, para que o sujeito surdo não seja mais visto sob a ótica do preconceito, mas sim, enquanto indivíduo com condições de participar ativamente da sociedade.

A realidade mostra que os surdos, em comparação com outras pessoas com deficiência, estão em condição ainda mais excludente no que se refere aos bens e serviços turísticos. Dentre as barreiras enfrentadas por estas pessoas, a comunicacional apresenta-se como a mais prejudicial, uma vez que a diferença lingüística ocasiona um maior distanciamento de uma efetiva comunicação entre as pessoas. Como já tratado anteriormente, a língua utilizada pelas comunidades surda é a língua de sinais, com suas especificidades e diferenças da língua portuguesa, garantida por lei como meio de comunicação para os surdos.

Não compreendidos em sua língua, os surdos se percebem alheios à realidade social em que vivem. E, segundo Skliar, “ao não entendermos o surdo, a limitação é nossa” (1998, p. 36). Sendo assim, as transformações não devem acontecer simplesmente no sujeito surdo, ele não deve ser forçado a integrar-se socialmente, sem as condições necessárias para a sua

participação social. Tais transformações devem ocorrer na sociedade, proporcionando as condições para a eficaz inserção deste sujeito.

A falta de sinalização turística adequada à língua de sinais torna-se um grande empecilho, visto que a língua portuguesa apresenta-se como uma língua estrangeira para os surdos. A falta de comunicação com surdos no que se refere aos bens e serviços turísticos, gerando ações excludentes, certamente seria amenizada ou até solucionada se houvesse profissionais dentro deste setor, com mínimo conhecimento possível sobre a língua de sinais, idioma imprescindível para a comunicação com os turistas surdos.

4 - ENTRE CAMINHOS, SUJEITOS E PALAVRAS: O SENTIDO DA TEIA DA PESQUISA

A realidade e as construções sociais em que estão inseridos os sujeitos Surdos permitiram ao pesquisador, a partir da sua vivência com esta comunidade, configurar olhares sobre as possibilidades de inserção social dos surdos nas atividades turísticas, bem como os olhares do *outro* ouvinte a partir da existência e/ou atuação das políticas públicas que atuem na efetivação dos direitos sociais e da cidadania de maneira indiscriminada, seja para ouvintes ou surdos – e este é o ponto de partida deste estudo.

Na construção da pesquisa, percebeu-se a possibilidade de articular a relação Surdo X Ouvinte frente a uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo – o turismo, percebendo esta atividade não apenas com um olhar economicista, mas a partir da condição social a que o turismo também se configura. Acrescenta-se a esta condição, a visão sobre o turismo como uma atividade que, de modo legal, se reconfigura na condição de direito de todos.

A razão principal desta reflexão explica-se pela postura social de excluídos, à qual os surdos estão sujeitos historicamente, e as conseqüências desta realidade histórica se vêem tanto na esfera educacional, familiar, quanto na esfera social, seja no mercado de trabalho, nas atividades culturais, bem como nos locais de acesso e atendimentos públicos.

Ser este surdo – sujeito excluído socialmente – foi, por muito tempo, justificado a partir das condições de inaptidão para desenvolver-se na esfera social em virtude de algo que lhe falta, pela sua deficiência, pela imperfeição e, como se pensava, pela sua conseqüente incapacidade. Contudo, a interação com o *outro* Surdo sinaliza o possível equívoco dessas afirmações. Estudos realizados na área da Surdez trouxeram novo alento ao justificarem essas suspeitas. Em Skliar (1998), encontramos:

Uma análise limitada da ideologia dominante pode dar origem também a uma limitada explicação sobre os problemas cruciais que caracterizam a educação dos surdos. Assim, as causas e as conseqüências do fracasso parecem inverter-se. O fracasso na educação dos surdos, com seus múltiplos e variados sintomas, constituiu ainda hoje motivo para dois tipos de justificativas igualmente inapropriadas: por um lado, que os surdos são os responsáveis diretos por esse fracasso – fracasso, pois, da surdez, dos dons biológicos naturais; por outro, que se trata de uma dificuldade metodológica, o que fortalece a necessidade de purificar e sistematizar ainda mais os métodos. Nesses dois tipos de

justificativas mencionadas, procurou-se evitar qualquer denúncia relativa ao fracasso da escola e/ou das políticas educacionais e/ou de Estado (Arroyo, 1991). Uma síntese acerca do fracasso seria, em minha opinião, a seguinte: na educação dos surdos, os surdos não fracassaram; fracassaram os ouvintes que nela trabalharam. (1998, p. 47).

Com base nessas observações, partiu-se da premissa que o Surdo, mesmo com suas especificidades delimitadas pela condição física, não é e nem está na condição de inabilidade ou incapacidade de se desenvolver socialmente, e/ou por si mesmo desenvolver atividades sociais e culturais, sejam elas quais forem. Todavia o que se tem é a inabilidade ou incapacidade dos aparatos sociais e culturais em atender as necessidades e especificidades que permitam o desenvolvimento social destes sujeitos.

Um das principais razões para essas reflexões é o intuito de construir, semear e desenvolver conhecimentos sistematizados, tornando-os científicos, a respeito de um campo tão pouco explorado, diga-se Surdez X Turismo.

A pesquisa se configura em duas etapas: a primeira exploratória e descritiva e a segunda experimental. A etapa exploratória e descritiva envolve o levantamento teórico com base na epistemologia da surdez, bem como os elementos teóricos e conceituais que tangem as questões de políticas públicas e cidadania, como já foi apresentado nos capítulos anteriores.

Já a etapa experimental do estudo abarca a realização de grupos focais e estudo de grupo controle, momento em que foram realizados questionamentos aos participantes (ouvintes e surdos) com relação aos aspectos conceituais sobre turismo, cidadania e inclusão social e as suas possíveis correlações com a acessibilidade à atividade turística. Além disso, utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados: entrevistas, observação direta, depoimentos pessoais, testes e experimentos. Espera-se assim, a partir da presente investigação, identificar os fatores de exclusão dos surdos em várias atividades da sociedade, seja nos âmbitos social, político, cultural, e, principalmente, diante dos meios difusores utilizados pelo Turismo.

Esta investigação, com caráter experimental, se propõe a partir de uma abordagem que mescla práticas qualitativas com uma base de observação, para que se desenvolva um caráter explicativo em torno do objeto. Assim, o fator qualitativo visa concordar com Santaella (2001), a despeito desse tipo de pesquisa:

Há uma relação dinâmica, uma interdependência entre o mundo real, o objeto da pesquisa e a subjetividade do sujeito. Enquanto o objeto deixa de ser tomado como um lado inerte e neutro, o sujeito é considerado como parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa (SANTAELLA, 2001, p. 142).

Por esta razão, optou-se trabalhar não com base na visão do turismo sobre os Surdos e a Surdez, mas sim, sobre como a condição de ausência de possibilidades de captação natural de som de determinadas pessoas pode interferir na sua relação interativa com esta atividade. Por isso, a importância de analisar os dados a partir das experiências com os próprios surdos.

Os experimentos com o grupo focal fazem parte de uma metodologia que nas Ciências Sociais se denomina *Estudo de caso*. Segundo Barros (2004, p. 84), “o estudo de caso caracteriza uma metodologia de estudo que se volta à coleta de informações sobre um ou vários casos particularizados”. Assim, o fator observado apenas se restringe a um determinado grupo da sociedade, a respeito de uma determinada e específica situação envolvida num contexto geral sobre as relações sociais entre os cidadãos turistas e a atividade turística como um todo.

A escolha desta técnica para coleta de dados se dá pelas razões que Barros (2004) atribui à instrumentalidade para obtenção de opinião e atitudes a respeito de políticas, serviços, instituições, produtos, dentre outros, bem como para se identificar percepções e representações sociais.

Segundo Rodrigues (1988), Grupo Focal (daqui por diante GF) é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”; Gomes e Barbosa (1999) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”; por sua vez, Krueger (1996) descreve-o como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”.

Sob este contexto, definiremos GF como uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

O GF pode ser utilizado no entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviço. Em geral, não é considerado adequado para estudar a

frequência com que determinados comportamentos ou opiniões ocorrem. Pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes (IERVOLINO & PELICIONI, 2001, p. 116). Segundo os autores, a essência do GF consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (por isso é chamado grupo focal).

O número de participantes de um grupo focal é condicionado por dois fatores: deverá ser pequeno o suficiente para que todos tenham a oportunidade de expor suas idéias e grande o bastante para que os participantes possam vir a fornecer consistente diversidade de opiniões. Quantificando esse raciocínio, podemos concluir que uma sessão de grupo focal deve ser composta por, no mínimo, quatro e, no máximo, doze pessoas (Krueger, 1996).

Com menos de quatro participantes, a tendência é a de que o número e a diversidade de idéias e concepções fiquem bastante reduzidos, influenciando diretamente o aprofundamento das questões e diretivas propostas. Por sua vez, um grupo composto por mais de doze pessoas poderá acarretar a fragmentação das discussões, pois será muito difícil permitir que todos os integrantes exponham de maneira apropriada as suas idéias, o que ocasionaria a dispersão e formação de conversas paralelas entre os que não puderem manifestar-se, além de gerar dificuldades para o processo de gravação dos debates.

Segundo Gomes (2000), o mediador de um grupo focal é a função-chave da técnica. É responsável pelo início, pela motivação, pelo desenvolvimento e pela conclusão dos debates, sendo o único que neles deve intervir e que pode interagir com os participantes. A qualidade dos dados e das informações levantados no GF está intimamente vinculada a seu desempenho, que se traduz: (i) no favorecimento da integração dos participantes; (ii) na garantia de oportunidades equânimes a todos; (iii) no controle do tempo de fala de cada participante e de duração do GF; (iv) no incentivo e/ou arrefecimento dos debates; (v) na valorização da diversidade de opiniões; (vi) no respeito à forma de falar dos participantes; e (vii) na abstinência de posturas influenciadoras e formadoras de opinião.

4.1 – O estudo de caso

Esta pesquisa é fundamentada como um estudo de caso, que permite a análise em profundidade e detalhamento de vários aspectos da relação surdez X turismo, frente às questões do direito ao lazer e à cidadania. O estudo de caso, para Gil (1991, p. 58), "é

caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento". Além do exposto, o estudo de caso contribuirá também para uma análise descritiva dos dados, tendo como propósito propor possíveis intervenções e procurar ampliar o nível de conhecimento sobre a temática.

Segundo Gil (1987), a análise descritiva tem por premissa básica descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Buscou-se, na presente pesquisa, a inserção do pesquisador neste contexto, uma vez que também devem fazer parte integrante do grupo pessoas que apresentam como foco o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população sobre determinada situação – neste caso específico, o pesquisador.

Devemos caracterizar esta pesquisa também como exploratória, método que visa obter maior conhecimento sobre o assunto através do levantamento bibliográfico. Segundo Boyd (1971), o método exploratório é aquele que tem por objetivo a descoberta de novas práticas e diretrizes. Por outro lado, Mattar (1993) define a pesquisa exploratória como aquela que permite ao seu pesquisador uma gama maior de conhecimento a respeito do tema ou problema objeto da pesquisa. A pesquisa descritiva é caracterizada por ele como aquela que possibilita ao pesquisador conhecer melhor as características de grupos, estimar proporções de determinadas características, além de constatar a presença de relações entre diversas variáveis.

Visando atender ao quesito proposto pela pesquisa em investigar um elemento pontual e particular, dentro de um contexto social, pensou-se então em definir o estudo a partir de um estudo de caso, em que os sujeitos surdos são o foco principal da pesquisa e que, ao analisar as condições desse grupo, fosse possível também verificar elementos adicionais à condição em que os surdos estão inseridos.

Percebendo que um contexto escolar/educacional poderia suprir a oferta de sujeitos e elementos passíveis de observação, buscou-se dentro da cidade de Itabuna-Bahia, uma instituição de ensino que tivesse dentro do seu corpo discente alunos surdos matriculados na rede de ensino regular, uma vez que esta rede municipal incorpora o perfil de escola inclusiva proposto pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Existe na cidade de Itabuna, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (SME), um número de 60 (sessenta) surdos matriculados na rede municipal de ensino, distribuídos nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Contudo, escolheu-se trabalhar com os surdos matriculados no IMEAN, por esta escola apresentar o maior número de alunos

surdos matriculados (sendo 23 surdos) e, assim, a probabilidade de se obter um maior número de participantes, possibilitando a aplicação da técnica do grupo focal.

A escola INSTITUTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AZIZ MARON - IMEAM da rede municipal de Itabuna foi então contactada por apresentar uma resposta condizente com as demandas da pesquisa.

Em 2006, ano em que a pesquisa foi realizada, o IMEAM apresentava um quadro de 23 surdos matriculados, grupo foco da pesquisa e um número de 165 ouvintes matriculados. Mediante um primeiro contato com a direção da escola, apresentou-se o projeto de pesquisa, tendo sido mencionados os objetivos e a relevância da mesma, e descrita a metodologia a ser desenvolvida, para então solicitar permissão da instituição por meio de um *Termo de ciência do chefe de serviço onde será realizada a pesquisa*,⁸ assinado pela direção.

O segundo passo desta etapa foi a realização do convite aos alunos da escola através do *Termo de consentimento livre e esclarecido*⁹ para que fossem compostos os grupos focais. Aos que aceitassem, poderiam então compor os grupos a serem divididos por categorias. Assim, em sala de aula, com auxílio de intérprete de Língua de Sinais, foi mais uma vez apresentado o projeto de pesquisa e toda a descrição dos procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos. Na ocasião, foram distribuídos os termos de consentimento livre aos surdos e aos ouvintes das classes ditas inclusivas, ou seja, que contavam com a presença de alunos surdos.

Os termos foram elaborados em linguagem acessível aos alunos, observando-se as séries que cursavam, assim como as especificidades lingüísticas que caracterizam os surdos, seguindo-se o mesmo procedimento para os ouvintes. Aos convidados, surdos ou ouvintes com idade inferior a 18 anos, o termo foi encaminhado aos pais ou responsáveis, por delimitações éticas que precisam ser correspondidas.

Feito o convite, fez-se necessário uma seleção dos convidados em função de atender de maneira exequível as propostas metodológicas da pesquisa. Sendo assim, dos vinte e três alunos surdos matriculados na escola, apenas vinte puderam fazer parte do quadro de pesquisados. A não seleção dos outros três alunos se justifica pelo fato de um estar inserido no quadro de alunos matriculados, mas não apresenta assiduidade, não sendo possível sequer ser convidado para a pesquisa por não estar presente, podendo assim comprometer a realização das atividades. Os outros dois alunos não selecionados, embora freqüentem a

⁸ Termo de ciência do chefe de serviço onde será realizada a pesquisa – em anexo.

⁹ Em anexo.

escola, não são, contudo, usuários da Língua Brasileira de Sinais, e não apresentam condições comunicacionais para responderem às atividades que seriam realizadas.

Quanto aos ouvintes, todos que receberam o convite aceitaram participar das atividades, e estavam aptos para compor os grupos focais, dentro das categorias que foram estabelecidas.

Definidos os procedimentos, foram então estabelecidos os componentes dos grupos focais a partir de algumas categorias, a fim de que pudesse ser feita uma análise descritiva dos pesquisados, a partir de características que mais aproximassem os componentes dos grupos. Definiu-se que seria uma reunião com duração máxima entre uma hora e uma hora e meia, com quatro grupos focais divididos por faixa etária: 1- dez surdos com idades entre 15 e 19 anos; 2- dez surdos com idade a partir de 20 anos; 3- dez ouvintes com idades entre 15 e 19 anos, e 4- doze ouvintes com idades a partir dos 20 anos.

4.2 – A realização do Pré-teste

Após a elaboração do questionário, um pequeno teste pôde ser realizado com alguns entrevistados para experimentar o questionário e realizar os últimos ajustes, a fim de verificar o tempo e a compreensão das perguntas pelos entrevistados. O pré-teste mostraria a clareza e precisão dos termos, a quantidade de perguntas, a forma e ordem das mesmas. Após a aferição do questionário pelo pré-teste, pude fazer as devidas correções para aplicar o questionário nos grupos focais. O pré-teste e a revisão ajudam a evitar o retrabalho e proporcionam maior qualidade à pesquisa. Para se realizar o pré-teste, foram selecionados entrevistados com o mesmo perfil da amostra, porém, não integrantes de nenhum dos grupos focais selecionados. Temos, então, para a realização do pré-teste:

TABELA 01: componentes para o pré-teste.

Aspectos físicos			
Faixa Etária		n°	%
19 e 20 anos		2	40
22 a 28 anos		3	60
Σ		5	100
Sexo			

Masculino		3	60
Feminino		2	40
Σ		5	100
Nível de Surdez			
Surdez severa/profunda		1	20
Surdez Profunda		4	80
Σ		5	100
Uso de Aparelho Auditivo			
Usam ou já usaram		2	40
Nunca usaram		3	60
Σ		5	100

A seleção destes surdos para compor a realização do pré-teste foi feita aleatoriamente, a partir do meu contato com alguns surdos, os quais não estavam matriculados no IMEAN, local selecionado para aplicar os grupos focais.

Os sujeitos surdos apresentavam características que satisfazem aos critérios definidos para a realização do pré-teste, e assim pôde ser direcionada a adequação do questionário que seria aplicado posteriormente aos grupos. São surdos que apresentam uma postura crítica e amadurecimento em língua de sinais, que proporcionaram um olhar mais aprofundado sobre a realidade e as especificidades dos surdos através de seus costumes, de suas experiências de vida e visão de mundo no que se refere à educação, à construção social e às experiências turísticas, foco para aplicabilidade da pesquisa.

Por fim, foram também as dificuldades nas respostas destes surdos, que despertaram algumas curiosidades referentes à percepção do sujeito, que poderia ser diagnosticada nos grupos focais com os surdos, e confrontadas com os dos ouvintes – grupo controle.

Reelaborado o questionário¹⁰, este pôde ser aplicado aos grupos focais para que pudesse ser feita a análise descritiva dos dados coletados.

¹⁰ Questionário em anexo.

4.3 – Definindo os Grupos Focais

A hipótese que norteia este trabalho de pesquisa, tendo como objeto as questões de inclusão/exclusão dos surdos diante da atividade turística, é voltada aqui para o campo de pesquisa experimental:

É através da exploração, da inquirição e do procedimento sistemático e intensivo que se alcançam os objetivos de descobrir, explicar e compreender os fatos que estão inseridos ou que compõem uma determinada realidade (BARROS, 2004, p. 30).

Por serem os surdos os sujeitos admitidos para este estudo, cabe-nos conhecer o grupo através das características em comunidade, para que seja pertinente o levantamento das questões.

Assim, definiremos tais características dos grupos focais com surdos e, posteriormente, dos grupos focais com os ouvintes.

4.3.1 Aspectos Físicos dos Grupos Focais com Surdos

Os aspectos físicos verificados nos componentes dos grupos focais aludem às seguintes questões: faixa etária, sexo, o tipo da surdez que possuem e o respectivo uso de aparelho auditivo. Esses elementos foram selecionados com o objetivo de identificar, nos componentes deste grupo, uma visão social de sua realidade de vida em Comunidade. Tais menções podem ser compreendidas na tabela a seguir:

Tabela 02: Aspectos físicos dos GFs

Aspectos físicos		
Faixa Etária	n°	%
GF 1 – Entre 15 e 19 anos	10	50
GF 2 – A partir dos 20 anos	10	50
Σ	20	100
Sexo		
Masculino	15	75

Feminino		5	5
Σ		20	100
Nível de Surdez			
Surdez severa/profunda		3	15
Surdez Profunda		17	85
Σ		20	100
Uso de Aparelho Auditivo			
Usam ou já usaram		11	55
Nunca usaram		9	45
Σ		20	100

Fonte: Dados coletados diretamente com os surdos

Os surdos selecionados foram distribuídos em dois grupos focais, seguindo a categoria ‘faixa etária’ por compreendermos que os surdos com idades mais próximas teriam realidades mais intrínsecas em detrimento dos surdos com idades distantes. Assim, o primeiro grupo focal foi composto pelos que apresentam idades entre 15 e 19 anos, somando dez componentes, dos quais três eram do sexo feminino e sete do sexo masculino.

O segundo grupo focal de surdos foi então composto pelos pesquisados com mais de 20 anos de idade, sendo dois do sexo feminino e oito do sexo masculino. Somaram-se, assim, vinte surdos, dos quais cinco foram do sexo feminino e quinze do sexo masculino.

O fato de todos apresentarem (os sujeitos pesquisados) o nível de surdez severa e profunda (três com surdez severa em um dos ouvidos e profunda no outro; e dezessete com surdez profunda bilateral), remete à condição já apresentada no primeiro capítulo, em que tais níveis de surdez revelam que a pessoa não adquire informações auditivas, sendo-lhe impossível até a identificação da voz humana. Não desenvolvem linguagem oral no ambiente familiar e não adquirem fala para comunicar-se por conta da falta de referência sonora e modelo oral. Assim, a Língua de Sinais torna-se a forma de comunicação e expressão dos surdos que, através do sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema de transmissão de idéias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas.

Quanto ao uso de aparelho auditivo, nenhum dos pesquisados faz uso atualmente deste recurso. Embora, onze pesquisados afirmam já ter usado o aparelho, o que representa 55%, e justificam não terem se adaptado, razão pela qual descontinuaram o uso deste.

Desta forma, a aplicação do questionário se deu em reunião com os grupos, sendo necessário o apoio de mais um intérprete de Libras, visto que, embora o pesquisador seja conhecedor da Língua de Sinais, tal instrumentalidade foi aplicada apenas para mediação da reunião. Por questões éticas, optou-se pela presença de mais um intérprete que, após aceitar participar da pesquisa, também se comprometeu através de assinatura de um termo¹¹, a mediar a comunicação entre pesquisador e pesquisados, atuando como tradutor/intérprete, permitindo que tal mediação fosse gravada em áudio, contribuindo para as análises descritivas sobre as respostas dos surdos.

4.3.2. Aspectos Físicos dos Grupos Focais com Ouvintes – definindo o grupo controle.

Os aspectos físicos dos componentes destes grupos se encontram na tabela 03, a seguir. Nestes aspectos, foram verificados a faixa etária do grupo e o sexo.

Tabela 03: Aspectos físicos dos GFs

Aspectos físicos		
Faixa Etária	n ^o	% (aprox.)
GF 1 – Entre 15 e 19 anos	10	45
GF 2 – A partir dos 20 anos	13	55
Σ	23	100
Sexo		
Masculino	9	40
Feminino	14	60
Σ	23	100

¹¹ Termo de compromisso do intérprete de Libras em anexo.

Embora a pesquisa esteja focada na percepção dos surdos quanto a sua inserção na atividade turística, o objetivo de trabalhar com outros grupos focais de ouvintes, com a mesma equivalência social, se dá pelo interesse metodológico embutido nestes grupos que, numa visão metodológica, se apresenta como estudo de controle.

A estratificação social é a separação da sociedade em grupos de indivíduos que apresentam características semelhantes, como por exemplo: negros, brancos, católicos, protestantes, homem, mulher, pobres, ricos, etc. Neste aspecto da pesquisa, os elementos pesquisados (surdos e ouvintes) fazem parte do corpo discente de uma determinação instituição pública de ensino (sendo uma escola da rede municipal), o que pressupõe pertencerem a um equivalente nível econômico, no que se refere à questões socioeconômicas. Portanto, tanto os surdos pesquisados quanto os ouvintes estão na mesma instituição pública de ensino e na mesma situação econômica, predominantemente a classe baixa.

Um estudo de controle compreende todo e qualquer delineamento que usa um grupo de controle para ser comparado com outro grupo experimental, num teste de uma hipótese causal. É um estudo observacional-analítico, em que um grupo com determinadas características é comparado quanto à exposição a um ou mais fatores, a outro grupo semelhante, isolando determinada variável.

Assim, após selecionar uma amostra de uma população com uma característica específica, seleciona-se outra amostra de população semelhante, porém, sem aquela determinada variante que a diferencia do grupo caso, daí chamá-lo de grupo controle.

É normalmente uma metodologia aplicada em pesquisas no campo das áreas biológicas, principalmente pela medicina, no controle de doenças. Contudo, pode ser aplicada no campo das ciências humanas, desde que apresente variáveis sociais representativas e passíveis de comparações analíticas.

Para a pesquisa, os surdos e ouvintes estão inseridos no mesmo contexto educacional, faixa etária, pressupondo a mesma condição socioeconômica. Contudo, a hipótese apresentada de exclusão dos sujeitos surdos pode ser verificada através do grupo controle (ouvintes), isolando assim a condição econômica em que ambos os grupos estão inseridos. Buscar-se-á, portanto, através desta metodologia, comprovar que a condição excludente dos surdos não se dá apenas por serem pobres, mas sim, pela condição de acessibilidade precária em que os aparelhos turísticos se encontram, para atender às especificidades destes sujeitos.

4.4 - A análise dos dados

A análise dos dados coletados é feita a partir de uma leitura e decomposição interpretativa dos depoimentos obtidos propostos pelo caráter qualitativo da pesquisa. A interpretação estará ligada à análise, sintetizando os dados e entendendo-os em relação ao todo maior e em relação aos objetivos gerais e específicos da pesquisa. A partir da análise, pretende-se comprovar e/ou confrontar as teorias científicas apresentadas, levando-se em consideração as hipóteses levantadas sobre o problema pesquisado.

Como procedimento metodológico para análise do material empírico, escolhemos o uso da Análise de Conteúdo (daqui por diante AC), amplamente utilizada nas pesquisas de caráter qualitativo.

A maioria dos autores refere-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na AC, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (BARDIN, 1989).

A análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos. Há dois tipos de textos: textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevista e protocolos de observação, e textos que já foram produzidos para outra finalidade qualquer, como jornais ou memorandos de corporações.

Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto: “[...] o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente).”

Para Laurence Bardin, a AC é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1997, p.5)

No texto que marca a diferença teórica entre conteúdo e sentido, a AC costuma ser feita através do método de dedução frequencial ou análise por categorias temáticas.

A análise por categorias temáticas tenta encontrar uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados; “[...] codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações, [...] em função do julgamento do codificador [...] o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa” (BARDIN, 1989, p. 56).

A autora reconhece que a análise categorial é o tipo de análise mais antiga e, na prática, a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto.

Para as análises, fez-se primeiramente uma triagem dos depoimentos gravados, para que pudessem ser eliminadas as falhas, distorções ou quaisquer problemas técnicos que pudessem ter ocorrido. Assim, foi feita uma organização categórica e descrição dos dados.

A análise qualitativa permite que os dados sejam apresentados de forma verbal, oralmente, ou em forma de discurso. Sendo assim, os resultados serão apresentados de forma descritiva na dissertação.

Definidos tais processos metodológicos, permitiu-se a efetivação analítica do processo, a partir das entrevistas realizadas nas reuniões com os grupos focais. A transcrição deste material permitiu a formatação dos métodos sobre as técnicas aplicadas.

Foram selecionadas cinco categorias analíticas, para que de forma interpretativa fossem construídas as observações na fase de exploração do material, a partir da aplicação do que foi definido na fase da formulação das hipóteses, dos objetivos e a escolha dos índices que fundamentam a interpretação final, isto é, a codificação do material em função dos índices selecionados na pré-análise. Tais categorias analíticas são: (1) discriminação/exclusão; (2) percepção; (3) acessibilidade; (4) lazer; e (5) inclusão.

Dentro destas categorias, as interpretações descritivas foram sendo construídas, contrapondo ou, por vezes, justificando, as percepções apresentadas pelos grupos focais de surdos, consoante às percepções apresentadas pelo grupo controle, definido pelos grupos focais dos ouvintes.

4.5 – Dificuldades encontradas no caminho metodológico

Torna-se fundamental apresentar neste ponto, alguns elementos que ocorreram no decorrer da pesquisa, seja no momento de revisão bibliográfica, como também na aplicação metodológica deste estudo, e que configuraram, por vezes, algumas fragilidades, ou também estranhamentos decorrentes das relações humanas existentes.

A primeira fragilidade encontrada pelo pesquisador acabou se transformando em um ponto de grande estímulo para o desenvolvimento da pesquisa, impulsionando as ações desde a formulação do projeto, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, perpassando o decorrer da construção/formação acadêmica e, por fim, à efetivação do estudo.

Tal elemento se refere ao ineditismo e inovação temática, uma vez que se trata de um campo de pesquisa muito pouco explorado, ainda no que se refere às questões de inclusão social de pessoas surdas, o que se agrava ainda mais tal percepção quanto à proposta de alinhar este campo temático às questões de inserção desta população na atividade turística. Assim, encontrar referências bibliográficas que se aplicassem diretamente à temática estudada foi uma grande dificuldade, impulsionando a busca por leituras em outros campos do conhecimento, seja educação, sociologia, antropologia, história, dentre outros, que permitissem uma aplicabilidade desta interdisciplinaridade aos estudos da atividade turística. Assim, alguns conceitos, definições, focos e visões teóricas estiveram suscetíveis a desconstruções e reconstruções, permitindo a construção de um novo conhecimento definido pela pesquisa.

Outro elemento de fragilidade ainda está ligado à questão da inovação temática, pois, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, com o elemento diferencial de serem pessoas com um determinado déficit sensorial – a surdez –, alguns estranhamentos surgiram por parte de alguns setores acadêmicos. Tal situação se refere ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC que, ao receber o encaminhamento do projeto para aprovação como atendimento a **RESOLUÇÃO Nº 196, de 10 de outubro de 1996** pelo **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**, (da qual emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos), apresentou vários questionamento quanto ao projeto, demonstrando uma visão assistencialista sobre o grupo pesquisado pelo fato de serem ‘deficientes’. Assim, vários esclarecimentos foram encaminhados, anexados e até mesmo reencaminhados, demandando demora para a aprovação do protocolo, o que acarretou atrasos na pesquisa, por consequência.

Outra fragilidade encontrada acarretou um estranhamento, agora no pesquisador, no que se refere a aplicação da pesquisa com relação ao perfil dos grupos focais.

Quando realizadas as reuniões com os grupos focais, seja com os surdos ou com os ouvintes, algumas dificuldades foram encontradas. As reuniões aconteceram no ambiente da escola, e a instituição se colocou, de modo satisfatório, nas solicitações feitas para a realização das reuniões, para os avisos dados, quanto ao espaço concedido e acessibilidade ao mesmo. Porém, o que foi percebido como elemento de fragilidade foi o comportamento dos sujeitos da pesquisa.

Quando as reuniões foram feitas com os surdos com idade até vinte anos, houve uma grande aceitação por parte dos pesquisados, e a participação aconteceu de maneira extremamente efetiva, sem que fosse necessária alguma intervenção da escola, ou alguma alteração na realização da atividade proposta. O mesmo aconteceu com o grupo de ouvintes pertencente à mesma faixa etária, que embora tenha sido a maioria menor de idade, foram responsáveis com a realização da reunião e muito participativos. Ambas as reuniões foram realizadas no turno matutino da escola, em horário decidido pela instituição.

A reunião realizada com os surdos com idade superior a vinte anos apresentou algumas dificuldades que vale destacar. Os surdos apresentavam uma dificuldade maior no que se refere à participação. Embora tenham sido informados que não seriam obrigados a participar, os mesmos afirmaram desejar continuar na atividade, mas, apresentando um certo desestímulo. Alguns não expressaram opinião e apresentaram uma desconcentração maior, por vezes não entendendo o objetivo das perguntas, fugindo ao contexto.

No grupo de ouvintes com idade superior a vinte anos, mesmo com a aceitação de todos em participar da pesquisa, assinando o termo de livre consentimento, foram necessárias três tentativas de reunião, sendo realizadas de fato apenas na última tentativa. Os ouvintes, quando liberados do horário de aula para serem conduzidos ao espaço da pesquisa, acabaram por ir para suas casas. Apenas depois de um trabalho de conscientização com o apoio da escola, na terceira tentativa, os sujeitos compareceram à reunião, porém, apresentaram características semelhantes a alguns dos surdos participantes: dificuldade de concentração, resistência a responder todas as perguntas e preocupação com o horário de ir embora. Algumas das respostas poderiam se apresentar de maneira mais completa e mais participativa enquanto grupo, identificando especificidades que só a partir de suas falas poderiam ser percebidas.

Assim, percebemos que foi característico dos pesquisados com idade superior a 20 anos, uma atitude descompromissada com a própria instância educacional, uma vez que o

número de faltosos, e com maior atraso na idade escolar, concentra-se justamente neste quadro discente noturno.

Todavia, compreendemos que, mesmo com essas limitações, os objetivos puderam ser alcançados e não foram entraves para que a pesquisa deixasse de ser exequível e legítima.

5 - ANÁLISE E RESULTADOS DA DINÂMICA DA PESQUISA: DANDO VEZ E VOZ AOS DIFERENTES

5.1 Dialogando com diferentes, em meio às suas diferenças: o olhar dos surdos.

O que enraíza nossos discursos (da integração, da inclusão, da diversidade, da diferença) são os dispositivos que definem o sujeito pela falta e não pela singularidade. Vivemos numa discursividade marcada pelo não-ser, não-consegue-fazer, não-sabe, embora “as diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas – e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou lingüísticas” (SKLIAR, 1999, p.23).

Partido do conceito de inclusão social, trazido por Sasaki (1997), reconhecendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, é que pretendemos aqui analisar de forma descritiva as “falas” destes sujeitos, submetidos historicamente à realidade e aos processos de inclusão social. A pergunta que nos inquieta é: os surdos compreendem os processos sócio-políticos em prol de sua inclusão e inserção no meio social?

Pôde-se perceber que uma pequena parte dos surdos pesquisados afirmou não conhecer o significado da palavra *inclusão social*, e destes, um ainda opina, na tentativa de explicar sua impressão a respeito da temática. Contudo, demonstram um desconhecimento, seja em função da falta de domínio dos conceitos, uma vez que a língua de sinais, com suas especificidades, acarreta uma singularidade quanto à construção de conceitos, ou seja, ainda, pela falta de visão política a que estão relegados tais sujeitos.

Também se percebe uma maior dificuldade em definir tal conceito pelo grupo focal de surdos mais velhos, enquanto os mais jovens apresentaram uma participação mais influente nas reuniões – um aparente desinteresse em participar das respostas, assim como já foi exposto pelo item das dificuldades encontradas na realização da pesquisa.

Os que opinaram de forma mais positiva frente à questão, percebem-se envolvidos no conceito da palavra. Para estes, a inclusão social relaciona-se, diretamente, à sua condição de surdez.

É mostrar que surdos e ouvintes são iguais e que surdos e ouvintes estão na mesma posição. Crianças trocando conhecimento, surdos com ouvintes

perguntando sinais, essa troca de experiência e o desenvolvimento dos surdos com os ouvintes, é importante em qualquer âmbito social. (Surdo S.)

Amigos na escola ensinando, ouvintes que estão na escola explicando aos surdos, não pode haver discriminação. (Surdo F.)

É estar na escola, jovens e adultos, e as pessoas estão ali explicando, ensinando e aprendendo. É ajudar na escola. É as pessoas estarem se ajudando e crescendo da mesma forma, da mesma maneira, sejam surdos como também ouvintes. (Surdo T.)

É entender que surdos e ouvintes estão na mesma posição. Assim como Deus e Jesus estão unidos assim também surdos e ouvintes. (Surdo P.)

Nota-se que, embora haja uma limitação referente ao conceito, os surdos compreendem que a inclusão social se relaciona à sua posição de igualdade em relação aos ouvintes, no contexto social. Assim, é perceptível a visão dos surdos frente ao seu papel na sociedade, em que a condição da surdez não deve ser prerrogativa para sua exclusão, mas entendem que surdos e ouvintes podem exercer seus papéis sociais de maneira igualitária. Para os pesquisados surdos, não há outra forma de entender tal conceito, que faça frente à realidade de discriminação nesta relação Surdo X Ouvinte.

E, nesta mesma condição, os surdos apresentam dificuldade em atribuir significado a outros conceitos, como o de *direito* e o de *cidadania*. Esta especificidade se justifica pela condição lingüística em que os surdos estão inseridos. Compreende-se que a Língua de Sinais possibilita, sim, a construção de conceitos, mas, por pertencerem a uma sociedade onde a comunicação é majoritariamente feita pela modalidade oral, os surdos acabam reféns de uma compreensão limitada, quando tais conceitos não são construídos para eles em sua própria língua – a Língua de Sinais.

Assim, quando indagados sobre o significado das palavras ‘direito’ e ‘cidadania’, as dúvidas apresentadas confirmam estas singularidades lingüísticas. Neste sentido, retomamos Capovilla (2001), quando esclarece que quando um certo conceito é incorporado por uma comunidade surda, e para este conceito um sinal específico não é conhecido, ela o cria; e o que torna para algumas pessoas a Língua de Sinais Brasileira restrita, é apenas o fato de que a maioria dos surdos não tem acesso ao universo conceitual da cultura dominante como deveria, por meio da educação.

Verificamos, em suas falas, que os conceitos de ‘direito’ e ‘cidadania’ não fazem parte do seu repertório lingüístico em sua Língua de Sinais e, a partir de então, são levados a

compreender tais palavras a partir de conceitos de outras palavras semelhantes. O conceito de *direito* é entendido como autoridade. Referente à *direito*, temos como impressões:

Direito é Wolney que tem responsabilidade e que eu obedeço quando ele organiza alguma coisa, isso pra mim é direito. E quando obedecemos precisamos nos organizar para não criar problemas. (Surdo M.)

Direito pra mim é a pessoa que fica dando ordens e controlando as coisas e que sempre depois o direito é substituído por outra pessoa. É uma pessoa que ensina os outros nas dificuldades, é quando a pessoa que tem direito morre e é substituído por outra pessoa. (Surdo S.)

É quando na escola existe confusão, brigas, e o chefe, o diretor fica observando, vai lá e briga com a pessoa, fala que não pode, então é o diretor quem dá ordem pra que as pessoas tenham educação. (Surdo T.)

Nesta ocasião, o pesquisador no intuito de esclarecer a pergunta, pede ao intérprete que soletre novamente a palavra *direito* usando o alfabeto manual, utilizando também o sinal específico da palavra *direito*. Ainda assim, as respostas continuam nesta direção, em que o domínio conceitual da palavra é confundido com o conceito de uma palavra semelhante:

É, por exemplo, pessoas na escola não têm educação e brigam muito, então o diretor chama as pessoas envolvidas e dá aquela bronca e as pessoas envolvidas ficam intimidadas por isso. É a pessoa responsável pra estar ajudando na educação das pessoas, é alguém que está cumprindo a lei e ajudando pra que elas possam estar se formando. (Surdo M.)

Direito é o professor? É uma pessoa? Você quer minha opinião sobre o chefe ou sobre o professor? Não sei. Direito eu não conheço. (Surdo P.)

Eu não sei. (Surdo G.)

Uma vez eu estava namorando e o diretor disse que não podia pegar na bunda e precisa ter cuidado pra não causar confusão, então tem que ter muito cuidado, é muito perigoso. (Surdo Gl.)

Percebe-se que, ainda assim os surdos entenderam a palavra *direito* relacionando-a a Diretor. Todos fizeram referência à condição de autoridade imbuída por alguém com o cargo de direção.

Outro surdo, pertencente ao grupo focal com idade superior as 20 anos, ainda apresenta uma outra confusão conceitual quando, ainda em dúvida, responde com outra pergunta: “é deficiência? Como cego ou surdo?”

Torna-se necessário esclarecer que existe um sinal no vocabulário da Língua de Sinais correspondente à palavra *direito*, porém se trata de um conceito que, assim como o de cidadania e o de inclusão social, demandam um aprofundamento mais analítico para que seja compreendido em um grupo social.

Quanto ao conceito de *cidadania*, a maioria dos surdos disse não conhecer esta palavra, enquanto alguns dos pesquisados pensam que tal conceito se refere à palavra *cidade*:

Eu acho que essa palavra em português está relacionada a casas e prédios. (Surdo S.)

É igual cidade, parece ser uma palavra de uma cidade daqui da Bahia. (Surdo Mc.)

Essa palavra não conheço, conheço algumas palavras daqui. Eu acho que o nome disso é uma cidade. (Surdo A.)

É difícil essa palavra porque é uma palavra da língua portuguesa e ele não conhece. Existe a palavra CIDADE e CIDADANIA, é diferente? (Surdo Mar.)

Vale lembrar que, para a palavra *cidadania*, não há um sinal correspondente no vocabulário da Libras e, para referir-se a tal palavra, utiliza-se o recurso do alfabeto manual, transpondo-a da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais. E assim, o entendimento conceitual da palavra torna-se ainda mais subjetivo para os surdos.

Partindo desta realidade conceitual frente às questões de inclusão, direito e cidadania, e toda a concepção que os sujeitos surdos têm a este respeito, procuramos analisar as ‘falas’ dos surdos no que concerne ao seu entendimento quanto à atividade turística. Aqui, temos como principal categoria analítica a relação turismo X lazer. Como os surdos compreendem o turismo?

Retomando Ruschmann (2002), entendemos que esta atividade deve ser compreendida tanto pela óptica do profissional, como também do turista que usufrui dos serviços relacionados. Assim, trabalhar no turismo significa servir as pessoas, ajudando-as a satisfazer seus desejos de viajar e viver experiências no seu tempo livre. O sentido principal

da profissão é o da prestação de serviços e envolve o cuidado com respeito, dignidade, cortesia e consideração. A satisfação do turista é o ponto essencial para o sucesso de qualquer empreendimento ou atuação.

Turismo é visitar cidades, conhecer lugares novos, é bom ir com amigos à praia ou outro lugar. É poder convidar pessoas pra ir a qualquer lugar, ou qualquer pratica esportiva como o futebol. Conhecer culturas novas, tirar fotografias desses lugares que visitar, ver o pôr-do-sol, ver o mar à noite, passar dias no hotel que é eu acho muito legal. (Surdo S.)

Turismo pra mim é a prática de esportes, conhecer coisas legais, às vezes, pessoas pobres não tem dinheiro, é difícil praticar turismo, precisa-se trabalhar, construir algumas coisas pra praticar o turismo. Em Salvador, eu nunca fui pra passear, mas tenho vontade. (Surdo G.)

Turismo é passear poder conhecer lugares, tirar fotografias, junto com os ouvintes, como Wolney, por exemplo. Ver coqueiros, poder tirar um côco e tomar aquela água, é bom aquele coco verdinho, tem a água mais gostosa, é maravilhoso estar junto, muito legal, é muito importante isso. (Surdo M.)

Essas opiniões demonstram a percepção que os surdos têm quanto à atividade turística, relacionando-a não apenas às questões de lazer, como a viagens e práticas de esportes, mas também quanto às questões de práticas culturais, de memória, quando se referem às fotografias, e também ao ambiente, quando vislumbram a possibilidade de desfrutar de ambientes naturais.

Mais uma vez, referente a esta questão, foi notória a dificuldade de participação dos surdos com mais de 20 anos. Contudo, pôde-se perceber em suas respostas, a compreensão que têm.

É viajar, é passear, viajar é uma questão de idade, eu tenho 30 anos e posso viajar tranquilamente, mas fico dependendo de viajar com alguém. Às vezes marco com minha tia e a encontro e vou para os locais com ela. (Surdo Ro.)

Eu não sei o sinal (em Libras) correspondente à palavra turismo, mas é viajar e ver pessoas e ter um guia turístico que mostra os locais, as paisagens, para as pessoas poderem conhecer os locais. (Surdo Fa.)

Nesse sentido, analisamos que os surdos compreendem o turismo com base na conceituação trazida por Moesch (2001), quando apresenta o turismo pela condição de um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos

do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer. Assim, quando os surdos respondem que turismo significa viajar, conhecer novos lugares, ver o pôr-do-sol, hospedar-se em hotéis, praticar esportes, estão concordando com esta compreensão subjetiva, onde o concreto e o simbólico resultam na obtenção do prazer.

Apenas três surdos disseram não saber explicar o significado da palavra Turismo.

Ainda assim, todos os surdos argumentam que gostam de viajar ou sentem vontade, e justificam seus desejos e satisfações.

O ano passado eu viajei para a casa de um amigo em Vitória da Conquista, conheci a família dele, pude conversar e manter um afeto é bem legal. Depois fui pra Jequié, conheci uma Igreja que tem intérprete que eu não conhecia. Eu me apresentava às pessoas, fui visitar alguns amigos. Também me ofereciam lanches, era muito gostoso, muito afeto. Gostei muito. Depois viajei de volta a Itabuna. (Surdo S.)

Eu tenho vontade de ir à São Paulo, aqui não gosto muito, lá tem muitas fábricas, lá os surdos podem ir ao shopping, podem dirigir, eu vou conhecendo surdos, eles me convidam, eu agradeço sempre pela educação, isso é muito bom, eu tenho muita vontade de ir pra lá comprar algumas coisas, conhecer lugares, andar pelas ruas em lojas. Fico na Internet vendo aquelas paisagens, tudo muito bom, tenho vontade de ir a São Paulo, Salvador, Curitiba. Eu não tenho o passe-livre e às vezes é complicado pra poder viajar, os surdos aqui não têm e se tivéssemos seria mais fácil viajar pra conhecer esses lugares. (Surdo T.)

Eu gosto muito. Meu pai sempre viaja, compra coisas pra mim, é bom passear, e eu tenho vontade de ir com ele. Isso é muito bom... E um dia tenho vontade de viajar com os surdos também, às vezes os intérpretes organizam viagens e isso é bom porque os surdos podem estar juntos, mas às vezes tem lugares que para os surdos fica mais difícil viajar. Viajar de avião deve realmente ser muito bom. A família de Murilo viaja pra lugares, tiram fotos, é muito legal, eu gosto muito disso. Quando viaja pra roça traz jacá pra mim isso é muito legal. (Surdo Ma.)

É possível perceber, nestas citações, o valor simbólico que uma viagem pode proporcionar ao turista. Este valor simbólico é diagnosticado quando Moesch (2007) afirma, neste caso, que as práticas realizadas, os produtos e serviços envolvidos podem apresentar um significado muito menor pelos seus valores monetários, ou pelo valor de troca, mas muito maior pelo seu valor de uso e pelo valor afetivo (MOESCH, 2007, p.12). Poder viajar, para estes surdos, significa manter afetividade com pessoas, estar em comunhão com seus pares e com o diferente, conhecer lugares que lhes proporcionem prazer e experiências

novas. Seja através do prazer de uma viagem de avião, ou o ato de experimentar uma jaca, são experiências estas que refletem o valor simbólico percebido pelo turista.

Neste momento, os surdos apresentam opiniões diversificadas sobre a realização de uma viagem. Nota-se que os surdos gostariam de viajar na companhia de outros surdos, porém, pela barreira da comunicação, torna-se mais cômodo que viajem na companhia de outros ouvintes.

Gosto de viajar com os surdos porque é legal, os surdos que ficam hospedados aqui na cidade, a gente marca com eles pra poder passear, beber, conhecer lugares legais aqui em Itabuna, e os surdos têm vontade de vir pra cá, conhecer meninas bonitas, surfar em Itararé, conhecer lugares, passear de carro. Já estou acostumado a viajar com parentes, mas eu prefiro estar com surdos porque a gente se comunica melhor e os surdos sabem o que os próprios surdos gostam de fazer. (COMUNICAÇÃO, Surdo Mar)

É legal viajar com ouvinte porque eles conhecem os lugares e ajudam os surdos. E eles aprendem. Fico maravilhada quando vejo praias, fazer escaladas, alpinismos, mas ir pra lugares e não fazer nada é ruim. Então é bom viajar com os amigos surdos, mas quando tem ouvintes que possam orientar. (COMUNICAÇÃO, Surdo E.)

Viajo com meus irmãos porque eles são ouvintes e sabem as direções dos lugares, shoppings, às vezes vamos ao cinema, compramos alguma coisa em lojas. Minha mãe também costuma comprar presentes, escova no cabelo, se embeleza e depois voltamos pra Itabuna, é muito bom eu gosto de ganhar o presente que minha mãe traz de viagem. É muito bom conhecer esses lugares. (COMUNICAÇÃO, Surdo T.)

Eu viajo com Murilo e a mãe dele, é muito legal. Murilo é surdo e a irmã de Murilo é ouvinte. Eu não gosto de viajar sozinho, acompanhado é melhor a gente conhece lugares, surdos de outras cidades. A gente marca com surdos pra bater papo, às vezes os surdos são fracos não gostam de sair, mas eu não eu gosto de viajar com a minha família porque sou o único surdo em casa. Viajar com os surdos, bater papo, isso é muito bom. (COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

Neste sentido, observamos que os surdos sentem-se mais à vontade em viajar na companhia de outros surdos, por se identificar com pessoas que se comuniquem melhor com eles. Contudo, sentem-se impelidos a viajar na companhia de familiares ou amigos ouvintes, pois assim a barreira de comunicação não será impedimento para acessibilidade aos lugares e aos serviços, uma vez que a comunicação será intermediada pelos ouvintes.

É possível, assim, perceber que, em muitas ocasiões, os anseios e desejos do turista surdo se encontram à mercê dos desejos e anseios do ouvinte que o acompanha. Como perceber se os desejos do surdo enquanto turista estão sendo atendidos, se tal atendimento, na maioria das vezes passa pela intermediação do ouvinte? Torna-se questionável se o atendimento turístico está, de fato, concretizando os anseios deste turista surdo, ou se o turista ouvinte é quem direciona, em função de sua hegemonia na comunicação, aquilo que o surdo usufrui das prestações dos serviços turísticos prestados.

Foi importante também encontrar nas construções feitas pelos surdos, uma visão cultural sobre a atividade turística. E, assim, retomamos Gastal (2001), quando nos acrescenta que é preciso que a cultura deixe de ser apresentada, exclusivamente, do ponto de vista do lugar, do sedentário, como algo acabado, como produto a ser assimilado/consumido.

Cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente. Quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista (*Idem*, p.129).

Desta forma, os surdos compreendem que uma viagem pode lhes trazer experiências culturais, e que tais experiências são percebidas pelo turista e vividas também por ele. Na opinião do surdo Ma., nota-se uma relação feita com a condição inclusiva que o turismo pode proporcionar aos surdos. Este sujeito reconhece, e até reivindica que os surdos não só podem partilhar dessas experiências culturais, como também devem compreendê-las como quesito para sua inclusão social. A condição da surdez não os impede das percepções, muito menos das vivências e experiências culturais que uma viagem lhes pode proporcionar.

Sim. É cultura porque você pode ver apresentações artísticas, música, arte. Eu já vi no teatro uma apresentação indígena, conheci um pouco dessa cultura.
(COMUNICAÇÃO, Surdo S.)

Em Porto Seguro, conheci cultura indígena, isso é muito bom, dança, tenho muita vontade de ter contato com essa cultura, qualquer lugar que visitamos ou vemos na televisão conhecemos essas culturas e podemos compartilhar essas experiências. (COMUNICAÇÃO, Surdo T.)

É muito bom conhecer outras culturas, hotéis bonitos, os surdos precisam entender que isso é uma questão importante. Teatro, dança, eu quero futuramente aprender e ter essa troca de cultura, isso é muito bom e

mostrar que surdos e ouvintes estão na mesma posição, e não um sobreposto ao outro. (COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

Eu já viajei e vi o artesanato e acho muito legal. Fiquei muito emocionada quando um homem fez pintura com meu rosto olhando pra mim. Eu queria aprender a fazer isto também. (COMUNICAÇÃO, Surdo F.)

Podemos compreender, a partir de então, que a cultura, como o turismo, é uma questão de troca e de relação entre o que dá e o que recebe, entre o que cria e o que contempla, e a relação entre ambos depende do valor atribuído tanto pelo profissional quanto pelo turista que vivencia tais experiências.

Para os surdos, a possibilidade da prática ao turismo possibilita um significado ainda mais amplo para esta atividade. Como Marcelino (2000) afirma, essa atividade não pode ser apenas uma ocasião conformista de consumo e, sim, uma atividade que promova o desenvolvimento pessoal, social, crítico e criativo do ser humano. Trata-se aqui de observar as trocas sociais através da interação com o outro, com o novo, com o diferente, possibilitando um crescimento individual a partir das experiências com o coletivo.

Quando a gente viaja, pode aprender muitas coisas, por exemplo, prática esportiva é muito legal, isso é muito importante porque a gente manter contato com outras pessoas, ensinar sinais para ouvinte e também aprender sinais novos com outros surdos ou intérpretes. (COMUNICAÇÃO, Surdo M.)

Quando viajamos pra Rio de Janeiro, Eunápolis, vamos aprendendo e conhecendo sinais novos com intérpretes. Em Eunápolis, pude ter um momento de troca com o pessoal e conhecendo alguns sinais típicos da cidade, quando não conhecia alguns sinais as pessoas iam me ajudando. É muito bom manter comunicação com pessoas de fora. Realmente é uma troca de informações. (COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

No Rio de Janeiro, e em alguns lugares que eu já fui, eu conheci palavras novas, palavras que eu não conheço, não compreendo. E isso é muito bom, aprender palavras novas. (COMUNICAÇÃO, Surdo G.)

Segundo Krippendorf (2000), viajar é compensar e integrar-se socialmente. Esta é a eterna busca de qualquer pessoa portadora de necessidade especial: integrar-se socialmente. Viajar é, então, uma atividade – ferramenta de integração social – que, seguramente, trará benefícios a qualquer indivíduo e, particularmente, aos ditos portadores de deficiência de

maneira mais marcante e significativa, pois oportunizará o integrar-se na sociedade. Convém lembrar que a Organização das Nações Unidas destaca a necessidade de que, em todos os países, sejam dadas às pessoas deficientes as mesmas oportunidades que têm os demais cidadãos, oportunidades de desfrutar da dinâmica econômica e social.

Krippendorff (2000) escreve, ainda, que viajar é comunicar-se, que durante as férias deseja-se estabelecer contato com outras pessoas (KRIPPENDORF, 2000, p. 47). Desta forma, com pessoas abertas a novos contatos, surge a oportunidade de integração social para o surdo, que terá maior facilidade para a construção de novos vínculos de amizade e para a troca de experiências assim como é comum a qualquer indivíduo.

É natural compreendermos que as pessoas com deficiência já estão inseridas em vários contextos de limitações sociais. Isso se dá pela dependência causada pela própria deficiência. Sendo assim, se a viagem oportuniza e favorece uma condição e sentimentos de liberdade, então para o surdo ela é, no mínimo, muito apreciada. “Depois do ‘direito às férias’, o ‘direito à viagem’ se tornou uma reivindicação sociopolítica: todas as camadas sociais devem ter acesso à mesma.” (KRIPPENDORF, 2000, p. 38). De acordo com essa afirmação, as pessoas com deficiência, como os surdos, não apresentam nada que justifique sua exceção a essa regra ou direito.

Aqui podemos observar a importância que os surdos atribuem ao contato com o social, e que esta interação lhes propõe a possibilidade de comunicar-se com o outro, fato que, no seu dia-a-dia, revela uma, ou poderíamos dizer, a maior barreira social a que estes sujeitos estão expostos: a barreira comunicacional.

Reforçamos, nesse momento, a seguinte realidade: as questões dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência ainda se encontram muito recentes, no Brasil. Até muito pouco tempo, as necessidades específicas dessas pessoas eram atendidas por órgãos filantrópicos, sejam ligados a igrejas ou a ONGs. Assim, compreende-se que muitas ações sociais estejam sujeitas a adaptações e redefinições para que se efetivem os direitos legais conquistados e outros que ainda o serão.

Quando passamos a analisar a percepção dos surdos quanto às questões de acessibilidade, foi possível, então, estabelecer uma conexão analítica com a percepção destes na condição de exclusão social a que estão expostos. Primeiro, quando se refere aos programas televisivos com propagandas turísticas e o nível de absorção das informações por parte dos surdos, e, depois, quando observam sua posição enquanto turistas de fato, com todas as dificuldades e barreiras que encontram.

*Às vezes, vejo TV e tem legenda, mas é difícil, precisa de intérpretes. Até na lei de Libras já diz, mas só tem as imagens pra mim, mas eu não entendo.
(COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)*

Tem a legenda, mas é muito rápido e não entendo, precisa ter intérpretes; nossa que loucura! Muito difícil. Quando tem algum intérprete na TV é melhor porque podemos entender. (COMUNICAÇÃO, Surdo T.)

Na TV, não tem intérprete. Lá em Fortaleza, tem Nilton Câmara e em alguns programas tem intérprete e isso é legal, a gente compreende o que tá passando. (COMUNICAÇÃO, Surdo S.)

No Jornal Nacional, que assisto, eu fico perguntando a minha família porque eu não entendo. (COMUNICAÇÃO, Surdo F.)

*Eu fico tentando entender a novela quando assisto com minha mãe, no JN consigo compreender um pouco porque tem legenda, mas é obrigação da TV colocar intérprete pra que os surdos possam entender.
(COMUNICAÇÃO, Surdo P.)*

Mesmo questionados sobre a programação televisiva com viés turístico, os surdos fazem uma observação plural quanto ao meio de comunicação, expressando sua insatisfação sobre como as informações são recebidas. Para eles, a falta de intérprete em Língua de Sinais impossibilita a decodificação da mensagem transmitida no meio televisivo.

Observando que a Língua de Sinais tem uma gramática própria, percebemos que o domínio da Língua Portuguesa não se efetiva para os surdos da mesma forma que para os ouvintes. Assim, os recursos de legenda que, em princípio, supririam a transmissão das informações feitas pelo áudio através da transcrição instantâneo-simultânea, não atinge seu objetivo principal em função da falta de domínio do português por parte dos surdos, bem como um nível limitado de vocabulário desta língua.

A partir de então, buscou-se extrair do que foi exposto pelos pesquisados, qual seria a sua percepção enquanto este turista-cidadão, e cidadão-turista apresentado por Moesch (2007), que atribui ao turista um valor agregado em nível pessoal, individual, porém partícipe de um coletivo, independente de suas condições e/ou limitações financeiras, intelectuais ou físicas. Os surdos se sentem inseridos neste contexto turístico?

Neste quesito, apresentaremos várias opiniões de surdos, pois, embora em vários pontos se assemelharam, reportaremos separadamente aos grupos distintos por faixa etária, demonstrando a mesma percepção frente ao questionamento apresentado.

Dos surdos com até vinte anos de idade, tivemos como elementos de análise as seguintes falas:

Eu, às vezes, fico triste, me sinto desprezado e isso é um problema. O surdo tem vontade de viajar estar conhecendo lugares e eu vejo as pessoas e ouvintes ali unidas e me sinto sozinho. (COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

Às vezes, me sinto solitária porque as pessoas não me chamam pra viajar, minha família não me convida pra viajar porque tá sempre trabalhando e me sinto muito sozinha. (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

*As pessoas não me chamam pra viajar, conheço um amigo surdo que ele me chama pra viajar. Gostaria que as pessoas me chamassem, mas não me chamam e me sinto muito desprezado, fico esperando sempre um convite, mas as pessoas não convidam. **Eu também não posso viajar sozinho. Sei que porque eu sou surdo, e pra mim é bem mais difícil.** (grifo nosso) (COMUNICAÇÃO, Surdo T.)*

Surdos e ouvintes, com relação ao turismo, podem estar na mesma posição. O surdo não pode ser desprezado nem excluído e surdos e ouvintes precisam estar juntos em passeios, precisam estar incluídos. (COMUNICAÇÃO, Surdo S.)

Quanto aos surdos com mais de vinte anos de idade, temos como respostas correspondentes:

É muito fácil, o ouvinte conversa, oraliza, pro ouvinte é muito mais fácil. Se o surdo estuda e tem capacidade, inteligência e o surdo pode dominar o português como acontece com alguns surdos que domina o português como Alberto, Fernando que são surdos cultos. O ouvinte ouve e escreve, mas pro surdo é difícil até a leitura labial porque os ouvintes geralmente falam rápido e fica difícil a compreensão. (Surdo Ga.)

Pro ouvinte é muito fácil, ele domina o português, mas o surdo não, por isso o surdo não viaja. (Surdo M.)

Muito fácil pro ouvinte, tem o inglês também que os ouvintes dominam e pro surdo é mais difícil e eu fico chateado com isso. (Surdo Fa.)

Se eu fosse ouvinte iria explorar muita coisa. (Surdo Gl.)

Se eu fosse ouvinte viajaria muito, seria muito fácil, eles falam as mesmas línguas e ouvem tudo seria muito fácil, já os surdos são privados de muita coisa, erram muito os lugares. (Surdo Ro.)

Assim, pode-se observar que a percepção dos surdos com relação à sua inserção na atividade turística é de exclusão. Não se observa que esta sensação de rejeição se dá em função de sua condição financeira, mas, sim, por conta da sua condição de surdez. Na opinião do surdo T., é clara esta percepção quando ele atribui que as pessoas não o convidam para viajar e nem ele se sente seguro, atribuindo isso ao fato de ser surdo.

É imprescindível recorrer às análises feitas por Foucault, retomando alguns de seus conceitos analíticos frente à subjetivação e normalidade, uma vez que os Surdos, inseridos neste contexto excludente nas esferas sociais, acabam por se perceberem sujeitos às normas que imperaram nas instâncias sociais. Ou seja, submetidos aos saberes construídos historicamente sobre a surdez, que os posicionam enquanto indivíduos assujeitados pelas construções discursivas. Vemos que o Surdo carrega um peso de culpa pela surdez que possui, e que, mesmo consciente de sua alteridade e legitimidade, ele está sujeito às normas do *outro* ouvinte. Carrega a culpa pela sua condição de surdo.

Lembramos da imagem do mostro apresentada por Foucault (2001), na figura do monstruoso, do anormal ou do “indivíduo a ser corrigido” (p. 72). Este é o personagem que aparece claramente, no século XVIII, e até mais recentemente. Foucault contextualiza o mostro perante a sociedade da época e o coloca sob o conjunto das leis do mundo. O autor reconhece que o contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado:

(...) é a família mesmo, no exercício de seu poder interno ou na gestão da sua economia; ou, no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apóiam. O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. Esse contexto, portanto, é que é o campo de aparecimento do indivíduo a ser corrigido (FOUCAULT, 2001, 72).

É importante analisarmos aqui que, se pensarmos a partir do conceito de inclusão, em que o ambiente é que precisa ser modificado para atender às necessidades de todos, percebemos na opinião dos surdos uma herança sobre a visão de integração social do deficiente, em que o diferente é quem se sente impelido a se modificar para atender aos padrões da anormalidade. Esta herança é apresentada pela pedagogia clínico-terapêutica

(Skliar, 1997), que conduz o surdo a perceber-se como incapaz, por conta de sua inabilidade, sua deficiência. Assim, o surdo se sente impossibilitado de fazer viagens, ou de acompanhar amigos nas viagens, por ser um surdo.

Foucault (2001) observa que o que leva o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível.

E, no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção (FOUCAULT, 2001, p. 73).

Neste sentido, compreendemos que os surdos se auto-reconhecem dentro dos limites comunicacionais perante as barreiras atitudinais, mas são, de fato, indivíduos que, mesmo passando pelos processos de normatização, constituem sujeitos com sua diferença, e serão sempre incorrigíveis para a sociedade, uma vez que esta é que se apresenta na condição de ser corrigida. Os surdos sinalizam algumas das dificuldades que eles encontram:

*A gente precisa estar sempre escrevendo no papel; isso é muito difícil.
(COMUNICAÇÃO, Surdo S.)*

*Pra o ouvinte é fácil, mas o surdo não consegue viajar porque não conhece os lugares, precisa escrever no papel, a comunicação é muito complicada.
(COMUNICAÇÃO, Surdo T.)*

*Quando viajamos as pessoas não conseguem explicar as palavras, se eu viajar sozinho, às vezes, é difícil, é melhor quando entendemos onde fica o lugar.
(COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)*

É muito difícil pro surdo, porque necessita ficar escrevendo, às vezes, as pessoas ficam oralizando, mas os surdos não compreendem a língua oral, é muito difícil. (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

Considerando os impasses que vivenciam na comunicação com o mundo ouvinte, todos os surdos participantes consideraram esta a maior barreira para sua convivência social e sua atuação enquanto cidadãos. A tentativa de muitos ouvintes, de manter uma comunicação com o surdo, se dá através da escrita das informações, ou muitos pensam que

todos os surdos dominam a leitura labial. Ora, se a Língua Portuguesa, como já foi visto, não é língua de domínio da maioria dos surdos, como esperar que os surdos compreendam as informações de uma língua que é lhe estrangeira, sendo feita através do canal oral-auditivo, uma vez que os surdos são usuários de uma língua com gramática específica e que utiliza o canal gestual-visual?

Assim, são notáveis as dificuldades que enfrentam os surdos em locais públicos ou privados, em que não encontram atendimento em sua língua, ou uma estrutura que os permita estarem inseridos naquele contexto. Assim, vemos:

Aqui em Itabuna não tem nenhum hotel com intérprete e nem conheço outra cidade que tenha. Se vamos a um hotel, precisamos ficar escrevendo o valor e isso é difícil, é necessário ter intérprete pra haver uma boa comunicação
(COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

É muito difícil porque não tem intérprete. Se fosse fazer um lanche e o atendente soubesse Libras seria mais fácil, só era mostrar o sinal e ele daria o lanche escolhido, seria muito mais fácil. (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

Em Ilhéus, meu pai e minha mãe têm sempre que ir comigo pra poder pagar um lanche. Se vamos comprar caranguejo tem que estar acompanhado porque as pessoas não sabem Libras, e as pessoas escrevem, mas também não conheço o português direito, e as pessoas ficam oralizando e não sei fazer leitura labial. Às vezes, é necessário fazer mímica. É muito difícil e o surdo passa essa dificuldade na comunicação.
(COMUNICAÇÃO, Surdo T.)

Os surdos passam a perceber a sua condição de excluídos de uma atividade que é direito de todos, sobretudo percebem as dificuldades encontradas por conta da principal barreira que vivenciam – a comunicacional.

Diante desta realidade, eles observam que poderia ser mais fácil a sua atuação enquanto turistas, uma vez que essa barreira fosse solucionada ou, ao menos, amenizada. Desta forma, observa-se nas falas dos surdos, a presença do que Sasaki (2002) chama de *barreiras comunicacionais* e também de *acessibilidade comunicacional*, o que já apresentamos anteriormente:

Faltam intérpretes, como a lei diz que os surdos precisam ter a comunicação através da LIBRAS, pra que os surdos tenham acesso? por

exemplo, se vamos a um hotel se tivesse atendente que soubesse língua de sinais seria mais fácil.
(COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

Tenho uma amiga Nelma que ensina Libras a crianças e dá cursos de Libras pras pessoas, é importante as pessoas saberem Libras, tem alguns intérpretes que facilitam e dão acesso aos surdos e isso é muito importante. O surdo precisa se sentir incluído. (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

Se vou a um hotel e vem o garçom e pergunta o que eu quero e não sabe língua de sinais, é difícil, o amigo ouvinte que sabe língua de sinais facilita muito. A comunicação em LIBRAS ajuda muito.
(COMUNICAÇÃO, Surdo S.)

Quando você pergunta as coisas, as pessoas nunca sabem responder. No Brasil já é lei que a língua de sinais é a forma de comunicação dos surdos, e os surdos precisam ser atendidos em Libras, e tem, na Lei de Libras, que em escolas, hotéis, restaurantes, precisa ter intérprete pra que o surdo se comunique, então os atendentes precisam saber Libras pra poder dar essa acessibilidade aos surdos. (COMUNICAÇÃO, Surdo T.)

O reconhecimento da Lei de Libras, como elemento que garante a comunicação dos surdos, já é um grande elemento positivo para a posição de cidadãos que os surdos buscam. E, a partir dela, os surdos têm voltado a sua atenção para seus direitos – embora a maioria não reconheça o significado da palavra *direito*, mas percebemos que, quando deparados com a realidade legal da sua Língua, então os surdos demonstram conhecer que existe um suporte para que a sua comunicação com os ouvintes seja efetivada.

“Eu sou surdo”. Muitas vezes esta afirmativa se torna recorrente, no dia-a-dia de quem se depara com um mundo a sua volta, onde o som perpassa por muitos processos de aquisição de conhecimento, de construção social, de inserção, de afeto familiar, etc.

O surdo, vítima de um processo histórico de exclusão, reconhece suas limitações, as barreiras sociais, as limitações sociais e, quando confrontados sobre ser surdo ou ser ouvinte, eles revelam a sua identificação pela surdez, mas reconhecem o quanto é desigual ser diferente:

Se eu nascesse ouvinte, eu poderia falar, seria muito mais fácil, bem diferente, mas é difícil. Eu sou surdo. É difícil a comunicação. Você viaja, vai a lugares, mas, realmente, é com muita dificuldade.
(COMUNICAÇÃO, Surdo Ma.)

É muito difícil para os surdos se relacionar com essas questões sociais. Para os ouvintes, eu vejo que é tudo mais fácil. ‘Pros’ meus irmãos que são ouvintes é mais fácil conviver com a sociedade... (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

É diferente porque o surdo e o ouvinte têm a comunicação diferente, então é mais fácil a inclusão do ouvinte que a do surdo, melhor e mais fácil pros ouvintes; às vezes, eu estou com minha irmã e ela conhece os lugares é mais fácil. (COMUNICAÇÃO, Surdo S.)

Pra o ouvinte é mais fácil, ele conhece os lugares, a comunicação não é difícil, não precisa se esforçar para entender a leitura labial. Para os surdos, se tivesse a Libras seria mais fácil. (COMUNICAÇÃO, Surdo P.)

Parafraseamos novamente Santana (2007), quando coloca que se ser anormal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem), a partir do momento em que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda. Ou seja, a língua de sinais legitima o surdo como ‘sujeito de linguagem’ e é capaz de transformar a ‘anormalidade’ em diferença.

O reconhecimento pela diferença tem feito com que os olhares sobre a sociedade sejam redimensionados pela busca e obtenção das condições para que todas as pessoas participem da criação e recriação de significados e valores. Sá (2000) concorda que é a partir desse olhar que poderá ser oportunizado aos surdos a criação e recriação de seus valores, do auto-reconhecimento enquanto co-participantes de suas representações, e, sobretudo, serem considerados em suas condições lingüístico-cognitiva e social.

5.2 – Dialogando com o *outro* ouvinte: nortear as diferenças

Dependendo de quem define e de quem é definido, as diferenças apresentam formas que não necessariamente representam o Ser nas formas autênticas daqueles que estão sendo definidos. Ao colocar-nos na posição de como o surdo olha o ouvinte, posição que se apresenta como estratégia nova diante da atualidade, surge o ouvinte como o outro com sua alteridade e sua diferença. Assim, como perceber o olhar do ouvinte sobre este outro – o surdo? Como compreender as condições sociais inerentes ao ser humano, seja surdo ou

ouvinte, e perceber nesta realidade social aquilo que é inerente à realidade do sujeito ouvinte, e à diferença deste *outro* surdo?

Para analisarmos as falas desde *outro* ouvinte, concordaremos com Quadros (2005) quando traz uma abordagem a respeito das trocas sociais que envolvem a relação surdo X ouvinte. Para a autora, é natural aos ouvintes presenciar situações tocantes, devido a rupturas da diferença do ser surdo e do ser ouvinte. Rupturas que tendem a apontar estratégias de ser o *outro* na representação cultural. Rupturas que se compõem no ser o *outro*, no projeto da modernidade ou no projeto do outro normal.

O constante entre as narrativas em que víamos o outro de si mesmo como o anormal tende a decair. É comum hoje encontrar professores de surdos que param para '*contemplar*' o outro do surdo. Este contemplar está surgindo nas narrativas destes professores que passam da visão da anormalidade do outro surdo para a visão do surdo como o outro diferente. Entre as narrativas, além de outros sempre presenciados e que determinam este 'ser outro ouvinte', vai perdendo a superioridade estabelecida pela normalidade.

(QUADROS, 2005, p. 6)

O que podemos identificar nesta mudança de narrativas nos parâmetros da diferença? O ouvinte deixa de lado a secular experiência da normalidade, na qual ele é superior e inicia a experiência da *outridade*, expressão trazida por Skliar para designar a experiência do outro que surge. Como diz Skliar:

É a pedagogia do outro que volta e reverbera permanentemente é a pedagogia de um tempo outro, de um outro tempo, de uma espacialidade outra, de uma outra espacialidade. Uma pedagogia que talvez não tenha existido nunca, e que talvez nunca vá existir. (Skliar, 2003, p. 209)

Retomando a idéia de inclusão social, como compreender a visão conceitual a partir do olhar deste *outro* ouvinte, uma vez que estes sujeitos representam o outro do surdo: aquele que experiência a fala, o ouvir, a leitura, a lógica de ser ouvinte?

Assim, alguns dos pesquisados ouvintes atribuem à idéia de inclusão social, um conceito mais amplo do que o dado pelos pesquisados surdos. Para eles, inclusão social é:

É o indivíduo que pode ter carro, casa, roupa. Pode viajar pra onde quer e ter acesso aos lugares de modo que não haja preconceito ou alguém pra proibir por causa da sua cor de pele ou se é pobre ou rico.(OUVINTE 1)

É quando o negro tem o direito de ser até um advogado, um juiz, sem racismo. É quando tem igualdade na sociedade, nas escolas, em qualquer departamento com as pessoas sem importar o lado do dinheiro. (OUVINTE 3)

É poder viajar. É estar na condição de fazer o que deseja. É ter os mesmos direitos dos outros. Saber que a pessoa faz parte da sociedade e não pode ficar de fora, nem da escola, nem mercado de trabalho. (OUVINTE 2)

É nítida a impressão que os pesquisados ouvintes têm a respeito da inclusão social, fazendo uma ligação direta com as condições socioeconômicas do sujeito, na sociedade. Ainda que vislumbrem as questões raciais, de preconceito, acessibilidade, em todos estes pontos, eles sinalizam uma crítica sobre a questão econômica como elemento primordial para a condição da inclusão social.

Contudo, há uma crítica por parte de alguns, frente a esta realidade, que transparece uma certa incredulidade sobre a inclusão, o que denota um reflexo de sua condição socioeconômica.

Só que os direitos só existem no papel. É que nem a democracia. Só existe no papel. Então, quando as pessoas falam de inclusão, pra mim tem muita hipocrisia do governo e não faz o que manda a lei sobre essa questão do direito de todos. (OUVINTE 5)

No Brasil, é obrigado a gente estudar, se formar pra poder conseguir fazer alguma coisa ou ser alguma coisa na vida. Ainda assim, tem muita gente que faz faculdade e fica aí desempregado. Não consegue espaço no mercado de trabalho ou quando consegue um trabalho, o salário não vale a pena. (OUVINTE 7)

Nesta ocasião, analisamos que – enquanto os surdos absorvem a idéia de inclusão referindo a sua condição de surdo inserido na sociedade – os ouvintes, por sua vez, elaboram um discurso em que a sua condição econômica aparece como elemento norteador sobre a condição de estar inserido na sociedade e assim a sua idéia conceitual a respeito da inclusão social.

Neste sentido, reportamos a Santos (2002), Rodrigues (2003) e Ferreira (2005), que trabalham na perspectiva de a abordagem sobre a exclusão social ser ‘multidimensional’, acrescentando a idéia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, questões que se referem às desigualdades econômicas, políticas,

culturais e étnicas. De igual modo, percebemos nos ouvintes pesquisados que a idéia de inclusão parte justamente do seu par antitético – o de exclusão.

Nesta mesma perspectiva, o conceito de cidadania, quando exposto aos ouvintes, foi motivo para algumas incertezas, em principio, até que um dos pesquisados retira do seu material, um caderno com anotações e diz:

É o indivíduo que exerce seus direitos e luta pela efetivação dos mesmos bem como seus deveres civis.

A partir daí, outras observações começaram a serem feitas, evidenciando a percepção destes sujeitos no que tange a questão principalmente política a que o conceito de cidadania está ligado. Deste modo, concordam com Gastal, quando define:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (GASTAL, 2007, pag. 30).

Assim, os pesquisados respondem:

É respeitar as pessoas. É conhecer o limite do outro e saber tratar melhor as outras pessoas, sabendo até que ponto eu posso ir. (OUVINTE 2)

É saber o seu espaço na sociedade. É ter direito à carteira de trabalho. Cidadania é o governo pagar em dia... Tudo isso que faz a pessoa ocupar seu espaço na sociedade. Sabendo que assim ela pode votar, pode trabalhar, tirar seus documentos. (OUVINTE 5)

É cuidar do meio ambiente, saber respeitar o lugar que você vive. É quase a mesma coisa que democracia. Respeito aos outros. É ter liberdade e direito de participar da sociedade e também cumprir as obrigações de pagar os impostos. Eu acho que é isso. (OUVINTE 3)

Perceber a cidadania, em seu ideal de busca pelo respeito à igualdade, passa a ser notório a partir do momento em que minorias étnicas, culturais e de gênero levantaram-se em movimentos sociais com o discurso de respeito às diferenças, exigindo políticas públicas que considerassem a legitimidade não mais da igualdade, mas da diferença, ao direito à diversidade. Assim, as falas dos ouvintes concordam com o conceito de cidadania que já foi apresentado por Gastal, quando define:

O pleno exercício da cidadania supõe direitos civis, direitos políticos (participação no poder por meio do direito de associação, de livre expressão e de práticas políticas), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais (GASTAL, 2007:31).

Discutindo tais conceitos, seja o de inclusão como o de cidadania, é clara a relação feita – pelos ouvintes pesquisados – com as questões econômicas. Assim, como vimos trabalhando até o momento, torna-se claro o processo simultâneo de inclusão/exclusão na nova configuração e reprodução da economia mundial, que põe em xeque as contradições e os limites do modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, do turismo.

Quando questionados a respeito de sua percepção sobre o turismo, os ouvintes apresentam suas falas, não tão detalhadas quanto as dos surdos, mas compreendem as questões inerentes à temática, atribuindo às experiências de uma viagem as possibilidades de trocas culturais, bem como a oportunidade de experienciar o novo, o diferente.

Turismo é desvendar as belezas naturais de países, continentes, do mundo e das regiões também. É descobrir, explorar as belezas; (...) o desconhecido.
(OUVINTE 2)

É conhecer novos lugares. Desfrutar e conhecer de culturas diferentes, modo de falar de cada região; a comida; o modo de viver. (OUVINTE 6)

É perceber que se é turista, passar a conhecer lugares diferentes e sair da mesmice do dia-a-dia. E é bom para ficar mais tranqüila. Quando a gente viaja, a gente deixa um pouco os problemas em casa e pode distrair, se divertir. (OUVINTE 9)

É ter conhecimento. Viajar, conhecer culturas diferentes, comidas, raças, costumes. É difícil viajar e não voltar diferente. A gente sempre aprende alguma coisa. A pessoa que é viajada, ela tem conhecimento de muitas coisas. E você amadurece com esses conhecimentos. Conhece pessoas novas.
(OUVINTE 1)

A inclusão limitada a poucos ocasiona a exclusão exacerbada de muitos. Esta contradição vai se reproduzir seja no mundo do trabalho, no consumo ou na oportunidade de produzir e de usufruir o turismo. Esta impressão se torna evidente, quando alguns dos

ouvintes passam a definir a atividade turística, inculindo ao mesmo tempo a sua impressão de desprivilegiados, mediante suas limitações econômicas.

Pra mim é uma pena que eu não posso viajar. Mas eu gostaria muito. Mas no momento eu não posso. Tem muita gente que quer, que gosta de viajar, mas não tem dinheiro. (OUVINTE 5)

Eu entendo que o turismo não acontece para todos. É só mesmo pra quem tem dinheiro que pode viajar. Eu adoro viajar, se eu pudesse só vivia viajando. Mas como diz a frase: “querer não é poder”, né? (OUVINTE 1)

Nas férias, eu sempre peço a minha mãe pra viajar. Mas ela tá sempre trabalhando e não me deixa viajar sozinha. (OUVINTE 6)

Uma observação importante é a de que, quanto a estas questões mais diretamente ligadas ao turismo, os ouvintes pertencentes ao grupo focal com idades entre 15 e 19 anos, não tiveram uma participação tão efetiva quanto ao grupo focal dos ouvintes com mais de 20 anos de idade. Por este motivo, torna-se mais evidente esta interpretação analítica em que os ouvintes atribuem suas críticas sempre às questões econômicas, visto que, pressupõe-se, os adultos assumem as responsabilidades trazidas pelo compromisso de uma viagem, conquanto os ouvintes menores de idade dependem de sua família para custear suas despesas.

Esta observação se torna mais exposta quando eles mencionam as constantes companhias para a realização de suas viagens, demonstrando uma realidade muito diferente da analisada nas falas dos surdos:

Quando eu viajo é sempre com minha família, porque meu pai não me deixa viajar só. Mas, quando eu tiver mais de 18, eu vou viajar com meus amigos. (OUVINTE 8)

Eu só viajo pra perto, aí minha mãe deixa sair com meus primos. Mas se for pra longe, só mesmo com alguém responsável. (OUVINTE 6)

Com minha família. Sou casada e sempre viajo em períodos de férias, São João, Réveillon, Carnaval e eles sempre me acompanham. Quando era solteira, eu viajava com minhas amigas porque a gente curtia mais. (OUVINTE 1)

Eu gosto de viajar só, porque eu fico mais a vontade pra namorar, pra onde eu vou sempre posso conhecer pessoas e não fico dependente de ninguém.

(OUVINTE 5)

Eu saio com colegas, a gente anda de bicicleta. Pra mim, sair de Itabuna, mesmo sendo pra andar na estrada de bicicleta, eu tô fazendo turismo, porque eu vou pela estrada, vendo as paisagens. (OUVINTE 7)

É curioso observar a diferença, neste ponto, entre surdos e ouvintes, uma vez que os surdos detectam a possibilidade de viajar com ouvintes apenas como suporte para sua comunicação com esse mundo ouvinte em que as viagens estão inseridas. Os surdos relatam que, quando viajam com a família, também se observa a mesma necessidade de aporte para essa conexão com a oralidade: no auxílio às compras; nas opções de condução a serem tomadas; nas trocas de informações necessárias; nas hospedagens. Contudo, quando se referem a uma companhia que possa partilhar dos mesmos desejos, os surdos são claros em afirmar que preferem viajar na companhia de outros surdos, sujeitos estes que falem a sua língua, que possam compartilhar das experiências e conquistas enquanto surdos. Não houve manifestação de nenhum surdo que deseja fazer uma viagem sozinho.

Já os ouvintes demonstram uma naturalidade em expressar seus desejos de viajar sozinhos, ou com amigos ou com família. Assim também não demonstram em suas vivências qualquer experiência ou vantagem em viajar com algum surdo. Mais uma vez, abstraímos das falas dos pesquisados que o que impede o ouvinte viajar é sua condição financeira. O que impede o surdo viajar é sua barreira comunicacional.

Barreto (2003) reconhece que a importância econômica da atividade turística para os países é flagrante. Não há como fugir a essa realidade. Aquele que não estiver habilitado para tal, precisará fazê-lo, pois é um fenômeno mundial.

O aspecto financeiro, entretanto, não é único. Molina (1994) ressalta a importância da comunicação entre as pessoas que viajam ou até mesmo, o contato direto com a natureza e a cultura do lugar visitado. Assim, Barreto concorda que essas experiências permitem ao homem contemporâneo uma alternativa de "ser-ter" uma outra realidade (BARRETO, 2003, p. 35).

Nestes aspectos, percebemos em algumas falas dos ouvintes esta realidade:

A gente passa a conhecer várias culturas, realidades e povos diferentes, a comida, a tradição, os costumes, o jeito de falar... Tudo é diferente. E a gente começa a conhecer as várias diferenças que existem dentro da própria Bahia e do Brasil. É muito interessante porque isso faz a gente se sentir diferente também. (OUVINTE 3)

Por exemplo, quando alguém de fora fica conhecendo a região do cacau. E quando a gente vai pra fora pode também mostrar o que a gente tem da nossa cultura. Então a gente sempre aprende de alguma forma com as outras pessoas. (OUVINTE 2)

Eu nunca viajei pra longe. Mas eu acho que se eu viajasse eu ia me sentir até uma outra pessoa, numa outra realidade, porque eu ia ver de perto tudo isso de cultura que a gente vê, às vezes, só pela TV. E, às vezes, tem um gringo em Ilhéus, por exemplo, e pra gente ele é muito rico. Mas, de repente, lá no lugar onde ele mora, ele pode ser pobre também. Mas só porque tá em outro lugar ele se sente diferente. (OUVINTE 5)

Quando o pesquisado tem este olhar sobre o outro turista – sendo ainda este outro ouvinte – ele reconhece que, estando na mesma condição de turista, há possibilidades de vivenciar experiências culturais, bem como trocas culturais que os permita sentir-se partícipes de uma realidade social diferente da vivida em seu *locus*, em seu ambiente, onde as limitações financeiras não possibilitam usufruir dos bens e serviços turísticos ofertados em um determinado local. Desta forma, estas falas podem concordar com Beni quando define turismo como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e, cortesmente, satisfazer suas necessidades e desejos (BENI, 2001, p. 36), bem como TRIGO (1999, p. 12) diz que turismo é:

Uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países, visando a satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.

Assim, recorremos a Krippendorf (2000), pois ele reconhece que, pressionadas por necessidades diversas de origens interna e externa e em diferentes graus de intensidade, as pessoas buscam (nas viagens) benefícios que atendam às privações experimentadas, que representem compensação aos fatores de cuja falta se ressentem (KRIPPENDORF, 2000, p. 38). Nessa realidade, situamos tanto ouvintes quanto surdos, em suas limitações econômicas ou sensoriais.

A percepção que os ouvintes pesquisados têm em sua relação com a atividade turística nos levou à questão que norteia os objetivos desta pesquisa. Seria a mesma percepção de inclusão/exclusão existente entre surdos e ouvintes? Os ouvintes se sentem incluídos ou excluídos da realidade turística pelas mesmas razões?

Mesmo com a dificuldade em obter resposta de todos os pesquisados, foi possível detectar nas falas expostas a confirmação de toda esta exposição analítica e comparativa entre as condições percebidas pelos surdos, reforçadas pelas diferenças percebidas pelas condições dos ouvintes.

Vejam algumas reflexões dos ouvintes quando questionados se os mesmos se sentem incluídos nesse contexto exposto:

Eu acho que não. Porque precisa de dinheiro pra viajar. Quem não tem emprego não tá incluído. Se eu tiver trabalhando, eu posso pegar quatrocentos contos e ir pra Salvador. Mas e as outras coisas que eu tenho que pagar? As contas? (OUVINTE 4)

As pessoas nem sempre podem usufruir do direito ao lazer porque tudo depende da condição financeira. Eu posso ir ali em Ilhéus, mas não é a mesma coisa de ir pra Salvador e me considerar um turista.(OUVINTE 7)

Eu me sinto mais ou menos porque pra longe eu não posso viajar, mas aqui pra perto eu pego “buzu” e vou pra praia na moral. Posso sair pra festa e voltar pra casa no mesmo dia. Nem preciso pagar hotel. Ou então durmo na casa de algum colega. Então, eu acho que dependendo de onde eu tô indo, eu posso gastar pouco, sem ir pra longe. (OUVINTE 5)

*Essa coisa de dizer que todos têm direito pra tudo eu não acredito. A gente sabe que só quem tem dinheiro que estuda numa boa escola, que consegue um bom emprego. A minha mãe criou a gente trabalhando na casa dos outros. Hoje eu também sou empregada doméstica. Se minha mãe tivesse dinheiro pra me colocar numa escola particular eu tava sendo empregada doméstica hoje?
(OUVINTE 3)*

Muitas vezes, a gente tem vontade de viajar, mas nem sempre tem condições né? Quem tem condições é fácil. Eu vou me comparar com um médico? Com um advogado? Jamais! Quem tem condições é incluído, mas um pobre desempregado, não. (OUVINTE 2)

Pensar em inclusão social nos remete, necessariamente, ao seu reverso: a exclusão social. Como já vimos em capítulo anterior, ambos tratam de múltiplos fenômenos relacionados com a questão da pobreza, fortemente relacionada à ausência de direitos em todas as dimensões (sociais, políticas, econômicas e culturais). Sob esta perspectiva, detectamos no discurso destes ouvintes pesquisados essa percepção de exclusão social, que se vislumbra a partir de suas realidades frente às questões sociopolíticas e econômicas. Tais ouvintes, em sua maioria, sentem-se excluídos, por não terem condições econômicas favoráveis, resultando em uma falta de perspectiva social e política.

Já vimos a partir de autores como Ferreira (2005), que trabalham na perspectiva de que a abordagem sobre a exclusão social é ‘multidimensional’, que esta vai muito além das questões de falta de acesso aos bens e serviços, mas se relaciona também e, principalmente, às questões de desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas.

Alinhando as análises feitas pelos autores, e aquilo que temos de vivências, anseios, perspectivas e ações dos surdos e ouvintes pesquisados, continuamos a concordar com essas abordagens teóricas sobre a díade inclusão/exclusão que:

Se a participação plena na nossa sociedade ou, em outras palavras, estar incluído enquanto cidadão de pleno direito significa (i) o acesso a níveis de rendimento – originado no trabalho, nos direitos de propriedade ou no sistema de segurança social – que assegure padrões minimamente aceitáveis de consumo, isto é, de acesso a bens e serviços; (ii) a participação no mercado de trabalho com direitos, propiciador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado; (iii) o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos; (iv) assegurar a todos os membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente a qualidade de vida e a libertação de homens e mulheres em pé de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, a vida pública e a partilha das responsabilidades domésticas; (v) o usufruto de uma habitação com condições de conforto mínimo e a residência num território dotado de infra-estruturas, de imagem positiva e propiciador da multiplicação dos contactos sociais e do enriquecimento do capital social... então, estar em situação de exclusão social é o contrário de tudo isto. (SANTOS, 2002, p. 37).

Estar em situação de exclusão é (i) ser pobre e estar afastado do consumo de bens e serviços considerados normais; (ii) é estar fora do mercado de trabalho, possuir o estatuto desvalorizado dessa situação, ou então apenas aceder aos segmentos do mercado de pior qualidade, desprotegidos de direitos, mal remunerados, sem qualidade intrínseca e extrínseca; (iii) é conhecer o insucesso escolar e não participar na sociedade do conhecimento e da informação; (iv) é não ter acesso aos equipamentos sociais; (v) é ser segregada/o por razões de gênero; (vi) não ter uma habitação condigna (ou não ter habitação de todo), ou consumir na habitação uma parte do rendimento que impede a satisfação de outras necessidades, é viver num território marginalizado material e simbolicamente, é pertencer a uma comunidade onde em vez de se ascender ao enriquecimento da vida social, ou se vive em zonas de quase desertificação social ou se compete por recursos escassos, pela

sobrevivência quotidiana, por vezes sob domínio de tiranias oriundas de redes marginais que fazem dos territórios de exclusão o seu ambiente, enfim, onde as malhas sociais são as da pobreza instalada. (SANTOS, 2002, p. 41).

Diante destas questões, detectamos que estes fatores têm geralmente um reflexo direto nas disposições dos grupos mais desfavorecidos, tanto no grupo de surdos quanto no grupo de ouvintes, na forma de auto-estimas negativas, da incorporação das representações negativas, nas inibições das competências para uma postura autônoma dos seus próprios interesses, correspondentes quase sempre com o envolvimento em relações de clientela face aos mais poderosos, ou aos mais inseridos.

Os surdos se sentem inferiorizados pela condição de não ouvir, enquanto os ouvintes se sentem inferiorizados pela condição desprivilegiada economicamente. Percebe-se, nessa realidade que, mesmo os surdos estando no mesmo contexto socioeconômico que os ouvintes, nenhum deles atribuiu sua percepção excludente ao fato de ser pobre, mas todos atribuem à dificuldade vivida sobre eles, sua surdez.

Diante do exposto, uma vez que os surdos e ouvintes já expressaram seus sentimentos e anseios frente à inclusão na atividade turística, foi levantada então uma questão em destaque, por parte dos ouvintes, sobre qual a percepção destes frente ao turista surdo. As implicações socioeconômicas e políticas seriam as mesmas sobre essas pessoas surdas?

Eu fico pensando que se pra gente que ouve já tem tantas dificuldades pra viajar, imagina pros deficientes que são dependentes muito mais dos outros pra viajar! (OUVINTE 7)

O problema é que a sociedade tem que tá preparada pra receber um deficiente. Um hotel, por exemplo, tem que ter um intérprete. Um restaurante não tem gente que precisa saber inglês, espanhol? Por que não tem um intérprete, como tem aqui na escola pra eles? Mas é tudo por causa do capitalismo. Porque atender um inglês dá dinheiro, né? Mas e um surdo? Eu não conheço nenhum surdo aqui que é rico. (OUVINTE 2)

Assim, da mesma maneira que os surdos reconhecem a necessidade de uma adaptação dos serviços, principalmente no quesito comunicacional, os ouvintes também compreendem tal necessidade como elemento primordial para a inclusão de pessoas surdas no contexto turístico, como também em qualquer ambiente social enquanto cidadãos.

Nesta ocasião, fez-se um trabalho inverso ao aplicado com os grupos focais de surdos. Quando os surdos se colocaram na condição de ouvintes frente à realidade social, eles vislumbraram uma acessibilidade muito mais aplicável, principalmente em função da

acessibilidade comunicacional, apresentada por Sasaki (2002), em que, pela possibilidade de ouvir e desenvolver a comunicação com o meio social, as possibilidades de integração e de inclusão poderiam acontecer de maneira eficaz e satisfatória.

Já os ouvintes, quando transportados para a possibilidade de serem eles os sujeitos surdos, e se perceberem neste contrato social enquanto cidadão, o diagnóstico se torna evidentemente contrário ao apresentado pelos surdos, embora não tenham a vivência desta realidade excludente.

Hoje a sociedade tá incluindo os surdos, mesmo com tantas dificuldades que têm. Antigamente, eles eram muito mais excluídos. Mas, se eu fosse surda, eu tenho certeza que não seria fácil. Porque eu vejo o esforço que os meninos têm aqui na escola pra poder acompanhar as aulas, fazer as provas, os trabalhos. E, quando não tinha intérprete, eu lembro que era muito pior. Os surdos não têm vantagem nenhuma. Eu não acho que ter direito a uma carteira de ônibus ou passar na frente de uma fila faz com que o surdo esteja incluído porque a vida, o dia-a-dia é muito mais que isso. É família, é casamento, é estudo, é trabalho. (OUVINTE 1)

Eu seria excluído. Porque se para o ouvinte já difícil, imagine você numa loja, chega e ninguém sabe falar com você. Pede informação num ônibus porque não sabe pra onde vai e ninguém sabe responder. É um desespero! (OUVINTE 5)

A gente sabe o dia de hoje, mas não sabe o dia de amanhã. Se tiver um filho surdo, como a gente vai sofrer. Porque não é só não ter dinheiro, mas é o preconceito na escola, na sua rua, porque seu filho é surdo. Eu sou empregada doméstica e só ano passado eu fui na praia em Ilhéus porque meus patrões me levou. Quando eu vi tanta água fiquei assustada. Falei: Meu Deus! Chega dá medo. Mas pense se eu fosse muda, eu nem sei ia ter condições de conhecer a praia porque nem emprego eu ia achar fácil. (OUVINTE 7)

Pode-se mencionar, mais uma vez, Souza (2002) quando cita as razões que norteiam o problema da inclusão e da exclusão, entendendo que o que está em jogo são questões de domínios políticos, refletindo na dinâmica sociopolítica de modo que interfira no desenvolvimento social.

Em primeiro lugar, Souza (2002) apresenta as razões de ordem moral. Desde logo, a solidariedade é um valor cultural de fundo nas sociedades democráticas, e a persistência de pessoas e grupos obrigados a viver em condições de indignidade humana choca-se com esse valor. Também a justiça social é outro valor fundamental e o equilíbrio na vida coletiva depende de se conseguir proporcionar, para quem vive em piores condições, benefícios que

as valorizem, primeiro a elas, mas que repercutam depois na qualidade de vida de toda a sociedade.

Assim, se numa sociedade se promove a qualificação e o emprego dos mais desfavorecidos, o mercado de trabalho alarga-se e qualifica-se no seu conjunto; se os rendimentos do trabalho dos mais pobres subirem, sobem também os de todas as categorias; se forem criados equipamentos de apoio à família que acolham as pessoas dependentes dos agregados mais vulneráveis, todos os outros terão também acesso a esses equipamentos e assim se melhora a capacidade de as empresas num território determinado atraírem e fixarem quadros e conciliarem o trabalho com a vida familiar; se os pobres e, em particular, certas categorias expostas a situações e comportamentos de risco tiverem acesso a cuidados de saúde, reduzem-se os perigos para a saúde pública e todas as famílias terão melhores cuidados de saúde; quando uma cidade consegue integrar todos os seus habitantes, reduz-se o sentimento de insegurança social, e assim sucessivamente.

O segundo conjunto de razões é de ordem política. Nas democracias ocidentais, e nas europeias em particular, a legitimidade dos sistemas políticos assenta na ideia de ‘desmercadorização’ e universalidade dos direitos sociais (SOUZA, 2002, p. 47). No fundo, a exclusão social constitui a demonstração de que o estado não foi ainda capaz de cumprir os compromissos em que se funda a legitimidade do exercício do poder e isso enfraquece a governabilidade e a confiança dos cidadãos na democracia.

Entre esses direitos típicos do patrimônio comum do modelo social europeu,, pelo qual também no nosso país deve aferir a qualidade do desenvolvimento econômico e social, podemos eleger como mais relevantes o direito ao rendimento e ao consumo, ao trabalho, à educação e à aprendizagem, aos equipamentos sociais de apoio à família, à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, entre os surdos e ouvintes, entre os diferentes, em todas as esferas da vida e à habitação e qualidade do território.

5.3 – Compreendendo o diálogo: desvendando o sentido da teia

Para entendermos o contexto social em que os surdos estão inseridos e, neste aspecto, a sua relação na atividade turística, é preciso reconhecer a importância da Libras – Língua Brasileira de Sinais - como fator determinante no processo de construção das formações discursivas e de constituição dos sujeitos surdos.

É nesta realidade que se encontra uma das principais diferenças entre o contexto lingüístico da Libras diante da Língua Portuguesa, acarretando diferenças na própria construção de conceitos.

Quando confrontados com as questões conceituais sobre as temáticas da inclusão, direitos sociais, cidadania e turismo, os surdos pesquisados apresentaram construções discursivas diferenciadas com relação aos ouvintes, uma vez que a Língua de Sinais apresenta diferenças estruturais, e a sua falta de domínio pelos próprios surdos pode acarretar uma limitação para a construção dos significados, principalmente quando se trata de conceitos mais abstratos e subjetivos.

Contudo, esta situação não deve atribuir à língua de sinais um estatuto de língua inferior, incapaz de expressar conceitos abstratos, sendo superficial e com conteúdo limitado. Como já apresentado, atualmente as pesquisas envolvendo as línguas de sinais indicam o contrário, referindo que a língua de sinais é um sistema lingüístico altamente estruturado e tão complexo como as línguas faladas, estruturando-se neurologicamente nas mesmas áreas cerebrais das línguas orais. Assim, a língua de sinais tem todos os mecanismos para transmitir conceitos ou palavras compreensíveis. Com ela, é possível discutir conceitos epistemológicos, teorias ou mesmo recorrer à linguagem poética.

De acordo com o Ministério da Educação do Brasil as garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que é reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, com implicações para sua divulgação e ensino, para o acesso bilíngüe à informação em ambientes institucionais e para a capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos.

O acesso à Libras é primordial na construção social da pessoa surda em todos os seus aspectos, a saber, lingüísticos, cognitivos e social, e aqui concordamos com Vygotsky (1989), que é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimentos e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento. Nesse sentido, o signo é considerado fruto da necessidade de organização social e transforma-se junto com a evolução da sociedade.

A construção de conhecimentos é constituída nas relações pessoais, envolvendo o funcionamento interpessoal e de linguagem. Segundo Vygotsky, tanto os aspectos de vivência com os objetos quanto as palavras são partes indispensáveis da formação de conceitos, entendido como parte ativa do processo intelectual. O domínio das palavras/linguagem pelo surdo é fundamental na formação de conceitos, mesmo que aquele

seja precário; e a linguagem possui, além da função comunicativa, a função de constituir o pensamento, e o processo pela qual a criança adquire a linguagem é do exterior para o interior, do meio social para o indivíduo.

A aprendizagem que se inicia através das relações pessoais, geralmente é perpassada pela linguagem, e o atraso de linguagem pode causar atraso na aprendizagem e no desenvolvimento, já que é a aprendizagem que o impulsiona. Então, para o surdo, não ter acesso aos conceitos abstratos, torna sua aprendizagem difícil e seu desenvolvimento é diferente das crianças que seguem um processo formal de aprendizagem escolar, sem dificuldades lingüísticas.

A relação do sujeito com a língua é que vai produzir a diferença, portanto, o vínculo do surdo com a língua de sinais vai ser determinante, imperioso, essencial, única possibilidade de ele vir a assumir uma posição discursiva que não se reduza à mera reprodução, que permita inferir, modificar, produzir, criar o novo.

Quando os surdos apresentam dificuldades em estabelecer uma relação conceitual no que se refere a idéias mais abstratas, torna-se compreensível recorrermos a Orlandi (1992), que argumenta que a compreensão de que a língua não é formada por signos que representam diretamente a relação entre significado e significante é muito difícil para os surdos que recebem estimulação apenas na língua oral. Este é um ponto muito delicado, pois se sabe que o surdo nunca poderá aprender a língua oral de forma totalmente espontânea como os ouvintes, e é apenas no diálogo espontâneo que surge o sentido. Outra questão é que os aspectos extraverbais como a entonação e o volume de voz influenciam diretamente na formação do sentido e, obviamente, o surdo não tem acesso a estas nuances da língua oral. As crianças ouvintes, aos poucos, percebem mudanças de sentido, mas para a criança surda essa percepção é difícil, sendo ainda mais agravada pelo fato de os adultos, diante da dificuldade, usarem uma linguagem bastante simples, utilizando sempre o significado mais concreto e usual das palavras, limitando o acesso a um vocabulário mais elaborado.

O conceito que uma palavra assume, tanto no discurso interior quanto no discurso exterior, não se refere a um único objeto e sim a uma categoria, uma generalização. O pensamento conceitual não é inato. Ao contrário, a criança precisa percorrer um longo processo para alcançar este tipo de pensamento. Neste processo, a linguagem do adulto exerce um papel fundamental. A criança não cria conceitos sozinha, ela aprende através de suas relações sociais os conceitos de sua comunidade e passa a utilizá-los como seus, formando assim uma maneira de pensar, agir e “recortar” o mundo, que é característica da cultura de sua comunidade.

Neste mesmo pensamento, compreendemos que a construção de conceitos por parte dos surdos será muito mais natural quando estes forem expostos em seus contextos sociais mediados pela língua de sinais, sendo a escola o ambiente mais propício para essa efetivação. E, neste ambiente, torna-se, conseqüentemente, necessária a presença do intérprete de Língua de Sinais enquanto mediador da comunicação, além da capacitação dos educadores para que o ambiente seja propício ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo.

A presença do grupo controle, composto pelos ouvintes, pôde servir de parâmetro, no qual, embora os surdos tenham apresentado dificuldade nas questões conceituais, nota-se que esta fragilidade não se justificaria pela incompetência lingüística dos surdos, mas pela falta de exposição aos conceitos em seu contexto social, principalmente em sua condição de aluno. Assim dizemos, pelo fato de os ouvintes, apesar de terem apresentado suas idéias frente aos conceitos, também demonstrarem insegurança na construção de seus conceitos, e assim como os surdos, recorrerem às suas experiências vivenciadas socialmente, para elaborar suas idéias conceituais, e não fundamentarem sua construção de modo sistematizado, abarcando todos os elementos que tais conceitos consideram.

Essa mesma relação é percebida em toda pesquisa realizada com os grupos de surdos e de ouvintes. A vivência desses sujeitos, com suas experiências de exclusão, demarca a condição social dos mesmos. Os ouvintes percebem-se excluídos da realidade turística pela sua posição econômica frente à realidade capitalista que estão submetidos. Os surdos também se percebem excluídos da sociedade, no contexto turístico, embora se considerem aptos para atuarem na sociedade. A sua condição de exclusão não se justifica por serem reféns de uma possível (desfavorável) condição econômica, mas sim por se considerarem reféns de uma condição que para eles não é física, mas social – a surdez.

Quando tratamos sobre normalização e objetivação, citando Foucault, tais conceitos se refletem justamente nas construções discursivas sobre a surdez, que historicamente legitimaram os surdos enquanto sujeitos reféns da exclusão social, por não se enquadrarem nas normas sociais. Estar inserido socialmente significa aos surdos, e a qualquer indivíduo com suas diferenças, que não corresponder às normas excludentes não deve positivar uma condição humana sobre outra, mas sim, experienciar conflitos, alteridades, saberes.

Nesta perspectiva, a necessidade de estarem inseridos no contexto turístico pode ser vislumbrada quando tiverem as barreiras comunicacionais amenizadas. E, para os surdos, o uso da Língua de Sinais e a presença de intérpretes nos ambientes sociais seria a melhor maneira de inclusão, uma vez que haveria espaço para comunicação efetiva entre surdos e surdos, e surdos e ouvintes.

A Libras torna-se uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas construções sociais frente às imposições do ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos se organizam em grupos e os grupos, na sociedade, são assimetricamente situados, pois, onde há qualquer diferença, há uma luta por poderes e saberes. Nossas relações sociais nos posicionam diferentemente, em diferentes momentos, em diferentes lugares, nos diferentes papéis que exercemos. Ao mesmo tempo em que somos posicionados, posicionamos a nós mesmos. Por isto, é imprescindível entender que as especificidades da surdez não fazem parte de manifestações de uma conjuntura patológica, mas de uma diferença social legítima, que só enriquece a visão do que é ‘ser humano’ – o ser que transcende a fala, mas que não transcende a linguagem.

Respeitar, tolerar, suportar, entender a diferença, não deve ser menos comprometedor que traçar estratégias sócio-políticas para tornar visíveis estas diferenças e agir em função delas. Ora, a afirmação das identidades e da diferença dos surdos traduz um desejo de garantir-lhes o acesso aos bens sociais enquanto *direito*, não enquanto concessão.

Nídia (2002) relembra Owen Wrigley quando diz que, embora não possuam marcadores de raça ou de nação, os membros dessas comunidades surdas não têm dúvidas de sua alteridade. Embora nominalmente membros de uma realidade social (pré)dominante ouvinte que os circunda, eles – alguns, mas não todos – vêem a si mesmos como separados dela e como atores sociais a partir de sua diferença, não pela deficiência.

Estamos vivenciando novas perspectivas sociais, portanto é conveniente que adotemos uma nova postura social, em relação às novas realidades nas quais estamos inseridos. E uma nova perspectiva implica preencher um espaço que, outrora, fora habitado por uma concepção concordante com a mentalidade vigente da época, mas que, atualmente, torna-se ultrapassada e não deve mais se sustentar, a não ser em seus alicerces – que não mais se alinham à superfície das novas descobertas.

Ser Surdo, ou simplesmente ser diferente dos demais configurados como *normais* na concepção patológica da medicina, não mais deve ser motivo de isolamento, exclusão social, estigma, preconceito. Este é o momento propício para que ocorra uma mudança profunda na visão e costumes dos povos, fazendo com que os diferentes se fundam ao contexto sócio-histórico e se tornem sujeitos pertencentes a uma realidade onde ser diferente não é ser anormal.

Por que iguais? Pois antes de explicitarmos qualquer diferença entre este ou aquele indivíduo, todos se esquecem da essência que os constitui a todos: haja distinções ou não,

todos são humanos. E esta humanidade deveria recair sobre todos aqueles que selecionam atributos separatistas, que segregam e dividem os indivíduos em grupos a serem odiados, expatriados, isolados, mas nunca integrados, compreendidos, aceitos no contexto sócio-cultural em que, querendo ou não, todos coexistem em um grau maior ou menor de proximidade e convivência.

A educação é um instrumento de mudança. É ela que, direta ou indiretamente, conduz as transformações cruciais em nossa sociedade, em nossa história, pois ela carrega o cerne da manifestação humana – a comunicação – ferramenta indissociável de qualquer cultura, onde a preocupação central se constitua em torno do ser humano. Com a educação, repassamos as informações através da história, e a cultura permanece, sustentando a existência do homem e expandindo-a cada vez mais, delineando os contornos que marcam sua presença, sua existência.

Mas, para que a educação dos sujeitos surdos seja possível, é necessário o entendimento de aceitação à diferença. Assim, a inclusão somente se realizará se ela for conduzida por um canal viável, que torne possível sua recepção clara e concisa. Infelizmente, isso nem sempre acontece na maioria dos métodos educacionais que se julgam eficientes por beneficiarem um grande número de indivíduos – aos olhos de quem dita tais métodos eles são eficazes, mas, pelo visto, certamente os Surdos não são beneficiados no atual processo de inclusão.

O que muitas vezes tem legitimado nossas realidades e construção social está ligado aos dispositivos que definem o sujeito pela ausência, e não pela sua singularidade. Quando considero que vivemos numa discursividade marcada pelo não-ser, não-consegue-fazer, não-sabe, reconheço que a luta em defesa da diferença deve ser vista mais como uma luta política, e não meramente lingüística, racial ou partidária. Reconhecer as diferenças remete ao (re)conhecimento das singularidades, do direito à diversidade, das construções sociais enquanto cidadãos.

Sob o rótulo da inclusão como atitude politicamente correta, o discurso da globalização encontra na noção de diversidade uma estratégia neoliberal que cria um inventivo acordo de igualdade, o que pode acabar encobrindo as diferenças. Isto porque se trata de uma tentativa de aproximar do pólo ‘normal’ todos aqueles que estão à margem, desconsiderando-se as correlações entre poder/saber imbricadas nesta relação binária de estar dentro/fora. Dito de outra forma, penso que, antes de aproximar a todo custo a “outridade” da curva da “mesmidade”, seria necessário problematizar seu posicionamento na tangente como algo construído, não como algo neutro e natural.

Concluimos que, dentre as barreiras que os surdos estão sujeitos frente à dinâmica da inclusão social, é a barreira comunicacional a que mais se evidencia na percepção dos surdos, levando-os a se colocarem numa posição excludente dentro da sociedade, voltando ao foco da pesquisa, excluídos do contexto turístico.

Não compreendidos em sua língua, os surdos se sentem estrangeiros em seu próprio país. E, segundo Skliar, “ao não entendermos o surdo, a limitação é nossa” (1998, p.36). Sendo assim, as transformações não devem acontecer simplesmente no sujeito surdo, forçando-o a integrar-se socialmente, sem as condições necessárias para a sua participação social. Tais transformações devem ocorrer na sociedade, a fim de que sejam proporcionadas a este sujeito as condições para a sua eficaz inserção.

A falta de sinalização turística adequada à língua de sinais torna-se um grande empecilho, visto que a língua portuguesa apresenta-se como uma língua estrangeira para os surdos. A ausência, ou a limitada comunicação com surdos no que se refere aos bens e serviços turísticos, gerando ações excludentes, certamente seria amenizada ou até solucionada, se houvesse profissionais dentro deste setor, com mínimo conhecimento possível sobre a língua de sinais, necessária para a comunicação com os turistas surdos.

Não defendo aqui a presença de um profissional intérprete em cada setor do *trade* turístico como a única forma de inclusão. Mas que houvesse dentro do quadro de profissionais um treinamento básico em língua de sinais, para que, assim, os surdos pudessem ser atendidos em suas necessidades, na sua própria língua.

Como exemplo de um curso básico que pudesse atender à uma comunicação básica com surdos, apresentamos aqui alguns aspectos fundamentais, que, além do entendimento sobre quem é o sujeito surdo, em suas especificidades socioculturais, seria adequado para atender as suas necessidades comunicacionais. Sendo assim, curso básico, introdutório, poderia conter um vocabulário que contemplasse, por exemplo:

- Alfabeto manual: constituído de letras e números;
- Identificação pessoal: nome, idade, pronomes pessoais;
- Tipos de bebidas: café, leite, água, cerveja, suco, etc.;
- Animais;
- Cores e vestuário;
- Calendário: dias da semana e meses, datas comemorativas, estações do ano, etc.;
- Lateralidade/posições/tamanhos: direita, esquerda, norte, sul, grande, em cima, embaixo, atrás, dentro, fora, pequeno, etc.;

- Tempo e clima: hoje, amanhã, ontem, à tarde, à noite, chuva, sol, nublado, trovão, etc.;
- Meios de transporte: carro, táxi, moto, van, metrô, avião, trem, barco, bicicleta, helicóptero, entre outros;
- Meios de comunicação: internet, rádio, telefone, jornal, revista;
- Entretenimento: cinema, teatro, boate, show, parque de diversões;
- Profissões: garçom, recepcionista, taxista, camareira, cozinheira, guia, motorista, policial, etc.;
- Família: mãe, pai, irmão, tio, filho, etc.;
- Lugares: hotel, prefeitura, aeroporto, restaurante, agência de viagens, rodoviária, lanchonete, museu, hospital, delegacia, praça, igreja, feira, shopping, etc.;
- Lar: quarto, banheiro, sala, sala de TV, sala de visita, cozinha, elevador, apartamento, sobrado;
- Móveis: guarda-roupa, cama, mesa, cadeira, sofá, berço, etc.;
- Eletroeletrônicos e eletrodomésticos: ar condicionado, aparelho de televisão, ventilador, frigobar, secador de cabelo, abajur, etc.;
- Natureza: árvore, cachoeira, água, rio, mar, montanha, flor, estrela, lua, sol, fazenda, etc.;
- Objetos: quadro, espelho, copo, prato, faca, garfo, colher, cofre, etc.;
- Corpo humano e saúde: rosto, coração, dor de cabeça, dor de barriga, camisinha, gripe, febre, etc.;
- Higiene: sabonete, xampu, creme dental, chuveiro, toalha de banho;
- Alimentos doces e salgados, frutas, verduras, legumes e cereais.
- Países, cidades e estados;
- Atitude/sentimentos: alegria, medo, tensão, vergonha, dor, confiança, etc.;
- Economia: cheque, dinheiro, real, dólar, recibo, aluguel, pagamento, cartão de crédito, banco, etc.;
- Verbos e perguntas;
- Etiqueta/ boas maneiras: obrigado, fique à vontade, bom apetite, bom dia, boa noite, desculpa, por favor, com licença, etc.

Tal vocabulário, ensinado em curso básico, poderia atender à comunicação com surdos seja em um hotel, restaurante, agência de viagem, ou qualquer ambiente turístico em que um surdo esteja presente.

Em muitos casos em que a prestação de serviços no turismo é realizada sem qualidade, a questão se volta para a falta de profissionais qualificados, sem aperfeiçoamentos ou até mesmo sem especialização na área em que atuam. Assim, na atividade turística onde a prestação de serviço é o diferencial, é fundamental que os recursos humanos tenham técnicas e qualidade para atender as necessidades constantes da sociedade.

Comprendemos que os surdos, quando tiverem suas especificidades atendidas pelos aportes turísticos, poderão se perceber muito mais cidadãos, incluídos socialmente, e sua condição de surdez não lhes parecerá uma culpa, um pecado a ser pago, um peso a ser vivido, mas eles se perceberão diferentes, e que ser diferente é normal.

Despertemo-nos para que a realidade da inclusão social seja uma experiência não mais utópica para os surdos, e muito mais consciente para todos nós, que enxergamos, que nos locomovemos, que nos comunicamos oralmente, que ouvimos. Uma privação física ou sensorial não deve nos limitar às regras normativas do “politicamente correto”, do cumprimento de leis específicas, mas deve sim, nos despertar para a importância de viver em respeito à igualdade de direitos, do dever em atender o *outro*, do direito de ser *diferente*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. M. G. et al. *Atividades de lazer entre idoso*, Feira de Santana, Bahia. In: Revista Baiana de Saúde Pública, v. 29, n. 2, p. 339-352, 2005.

ANDRADE, J. V. *Lazer: princípios, tipos e forma na vida e no trabalho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ANSARAH, Marília G. dos Reis. *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil*. São Paulo: Aleph, 2002. (Série turismo)

ANTUNES, P.B. *Curso de direito ambiental – doutrina, legislação e jurisprudência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1992.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Paris: PUF, 1995; Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso* 3ª ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas/SP: Papyrus, 1991.

_____, Margarita et. al. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas. Papyrus. 2003

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas/ Aidil de Jesus Paes de Barros, Neide Aparecida de Souza Lehfeld*. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

BAVA, Silvio Caccia. *A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos*. (2003). Disponível em < http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=60> acesso em 15 de outubro de 2006.

BENI, Mario Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Tese de Livre-Docência da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1991.

_____ *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac - São Paulo, 2002.

BERNADINO, Elidéa Lúcia. *Absurdo ou Lógica? Os surdos e sua produção lingüística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETI, Lindomar w. *Educação, exclusão e cidadania*. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2003

BOYD, H. W. , WESTFALL, R. *Pesquisa mercadológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Língua Brasileira de Sinais*. Volume 3. Brasília: SEESP, 1997.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História – Ensaio de teoria e metodologia*. 1997. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARLOTA, M. *A deficiência como fenômeno social: categorias, rótulos, e suas influências na estruturação conceptual e na ação do professor*. 01/04/2004 1v. 175p. Doutorado. Universidade de São Paulo – Educação.

CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da Língua de Sinais Brasileira*. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. *Guia Turístico de Acessibilidade: uma proposta metodológica*. Disponível em: <<http://www.congressocidades.com.br/images/Artigo3.doc>>. Acesso em: 18 jun. 2006.

COSTA, M. *Deficiência auditiva: considerações gerais e aspectos educacionais*. São Carlos, SP: UFSCar, 1991.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Brasil no turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.

DORZIAT, Ana. *Deficiente Auditivo e Surdo: uma reflexão sobre as concepções subjacentes ao uso dos termos*. Associação de Surdos do Porto. RS, 2003. Disponível em: <<http://asp.surdos.net/artigo.asp?idartigo=78>> . Acesso em 14 mar. 2005

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2001

EIZIRIK, Marisa Faermann. *Educação e Construção de mundos: Por onde passa a inclusão na escola Regular*. In: *Projeto – Revista d Educação: Inclusão*. Porto Alegre: Projeto, v. 5, n. 7, 2003.

SCOREL, Sarah. *Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sociocultural totalitário?* In: encontro anual da anpoc, XIX, 1995, Cacambu. Anais, Caxambu, 1995.

FELLINI, Lourdes. *Turismo: uma atividade municipal*. Porto Alegre: Est. 1983.

Fernandes, Eulalia. (1990). *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

FERNANDES, S. *Representações sociais e educação especial: sentidos, identidade, silenciamentos*. Benjamin Constant. Rio de Janeiro: v. 9, n. 24, p. 14-19, 2003.

FERREIRA BRITO, L. *Integração social & educação de Surdos*. RJ: Babel, 1993.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e o desejável conhecimento do sujeito*. Educação & Realidade v.24 n° 1, Porto Alegre UFRGS, jan. /jun. 1999.

FIOCRUZ,. *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos*. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, 1998.

FIORI, J.L. *Os Moedeiros Falsos*, RJ: Vozes,1997.

FOUULT, Michel. *Os anormais*. Tradução Eduardo Brandão. – são Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ *Vigiar e Punir*, RJ: Vozes, 1995.

_____ *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Coleção Ditos & Escritos (org). Manoel Barros da Motta, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRAGA, Paulo C. Pontes. *As ONGs e o espaço público no Brasil*. Revista Presença, n° 2, pp. 26-36, 1995.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GNERRE, Mauricio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1998.

GOELDNER, Charles R'; RITCHIE, J. R. & MCINTOSH, Robert W. *Turismo – Princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Gomes ES e Barbosa EF. *A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos*. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 30 de Agosto de 2000. <<http://www.educativa.org.br>>1999.

GUARESCHI, Neuza; COMUNELLO, Luciele Nardi ; NARDINI, Milena; Júlio César Hoenisch (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: *Violência, gênero e Políticas Públicas*. Orgs: Strey, Marlene N.; Azambuja, Mariana P. Ruwer; Jaeger, Fernanda Pires. Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre

GUATTARI, F.. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, J., SAVIANI, D. , SANFELICE, J.(orgs) *Capitalismo, Trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTERDBR, 2002.

IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. *A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde*. Rev Esc Enf USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

KRUEGER R A,. *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. London: Sage Publications, 1996.

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. São Paulo: Atlas, 1996.

LABORIT, E. *O vôo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1994

LAVALLE, ADRIÁN GURZA. *Cidadania, Igualdade E Diferença*. SP: LUA NOVA Nº 59— 2003.

LEMOS, Leandro Antônio de. O Valor turístico: (Re)Definindo a Economia do Turismo. In: *REVISTA TURISMO – CIDADE INTERNET*. Disponível em: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/valortur.html>> .

LIMA, Mario Hélio Trindade d. *Exclusão social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2005

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MAMMARELLA, R. Exclusão Social. *Revista Mundo jovem*. Abril, 1999.

MANTOAN, M. T. *O direito à diferença, mas na igualdade de direitos*. *Jornal da UNICAMP*. Campinas, Ano XX- nº 321, 27/05/2006

MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. Campinas: SP: Papirus, 1987.

MATOS, Maria Izabel Freitas de. *A relação imagem visual-surdez*. (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2000.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e Análise*. São Paulo: Atlas, 1993.

MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política* . Tradução de Jose Fernando Campos Fortes – Belo Horizonte, MG, Ed. UFMG, 1998.

MINAYO, M.C. de S. (Org..). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOESCH, Marutscka M, e GASTAL, Susana. *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. SP: Aleph, 2007.

MORAES, Denis de. *Imaginário social e hegemonia cultural*. 2002. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297> acesso em 21 de junho de 2007.

NEDER, Ricardo T. *As Ongs Na Reconstrução Da Sociedade Civil No Brasil*. SP, 1998.

OLIVEIRA, F. de. “Neoliberalismo à brasileira”, in: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1995.

OMT. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORLANDI, Eni. *O que é lingüística*. Coleção primeiros passos. SP: Brasiliense, 1992.

PERLIN, G. identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muler de. *Educação de surdos: a aquisição de linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RODRIGUES, A. R. *Pontuações Sobre a Investigação Mediante Grupos Focais*. Seminário COPEADI – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional 1988.

RUSCHMANN, Doris v.d.M. *Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental: Turismo em análise*. São Paulo. ECA-USP. v.1 n.1. maio 1990.

_____. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SASSAKI, R. *Inclusão: o paradigma do século 21* Revista da Educação Especial ME/SEESP. Brasília/DF, v.1, n.1, 2005.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: EDUA, Comped, INEP, 2002.

_____. *Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*; Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÁNCHEZ, C. M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas, Venezuela: Impresión Ceprosord, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado*. São Paulo: Hacker Editora, 2001.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, Milton. *O Homem produz catástrofes*. Jornal do Brasil, Rios de Janeiro, 11 de março de 2001.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. In: _____. *Educação e Exclusão*. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial, p. 7-32. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta?* Lingüística, educação e surdez. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

SOUZA, M.; GALLO, Sílvio. *Por que matamos o barbeiro?* Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. *Educação & Sociedade*: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) nº 79, Dossiê “Diferenças”, São Paulo: Cedes, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. Um estudo sobre o trabalho e a família na Grande São Paulo. Tese de doutoramento apresentada junto ao DS-FFLCH/USP, 1992.

THOMA, Adriana da Silva. Surdos: esse “outro” de que fala a mídia. In: *Surdez*: Um olhar sobre as diferenças. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

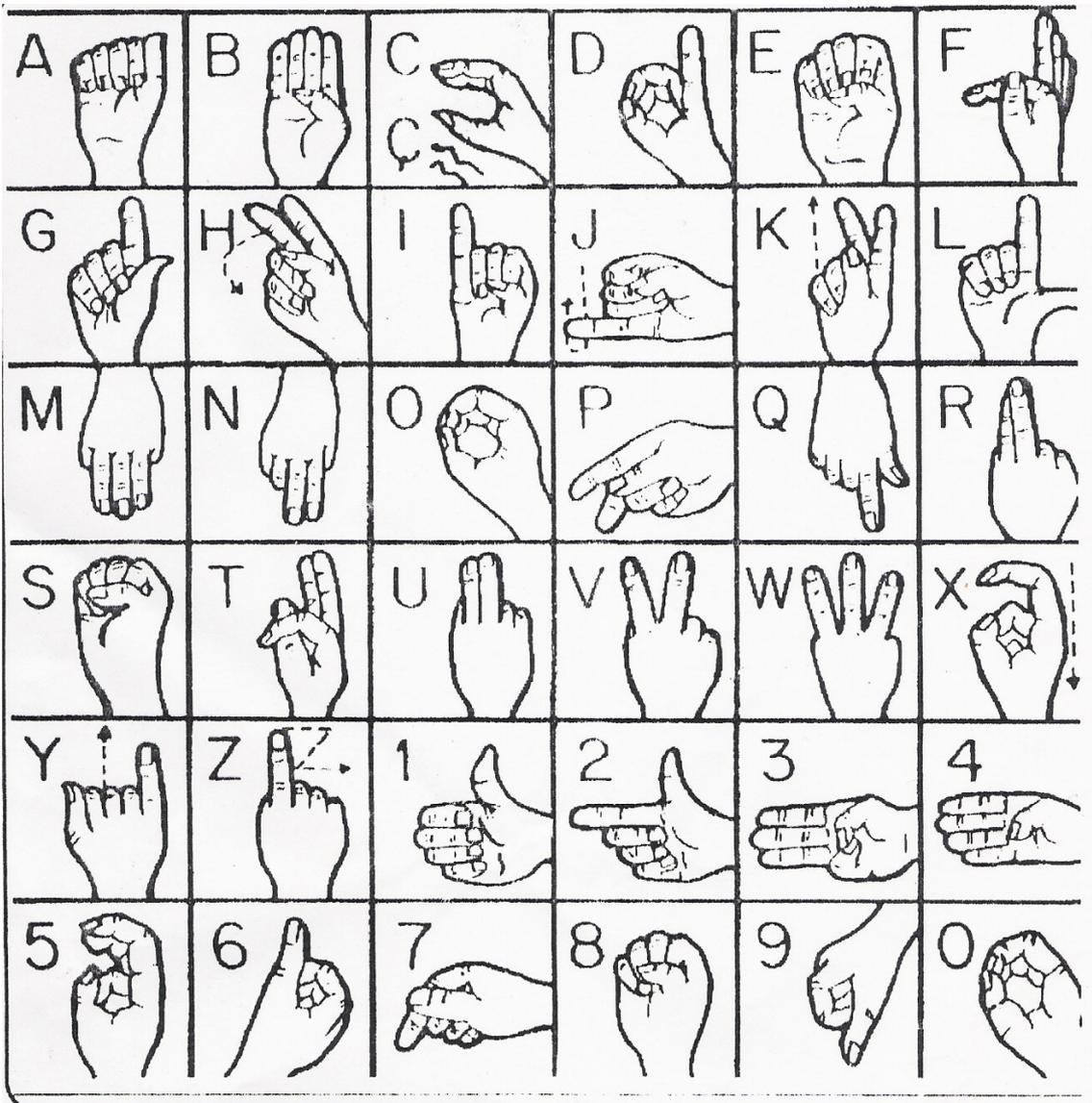
VEIGA NETO, Alfredo. *Incluir para saber. Saber para excluir*. Proposições: revista quadrimestral. Faculdade de Educação-UNICAMP, vol.12, São Paulo, 2001.

_____. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2003.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução de J.L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZALUAR, Alba. *Exclusão E Políticas Públicas*: dilemas teóricos e alternativas políticas. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 12 n. 35 São Paulo Feb. 1997.

ANEXO A – ALFABETO MANUAL



ANEXO B - LEI DE LIBRAS



LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Texto publicado no D.O.U. de 25.4.2002

ANEXO C - DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais -Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua:

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I -professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II -instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III -professor ouvinte bilíngüe: Libras -Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 70, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua. I !

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I -até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II -até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III- até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e

IV -dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I -para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras -língua Portuguesa como segunda língua;

II -de licenciatura em letras: Libras ou em letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III -de formação em Tradução e Interpretação de Libras -Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

I

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I -promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras -Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV -garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI -adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII -desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

V 11'- disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 20 O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 30 As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I -atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II -áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras -Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental; .

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste

artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU

COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes 'de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras -Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 20 deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras -Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPITULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II - tratamento Clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SuS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 30 da Lei no 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto no 5.296, de 2004.

§ 1º As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no caput.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto no 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no caput.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste, Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

**ANEXO D - TERMO DE CIÊNCIA DO CHEFE DE SERVIÇO
ONDE SERÁ REALIZADA A PESQUISA**

Eu, _____, Chefe do Serviço/Responsável pela _____, conheço o protocolo de pesquisa intitulado “*Turismo, Surdez e Cidadania: um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico*” desenvolvido por “Wolney Gomes Almeida. Conheço seus objetivos e a metodologia que será desenvolvida, estando ciente de que o pesquisador terá algumas reuniões com grupos focais nesta instituição.

Assinatura

Nome do Chefe do Serviço

Data

ANEXO E - TERMO DE COMPROMISSO

Direcionado ao intérprete educacional do IMEAM:

Eu, _____ RG _____
comprometo-me a contribuir com a pesquisa, participando das reuniões com os surdos realizando a função de intérprete/tradutor da Língua Brasileira de Sinais / Português / Língua Brasileira de Sinais, mantendo sigilo assegurado pelo pesquisador sobre as respostas dadas pelos surdos ao questionário, bem como a identidade dos sujeitos pesquisados. Garanto realizar a função de intérprete com base no código de ética para intérpretes, mantendo, sobretudo, a neutralidade e fidelidade às “falas” dos sujeitos.

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Direcionado aos ouvintes

Prezado Senhor (a):

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, na pesquisa *TURISMO, SURDEZ E CIDADANIA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO TURÍSTICO*.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a percepção dos surdos (inclusão/exclusão) quanto à inserção social na atividade turística e as políticas públicas que visualizem o direito à cidadania.

Se você aceitar participar desta pesquisa, você será entrevistado pelo pesquisador e junto a outros colegas você participará de reunião gravada onde responderão questionamentos e também assistirão programas turísticos de televisão dando sua opinião.

A sua participação será muito importante para que as pessoas responsáveis pela atividade turística vejam que precisam atender às necessidades de todos (Surdos e ouvintes). Os riscos apresentados se restringem ao gasto de tempo para participar da reunião, e a possíveis constrangimentos caso não saibam ou não queiram responder determinadas perguntas. Sendo assim, havendo qualquer desconforto na realização da mesma, o pesquisador compromete-se em auxiliar na resolução. Você terá liberdade para perguntar sobre qualquer dúvida e também se não quiser mais participar do grupo de pesquisados a qualquer momento, terá toda liberdade para não mais fazer parte da pesquisa, sem sofrer nenhuma penalização ou prejuízo. O pesquisador também se compromete, no caso de possíveis danos, indenizar as pessoas envolvidas no mesmo.

Como responsável por esta pesquisa, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados pessoais confidenciais ou qualquer informação que você não permita divulgar.

Assim, se você entendeu a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peça que assine neste documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Wolney Gomes Almeida
Pesquisador Responsável
Tel: (73) 3211 1663

Eu, _____ RG: _____ aceito participar das atividades da pesquisa: **“TURISMO, SURDEZ E CIDADANIA: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico.”** Fui devidamente informado que participarei de entrevista e de reuniões que serão gravadas. O pesquisador me garantiu que posso, a qualquer momento, retirar-me do grupo se assim

eu desejar, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

Assinatura_____

Data :_____

ANEXO G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Direcionado ao pesquisado OUVINTE, com menos de 18 anos

Seu filho(a) está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), na pesquisa “Turismo, surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico”, que busca analisar a relação entre a percepção dos surdos (inclusão/exclusão) quanto à inserção social na atividade turística e as políticas públicas que visualizem o direito à cidadania.

Se vocês aceitarem que seu filho(a) _____ participe da pesquisa, estarão concordando com as seguintes ações de pesquisa a serem realizadas com ele/ela: participação de uma reunião com outros colegas (na condição de ouvintes), onde assistirão a uma propaganda turística televisiva, responderão a um questionário referente às questões de inclusão e cidadania relacionados ao Turismo.

A participação de seu filho/menor será muito importante para que as pessoas responsáveis pela atividade turística vejam que precisam atender às necessidades de todos (Surdos e ouvintes Os riscos apresentados se restringem ao gasto de tempo para participar da reunião, e a possíveis constrangimentos caso não saibam ou não queiram responder determinadas perguntas. Sendo assim, havendo qualquer desconforto na realização da mesma, o pesquisador compromete-se em auxiliar na resolução. Ele/ela terá liberdade para perguntar sobre qualquer dúvida e também se não quiser mais participar do grupo de pesquisados a qualquer momento. O pesquisador também se compromete, no caso de possíveis danos, indenizar as pessoas envolvidas no mesmo.

Como responsável por esta pesquisa, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados pessoais confidenciais ou qualquer informação que seu filho(a)/menor não permita divulgar.

Assim, se você entendeu a finalidade desta pesquisa e se permite a participação de seu filho(a)/menor, peço que assine neste documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Wolney Gomes Almeida
Pesquisador Responsável
Tel: (73) 3211 1663

Nós/Eu, _____, (pai ou responsável) RG nº _____, e _____, (mãe) RG nº _____, aceitamos/aceito que o nosso filho(a) / o menor sob minha guarda _____ participe das atividades da pesquisa “Turismo, surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico.” Fomos/Fui devidamente informado(s) que nosso filho / o menor participará de reuniões gravadas, onde assistirão um material televisivo e responderão

questionários referente ao tema da pesquisa. O pesquisador me garantiu que posso, a qualquer momento, retirar-me do grupo se assim eu desejar, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

Assinatura_____

Data:_____

ANEXO H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Destinado ao pesquisado SURDO, com MENOS DE 18 ANOS

Seu filho(a) está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), na pesquisa “Turismo, surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico.”, que busca analisar a relação entre a percepção dos surdos (inclusão/exclusão) quanto à inserção social na atividade turística e as políticas públicas que visualizem o direito à cidadania.

Se vocês aceitarem que seu filho(a) _____ participe da pesquisa, estarão concordando com as seguintes ações de pesquisa a serem realizadas com ele/ela: participação de uma reunião com outros colegas (na condição de surdos), onde assistirão a uma propaganda turística televisiva, responderão a um questionário referente às questões de inclusão e cidadania relacionados ao Turismo. Para auxiliar nesta reunião, teremos a presença de mais um intérprete de Libras.

A participação de seu filho/menor será muito importante para que as pessoas responsáveis pela atividade turística vejam que precisam atender às necessidades de todos (Surdos e ouvintes Os riscos apresentados se restringem ao gasto de tempo para participar da reunião, e a possíveis constrangimentos caso não saibam ou não queiram responder determinadas perguntas. Sendo assim, havendo qualquer desconforto na realização da mesma, o pesquisador compromete-se em auxiliar na resolução. Ele/ela terá liberdade para perguntar sobre qualquer dúvida e também se não quiser mais participar do grupo de pesquisados a qualquer momento. O pesquisador também se compromete, no caso de possíveis danos, indenizar as pessoas envolvidas no mesmo.

Como responsável por esta pesquisa, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados pessoais confidenciais ou qualquer informação que seu filho(a)/menor não permita divulgar.

Assim, se você entendeu a finalidade desta pesquisa e se permite a participação de seu filho/a menor, peço que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Wolney Gomes Almeida
Pesquisador Responsável
Tel: (73) 3211 1663

Nós/Eu, _____, (pai ou responsável) RG nº _____, e
_____, (mãe) RG nº _____, aceitamos/aceito
que o nosso filho(a) / o menor sob minha
guarda _____ participe das atividades da pesquisa
“Turismo, surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no
contexto turístico.” Fomos/Fui devidamente informado(s) que nosso filho/a menor participará
de reuniões gravadas, onde assistirão um material televisivo e responderão questionários

referente ao tema da pesquisa. O pesquisador me garantiu que posso, a qualquer momento, retirar-me do grupo se assim eu desejar, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

Assinatura _____

Data: _____

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Destinado ao pesquisado SURDO

Prezado Senhor (a):

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, na pesquisa *TURISMO, SURDEZ E CIDADANIA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO TURÍSTICO*.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a percepção dos surdos (inclusão/exclusão) quanto à inserção social na atividade turística e as políticas públicas que visualizem o direito à cidadania.

Se você aceitar participar desta pesquisa, você será entrevistado em sua própria língua (LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais pelo pesquisador e junto a outros colegas você participará de reuniões gravadas ou filmadas onde responderão questionamentos e também assistirão programas de televisão dando sua opinião. Para auxiliar nesta reunião, teremos a presença de mais um intérprete de Libras.

A sua participação será muito importante para que as pessoas responsáveis pela atividade turística vejam que precisam atender às necessidades de todos (Surdos e ouvintes). Os riscos apresentados se restringem ao gasto de tempo para participar da reunião, e a possíveis constrangimentos caso não saibam ou não queiram responder determinadas perguntas. Sendo assim, havendo qualquer desconforto na realização da mesma, o pesquisador compromete-se em auxiliar na resolução. Você terá liberdade para perguntar sobre qualquer dúvida e também se não quiser mais participar do grupo de pesquisados a qualquer momento, terá toda liberdade para não mais fazer parte da pesquisa, sem sofrer nenhuma penalização ou prejuízo. O pesquisador também se compromete, no caso de possíveis danos, indenizar as pessoas envolvidas no mesmo.

Como responsável por esta pesquisa, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados pessoais confidenciais ou qualquer informação que você não permita divulgar.

Assim, se você entendeu a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que assine neste documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração.

Wolney Gomes Almeida
Pesquisador Responsável
Tel: (73) 3211 1663

Eu, _____ RG: _____ aceito participar das atividades da pesquisa: **“TURISMO, SURDEZ E CIDADANIA: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico”** Fui devidamente informado que participarei de entrevista e de reuniões que serão gravadas. O

pesquisador me garantiu que posso, a qualquer momento, retirar-me do grupo se assim eu desejar, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

Local e data: _____

Assinatura _____

ANEXO J – QUESTIONÁRIO PARA O GRUPO FOCAL

1. Para você, o que é “Turismo”?
2. Você gosta de viajar? Por quê?
3. Com quem você costuma viajar e por quê?
4. Para você, o que significa “Cidadania”?
5. E o que você entende por “Inclusão Social”?
6. Você acredita que o turismo é um direito social e cultural?
7. Qual a sua opinião sobre as experiências culturais que uma viagem pode acrescentar?
8. Você já viajou motivado por alguma propaganda turística, seja televisiva, impressa ou pela internet?
9. Qual propaganda turística atrai mais para o turismo – a propaganda impressa, televisiva, eletrônica? Você pensa que todas as pessoas compreendem o que a mídia veicula? Por quê?
10. Você se considera “incluído” socialmente no contexto da atividade turística? Por quê?
11. O que você pensa sobre turistas surdos? Quais as dificuldades que um surdo pode enfrentar com relação ao turismo?
12. Você conhece algum hotel ou restaurante que tenha algum funcionário conhecedor da Libras – Língua brasileira de sinais?
13. Na sua opinião, os equipamentos turísticos estão preparados para dar acessibilidade aos surdos? (agências de viagem, hotéis, restaurantes, guias, atrações turísticas, etc)
14. O que seria preciso para melhorar o seu acesso ao turismo?
15. Se você fosse surdo/ouvinte, você acha que se sentiria incluído no turismo? Por quê?